

**Entrevista****Contabilidade e auditoria como
certificadoras das práticas sustentáveis**

Artigos abordam importantes temas para a profissão

SUMÁRIO

Palavra do Presidente

3



Entrevista
Contabilidade e auditoria como certificadoras das práticas sustentáveis

Lorena Molter e Poliana Nunes

5



Artigo Convidado
Desempenho econômico-financeiro do segmento de carnes e derivados
das empresas listadas na Brasil, Bolsa, Balcão

Marines Pereira Galdino e Romina Batista de Lucena de Souza

17



Artigo
Análise comparativa dos indicadores do valor adicionado nas estratégias
de negócios sustentáveis

dqdqdq dqdq dqdqdq dqdqdq dq dqq

33



Artigo
Avaliação do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) do
CFC pela óptica dos peritos contábeis do Estado de São Paulo

Marcelo de Almeida Prado, Fernando de Almeida Santos, José Carlos Marion e
Claudio Rafael Bifi

51



Artigo
Relação entre a cotação do petróleo *Brent* e o desempenho das petrolíferas
brasileiras entre 2018 e 2024

Adriano Bonela Sarti, Lucas Marin Bessa e Renata Pires de Souza

69



Artigo
Perfil de endividamento dos alunos de graduação de uma instituição
comunitária de ensino superior

Giulia Amábilis Caseth Cecato e Rodrigo Barraco Marassi

85



Artigo
Alfabetização Financeira e Ensino Contábil: um estudo sobre o uso de
metodologias ativas na educação superior

Ana Patrícia Anjos Severo de Amorim e Franciele Wrubel

103

PALAVRA DO PRESIDENTE

O encerramento de 2025 marca a conclusão da minha gestão à frente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Finalizo este ciclo convicto, mais do que nunca, de que a Academia e o Mercado de Trabalho precisam atuar de forma integrada.

A Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) cumpre essa missão com primor, ao reunir artigos técnicos e científicos de qualidade vindos de diferentes partes do país. Esses trabalhos vão além do âmbito acadêmico e trazem respostas às múltiplas demandas do mercado. Em um sentido mais amplo, colaboram para a evolução das Ciências Contábeis no Brasil, e a maior beneficiada desse processo é a sociedade, que pode usufruir do desenvolvimento socioeconômico sustentável promovido pela Contabilidade.

Ao concluir essa etapa, também rereno a certeza de que a excelência está diretamente relacionada à capacitação. Nesse cenário, podemos celebrar a realização de dois grandes eventos voltados para a atualização em 2025. Ambos foram além da aquisição de conhecimento e nos orgulham em razão do papel social que cumpriram. O 14º Encontro Nacional da Mulher Contabilista (ENMC) tem o objetivo basilar de incentivar o empoderamento e a liderança feminina no meio contábil. A Conferência Nacional de Contabilidade Pública (CNCP) proporcionou diferentes ganhos para a população brasileira, uma vez que esteve orientada em capacitar os profissionais que atuam no setor público. As duas iniciativas são temas de matérias que compõem este exemplar.

A RBC sempre manteve um olhar para as necessidades atuais e do futuro. Nesse contexto, uma das edições do ano aborda um assunto especial, selecionado pelo seu Conselho Editorial. Este ano, a RBC Especial trabalhou o tema Edu-



Aécio Prado Dantas Júnior
Presidente do CFC

cação e Pesquisa em Contabilidade. Em 2026, a temática será Uso de Tecnologias na Contabilidade. Os interessados já podem enviar os seus trabalhos.

Ao falar do amanhã, é essencial discutir, compreender e inserir o conceito de sustentabilidade na prática profissional. Os profissionais da contabilidade edificaram confiança com a sociedade a partir dos relatórios financeiros, sinônimos de transparência e ética e meios de obtenção de informações de qualidade para a tomada de decisão. Diante desse contexto, os relatórios não financeiros, assim como a sua asseguração, passaram a ser atribuições da classe contábil. Diante dessa realidade e, sobretudo, da responsabilidade envolvida, a entrevista especial da RBC aborda, justamente, esse tema e conta a participação da *board member* do Iesba, Vania Borgerth, e do presidente Iaasb, Tom Seidenstein.

Encerramos 2025 orgulhosos da contribuição técnica e científica alcançada por meio dos artigos publicados na RBC durante o ano. Desejamos que, em 2026, avancemos ainda mais. Isso porque, quando a produção acadêmica está fortalecida, a profissão evolui de forma consistente e com maior solidez. Os resultados são colhidos pela sociedade, que pode usufruir de um país mais transparente, economicamente forte, socialmente justo e mais competitivo.

EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE
Edição n.º 276, novembro/dezembro de 2025 – periódico bimestral - ISSN 0104/8341

>**Editor**
Conselho Federal de Contabilidade
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília/DF – CEP 70070-920
site: www.cfc.org.br; e-mail: cfc@cfc.org.br

>**Conselho Diretor**
Presidente
Contador Aécio Prado Dantas Júnior
Vice-Presidentes
Contadora Ana Luiza Pereira Lima
Contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues
Contador Carlos Henrique do Nascimento
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Contador José Donizete Valentini
Contador Maria Dorgivânia Arraes Barbará
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos
Contador Sebastião Célio Costa Castro

>**Conselheiros Efetivos**
Contador Adriano de Andrade Marocelos
Técnico em Contabilidade Aquinaldo Mocelin
Contadora Andreza Carolina Brito Farias
Contador Bruno Sítonio Fialho de Oliveira
Contador Carlos Rubens de Oliveira
Contadora Gercimira Ramos Moreira Rezende
Contador Haroldo Santos Filho
Contador Heraldo de Jesus Campelo
Contador Ian Blois Pinheiro
Contador Itajay Maria Soares
Contador José Domingos Filho
Contadora Katiuscia Julião de Moura Manfredini
Contadora Luana Aguiar Pinheiro Costa
Contador Manoel Carlos de Oliveira Junior
Contadora Maria do Rosário de Oliveira
Contador Rangel Francisco Pinto
Contador Sérgio Faraco
Contador Wellington do Carmo Cruz

>**Conselheiros Suplentes**
Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Junior
Contador Domingos Sávio Alves da Cunha
Contador Edneu da Silva Calderari
Contador Elias Dib Caddah Neto
Contador Erival Ferreira Borges
Contador Fabiano Ribeiro Pimentel
Contador Gladson Trajano Farias
Contador Helcimar Araújo Belém Filho
Contador José Alberto Viana Gaia
Contador José Luiz Marques Barreto
Contador José Gonçalves Campos Filho
Contadora Liliana Farias Lacerda
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contador Marcelo Augusto Jorge
Contadora Maria Leny Adânia de Sylos
Contadora Marlise Alves Silva Teixeira
Técnico em Contabilidade Mauricio Gilberto Cândido
Contadora Mônica Foerster
Contador Norton Thomazi
Contadora Palmyra Leão de Souza
Contador Roberto Schulze
Contadora Sônia Maria da Silva Gomes
Contadora Vitória Maria da Silva
Contador Valmir Leônicio da Silva
Contador Weberth Fernandes

>**Coordenadora do Conselho Editorial da RBC**
Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha

>**Conselho Editorial da RBC**
Doutor Alison Martins Meurer
Doutor Antônio Ranha da Silva
Doutor Emanoel Marcos Lima
Doutor Ernani Ott
Doutor Fernando de Almeida Santos
Doutora Maria Ivâncie Vendruscolo
Doutor Romualdo Douglas Colauto
Doutora Rosimeire Pimentel Gonçaga
Doutor Werner Glauco Lopes Lucena
Doutor Vanderlei dos Santos

>**Jornalista Responsável**
Daniel Guerra – 82298-DF

>**Redação**
Lorena Molter e Poliana Nunes

>**Projeto Gráfico**
Igor Outeiral, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes

>**Diagramação**
Jailson Belfort

>**Revisão**
Maria do Carmo Nóbrega e Elaine Cristina Oliveira

>**Ilustrações**
Jailson Belfort

>**Colaboradoras**
Maria do Carmo Nóbrega e Simone Kuperchmit

>**Artigos**
Telefone: (61) 3314-9606 – e-mail: rbcartigos@cfc.org.br
Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



ENTREVISTA

Contabilidade e auditoria como certificadoras das práticas sustentáveis

Por Lorena Molter e Poliana Nunes

Em entrevistas, a board member do International Ethics Standards Board for Accountants (Iesba) e o presidente do International Auditing and Assurance Standards Board (Iaasb) falam sobre a importância e os desafios da inserção da sustentabilidade no universo contábil.

A sustentabilidade se tornou protagonista das discussões globais nas últimas décadas. Diferentes acordos foram firmados entre nações de todo o planeta, principalmente com a finalidade de conter o aquecimento global e as mudanças climáticas. O assunto também chegou ao âmbito das empresas, dos investidores e de organizações de todos os portes. Nesse contexto, a sociedade passou a cobrar condutas que contemplassem os valores ambientais, sociais e de governança. A partir desse novo cenário, diferentes ações foram adotadas com o objetivo de mostrar o compromisso com a temática. Algumas empre-

sas passaram, inclusive, a utilizar a pauta como um meio de posicionamento estratégico. Contudo, muitos documentos publicados e condutas divulgadas não condiziam com a realidade e, assim, expressões como *greenwashing* e *socialwashing* passaram a ser usadas para nominar iniciativas enganosas. Dessa forma, constatou-se a necessidade de se criar mecanismos para informar e assegurar que os dados emitidos eram verdadeiros.

Com confiança estabelecida na divulgação e na asseguração dos relatórios financeiros, os profissionais da contabilidade passaram a ser vistos como aqueles que pode-

riam também dar credibilidade aos relatórios não financeiros. E, dessa forma, nos últimos anos, entidades contábeis de diferentes países têm trabalhado no desenvolvimento, na convergência e aplicação desses normativos. Para tratar desse tema, a Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) ouviu a vice-coordenadora de Relações Internacionais do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) e board member do International Ethics Standards Board for Accountants (Iesba), Vania Borgerth, e o presidente do International Auditing and Assurance Standards Board (Iaasb), Tom Seidenstein. Confira as entrevistas a seguir:

A vice-coordenadora de Relações Internacionais do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) e board member do International Ethics Standards Board for Accountants (Iesba), **Vania Borgerth**, apresenta um histórico da Sustentabilidade na contabilidade. Saiba mais:

RBC – Como que a senhora vê que a contabilidade pode ajudar na construção de um futuro, e até de um presente, mais sustentável?

Vania Borgerth – O mundo já percebeu que precisa ser mais sustentável. As últimas conferências mundiais das Nações Unidas sobre clima já deixaram isso bem claro e é exatamente disso que estamos tratando. Porque essas conferências firmaram acordos, fizeram pactos, existem recursos comprometidos pelos países desenvolvidos para contribuir com os países menos desenvolvidos para que eles possam preservar a biodiversidade, as florestas, as questões de sustentabilidade, porque o planeta é único para todo mundo. Se aqui no Brasil, que é um país super diferencial nesse sentido, as coisas melhoraram e se as questões de sustentabilidade forem levadas a sério, não é só o Brasil que ganha, é o mundo inteiro que vai ganhar com isso. Então, existem esses compromissos, mas, para que possam ser cumpridos, os países que vão contribuir querem ter certeza de que os recursos vão ser aplicados efetivamente

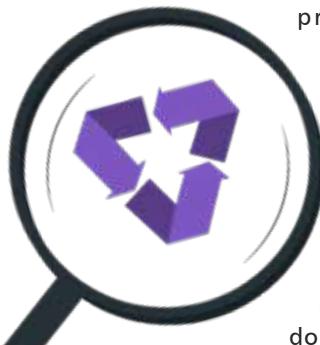
naquilo que é comprometido. E, para isso, precisamos de transparéncia. E precisamos de transparéncia não de uma forma superficial do “eu acho” ou

“eu sou assim”, mas uma transparéncia concreta em que você possa rastrear a informação, a aplicação dos recursos, e o contador é o profissional ideal para fazer isso. Ele tem credibilidade, conhecimento técnico para poder realizar esses registros, e mundo já percebeu que a informação de sustentabilidade será muito mais confiável se ela puder ser ancorada nos informes contábeis. Surge daí a ideia do Relato Integrado, que agora impacta tão fortemente o IFRS S1. Então, se queremos transparéncia que nos garanta investimento nessas questões, nós precisamos do contador. Não quer dizer que ele vai poder fazer sozinho porque ele não domina a área de conhecimento de sustentabilidade. Não entende de biodiversidade, nem de engenharia ambiental, nem de florestamento, nem de cuidado dos oceanos. Nós vamos buscar esses profissionais, mas eles, por um outro lado, não entendem de contabilidade. Eles vão opinar sobre as questões científicas e o contador é que vai repor tudo isso em termos de impacto na situação financeira, fazendo, assim, com que você consiga visualizar a alocação desses recursos.

RBC – Qual foi a importância do Relato Integrado para que começássemos a discutir essas questões de sustentabilidade no âmbito empresarial e contábil?

Vania – Total, porque, antes do Relato Integrado, já existiam propostas de você reportar sustentabilidade. Todas em um formato “Relate ou Explique” e, de repente, reportar sustentabilidade virou moda e toda empresa começou a fazer o seu relatório de sustentabilidade. Havia muita preocupação com a foto do Pantanal, com o papel colorido, com a melhor agência de propaganda para poder fazer, mas não se preocupava muito com a credibilidade da informação. Nesses relatórios, a

empresa era sempre perfeita, uma excelente empregadora, totalmente verde, totalmente comprometida. E isso começou a gerar na comunidade internacional uma certa desconfiança. Para que que eu vou ler um relatório se eu não acredito no que está escrito lá? E, com isso, existia o grande risco de os relatórios de sustentabilidade virarem uma moda temporária que iria desaparecer. Assim, surge o Relato Integrado dizendo o seguinte: Olha, se eu anoro essa informação narrativa, qualitativa, de sustentabilidade no informe financeiro, eu consigo rastrear. Por exemplo: se a empresa diz que é uma boa empregadora, na contabilidade dela tem que estar dito que ela paga bons salários, que tem bons planos de saúde, que investe em treinamento dos funcionários, que se preocupa em dar creche, entre outros benefícios que fazem com que trabalhar ali seja um diferencial para aqueles empregados. Se ela diz que é totalmente verde, tem que ter investimento em nova tecnologia, em maquinário menos poluente, em educação dos funcionários para poder desperdiçar menos. Você tem que ter contabilmente refletido aquilo que está sendo dito na contabilidade. Esta é a ideia do Relato Integrado: fazer essa conectividade. É exatamente por isso que, quando os reguladores começam a perceber que essa informação de sustentabilidade tem valor, a organização escolhida para normatizar a sustentabilidade foi quem faz a norma contábil. Porque, estando debaixo do mesmo guarda-chuva, quem faz a norma de sustentabilidade, quem faz a norma de contabilidade, o risco de você ter choque entre elas fica muito reduzido. Então, a IFRS Foundation busca o Relato Integrado, incorpora dentro da IFRS Foundation e ele influencia fortemente o IFRS S1. Logo, ao usar o IFRS S1 para reportar, a empresa está usando, em grande parte, o framework do Relato Integrado.



RBC – As NBC TDS 01 e 02, IFRS S1 e S2 poderiam ser chamadas de uma evolução, um avanço do Relato Integrado?

Vania – Na verdade, como é que a IFRS Foundation resolveu fazer a norma de sustentabilidade? Ela resolveu tomar algumas decisões que são fundamentais. Em primeiro lugar, em vez de normatizar a sustentabilidade de uma vez, resolveu adotar um modelo chamado de Building Blocks. Vou fazer uma peça de cada vez para poder dar tempo de eu aprender como significa reportar sustentabilidade. Segunda decisão que ela tomou: “eu não vou começar nada do zero”. Se o mercado já tem uma boa proposta de reporte de sustentabilidade para um determinado tema, eu vou buscar essa proposta. Eu não preciso dizer foi feito por mim. Então, para questões de clima, a referência é o TCFD [Task Force on Climate-related Financial Disclosures]. Ela está considerando a possibilidade de normatizar biodiversidade. Para isso, há o GRI [Global Reporting Initiative], o TNFD [Taskforce on Nature-related Financial Disclosures]. Para capital humano, vai buscar Shift, GRI, ou seja, ela incorpora tudo. Para o IFRS S1, buscou o Relato Integrado porque o IFRS S1 não é uma norma de reporte, é uma infraestrutura de reporte. São os requisitos gerais. Ali tem os conceitos, as orientações, os elementos essenciais necessários. O IFRS S1 é, talvez, o Relato Integrado promovido. Promovido em que sentido? Ele era um framework e ele agora é um standard.

RBC – A senhora tem falado sobre a importância do diálogo dos relatórios financeiros e de sustentabilidade. Poderia comentar essa questão?

Vania – É algo bem interessante. Essa história do diálogo surge também com o Relato Integrado, que

Foto: Acervo pessoal



Vice-coordenadora de Relações Internacionais do CBPS, Vania Borgerth

tem um conceito de “vamos acabar com os silos”. O que acontecia antes do relato? Para fazer um relatório anual, uma empresa mandava um memorando para os vários departamentos dizendo: “Me diz o que aconteceu para eu botar no relatório da empresa”. E ela recebia aquela resposta do memorando e jogava dentro do caldeirão do reporte. E o que acontecia? Se era uma questão financeira, a contabilidade tinha respondido. Se era uma questão de recursos humanos, tinha vindo do RH [Recursos Humanos]. Se era uma questão de estratégia, tinha vindo da presidência da empresa. Cada uma vinha de um jeito e, às vezes, não havia conexão. A informação ficava meio dispersa, sem nexo e virava a palavra de cada unidade, em vez de ser uma mensagem da empresa como um todo. Então, o Relato Integrado diz: “Não, você não pode fazer isso porque, quando você faz esse tipo de procedimento, os re-

latórios acabam ficando inchados”. Como uma parte não conhece a do outro, às vezes, informações repetidas e que deveriam estar se juntando são apresentadas como elementos isolados. Isso vai inchando o relatório. O contador precisa saber como o RH pensa, que precisa saber como a estratégia está pensando. O diálogo tem que acontecer dentro da empresa. Com o relatório de sustentabilidade, isso aumenta ainda mais, uma vez que o contador vai lidar até com pessoas fora da empresa: engenheiros ambientais, sanitários, biólogos que vão fazer os pareceres. Ele tem que dialogar dentro e também fora, pois é o profissional responsável pela informação, mas não pode trabalhar sozinho e isolado. Precisa se comunicar com todos os outros. Isso não diminui a importância do contador, mas faz com que atue como um elemento de ligação para que a informação seja a mais correta possível.



RBC – A senhora também tem destacado que não existe pegar um “modelinho” para a divulgação de sustentabilidade, mas cada organização tem que olhar para a sua história.

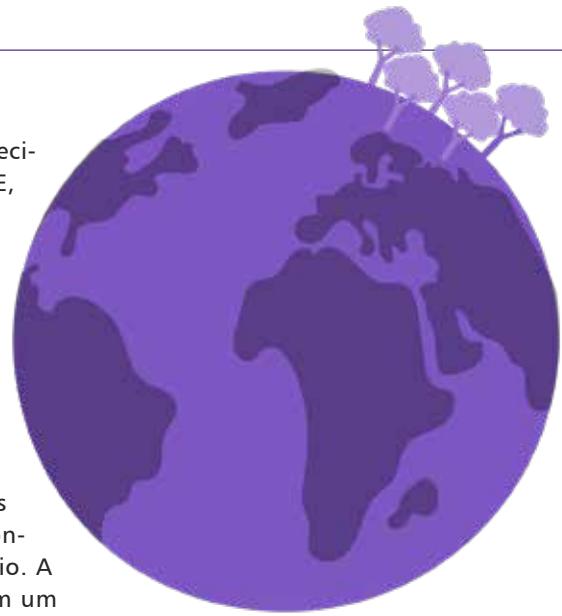
Vania – Essas normas da IFRS Foundation são novas para todo mundo. Não tem igual. Nova para quem fez a norma, para quem fez a norma de auditoria e para quem fez o código de ética. É nova para quem vai reportar, para quem vai regular, para quem vai investir. É nova até para quem vai ensinar. Os professores precisam aprender

para poder ensinar os outros profissionais. O elemento de educação é fundamental. Quando falamos dessa norma, a primeira coisa que as empresas perguntam é: “você tem um modelinho para seguirmos?” Só que, na verdade, o relatório não é uma peça burocrática para você ensinar a sociedade, é uma peça de comunicação. É a empresa contando quem ela é para o mercado. Ela não pode copiar o relatório do outro, tem que olhar para si. Você reporta, olha para si. Muitas vezes, as empresas dizem assim: “Mas, isso vai custar dinheiro para mim, fazer controles para reportar”. Elas veem isso pelo lado negativo, mas, na verdade, é muito positivo. Porque, para repor-

tar para fora, a empresa precisa se conhecer para dentro. E, quando ela se dá o trabalho de olhar para si, encontra riscos que não sabia que tinha. Mas, também encontra oportunidades que não está aproveitando. Isso é saudável para a empresa. Se a empresa conhece a si, toma decisões muito mais robustas, muito mais racionais. Isso garante a continuidade do próprio negócio. A primeira a se beneficiar com um bom relatório tem que ser a própria empresa. Não é para fora. É para dentro também. Hoje, as empresas já reportam contabilidade, nem sempre foi assim. Na época em que surgiu a necessidade de reportar, muitas empresas reclamavam: “Coitadinha de mim”. É o mesmo que ouvimos agora com a sustentabilidade. Se a empresa já tem bons controles para acompanhar os seus efeitos de sustentabilidade, não precisa gastar muito para reportar sustentabilidade. Mas, se ela não tem esses controles, vai precisar construí-los. E isso é investimento, não é despesa com o relatório de sustentabilidade porque gerir o negócio sem conhecer os seus efeitos é um risco extremamente grande.

RBC – Quais obstáculos ainda precisam ser superados dentro dessa temática de contabilidade/sustentabilidade? Quais são os próximos passos?

Vania – Eu diria que um primeiro obstáculo é o fato de que, geralmente, as empresas e as pessoas pensam que esse tipo de problema é do governo. E, na verdade, não é. Cada empresa, indivíduo pode dar a sua contribuição. Se nós, nas nossas casas, formos mais sustentáveis, nos nossos trabalhos seremos igualmente mais sustentáveis e o nosso país vai ser



mais sustentável e o nosso mundo vai ser mais sustentável. Então, a transferência de responsabilidade, que é uma inclinação natural da humanidade, não pode funcionar aí. Cada um tem que chamar para si essa responsabilidade, não apontar o dedo para o outro. Eu acho que uma segunda dificuldade é exatamente a negatividade. Falamos assim: “Ah, mas isso não é assim. Isso é invenção dos cientistas”. Eu acho que já passou do ponto em que podíamos dizer que os problemas de clima, por exemplo, não são reais. Enquanto empurrarmos isso com a barriga, para debaixo do tapete, não vamos encontrar resposta. Você não pode encontrar resposta para as perguntas que você não faz. Precisa haver uma consciência de que esse é um problema sério e que precisa ser olhado. E, finalmente, acho que [precisamos] de treinamento porque o mundo inteiro vai ter que aprender a ser diferente. Vamos precisar muito de tecnologia e de inovação. E o ser humano tem medo de que é novo. Ele gosta mais de fazer o que já sabe fazer, mesmo com a possibilidade de haver algum jeito melhor e mais eficiente de se fazer aquilo que ele faz, que pode dar um pouquinho mais de trabalho no início, mas que depois vai valer a pena.

O presidente do International Auditing and Assurance Standards Board (Iaasb), Tom Seidenstein, fala sobre sustentabilidade na auditoria. Confira a seguir:

RBC: Qual é o papel da auditoria na asseguração dos relatórios da sustentabilidade?

Tom Seidenstein – Bem, eu acho que a asseguração dos relatórios de sustentabilidade é muito semelhante à necessidade de auditoria dos relatórios contábeis. É um componente essencial para construir confiança para os investidores e outros usuários de informações de sustentabilidade. É necessária uma revisão de asseguração externa e independente para dar credibilidade às informações, e nosso objetivo deve ser fornecer informações que os investidores estejam dispostos a usar para tomar decisões de alocação de capital. Portanto, é muito importante ter um sistema de asseguração confiável.

RBC: E quais são os desafios?

TS: Para muitos, os desafios são reais. Para várias empresas e profissionais de auditoria, toda a prática de auditoria de sustentabilidade será nova. Portanto, há muito treinamento a ser feito para empresas que exigem novos sistemas de controle interno, nova coleta de dados e novas metodologias em torno da governança. Por exemplo, você precisa definir uma função diferente para seus comitês de auditoria ou comitês de sustentabilidade, independentemente do que você tenha dentro do departamento governamental. Trabalhar para empresas que estão prestando contas, trabalhar para profissionais de auditoria que precisam de treinamento, vai dar trabalho para os reguladores e também para implementar um novo sistema de regulamentação. É uma cultura e é

Foto: Acervo pessoal



Presidente do Iaasb, Tom Seidenstein

toda a prática de aprender. Vamos aprender à medida que avançamos. Esperamos ter imperfeições no mercado, mas o objetivo é obter informações de melhor qualidade com o passar do tempo.

RBC: Como você vê a adoção das normas de sustentabilidade nos países, especialmente no Brasil?

Tom – Os países estão seguindo caminhos diferentes para adotar os relatórios de sustentabilidade e os requisitos de asseguração. O Brasil é um dos líderes nessa área, mas você sabe que há um compromisso claro com as normas de relatórios de sustentabilidade estabelecidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB – Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade), com o

compromisso de adotar padrões globais de asseguração e ética, e acho que isso é realmente importante, pois dá às pessoas uma noção muito clara de qual é o destino final, mas também haverá diferentes maneiras pelas quais as pessoas chegarão ao mesmo destino, em diferentes jurisdições. Alguns países priorizam as empresas públicas ou as empresas de capital aberto e, em seguida, passam para as empresas privadas. Então, acho que depende das jurisdições, como se preparam para isso, mas acho que a realidade final é sinalizar e indicar de forma muito clara para onde se quer chegar e se comprometer com os padrões globais. O Brasil está assumindo um papel de liderança ao deixar claro o que as pessoas precisam fazer para se prepararem.

RBC: Como a adoção de práticas sustentáveis podem ser uma estratégia de negócio?

Tom – Bem, depende da estrutura que se adota, como os padrões de estratégia do ISSB, que são muito focados em oportunidades e riscos materiais. Esses são eventos que têm impacto no modelo de negócios da empresa e não são informados apenas para fins de relatório. Portanto, as realidades das mudanças climáticas e outros elementos registrados nas IFRS S1 e S2 têm impacto nos negócios. Só se pode gerenciar o que se conhece e, então, estabelecer um sistema rigoroso e confiável, que permita às empresas gerenciar esses riscos e desenvolver novas oportunidades de negócios. Nossos padrões cobrem isso para dar um pouco mais de confiança às informações relatadas e impulsionar a regulamentação em sustentabilidade.

RBC: Qual é a relevância da materialidade das informações para a tomada de decisões das empresas?

Tom – Acho que a perspectiva é o que é material para os usuários da informação e fazer com que as empresas pensem nesse modo de relatar. Isso é algo muito comum no mundo dos relatórios contábeis.

Portanto, novamente, fazer com que as empresas se coloquem na posição dos investidores que se preocupam com as informações levará a uma melhor tomada de decisões. E o que os relatórios de sustentabilidade fazem é nos dar uma visão um pouco mais ampla do que poderia impactar o valor de uma empresa no futuro. E acho que a maioria dos acionistas esperaria que a administração corporativa pensasse dessa forma. É uma visão mais ampla do que são os riscos e as oportunidades e como posicionar sua empresa de tal forma. E isso permite que as pessoas aloquem capital de maneira mais eficiente.

RBC: Então, é algo positivo para a auditoria também?

Tom – Certo, por uma questão óbvia: um auditor é um auditor ou, neste caso, um profissional de segurança está sempre avaliando se os relatórios estão em conformidade com a estrutura de relatórios, as próprias normas. Portanto, eles precisam garantir que as considerações e a materialidade da perspectiva da administração estejam corretas. E então eles têm seu pró-



prio senso de materialidade, assim como se tem nos relatórios contábeis. O que é diferente no mundo dos relatórios de sustentabilidade é que a materialidade é, muitas vezes, muito mais qualitativa. E isso nos leva de volta a uma das suas primeiras perguntas sobre desafios e acostumar as pessoas a medidas mais qualitativas de materialidade. Isso é particularmente importante, pois teremos de ver como o mercado se desenvolve e se precisará de mais orientações.

“As realidades das mudanças climáticas e outros elementos registrados nas IFRS S1 e S2 têm impacto nos negócios. Só se pode gerenciar o que se conhece e, então, estabelecer um sistema rigoroso e confiável, que permita às empresas gerenciarem esses riscos e desenvolver novas oportunidades de negócios.”

Conferência do CFC capacita profissionais que atuam no setor público

Em dois dias de evento, foram oferecidos cerca de 30 painéis e palestras sobre diversos temas da Contabilidade Pública. A Conferência Nacional de Contabilidade Pública (CNCP) aconteceu Aracaju/SE, reuniu cerca de 1.500 participantes e proporcionou discussões sobre temas estratégicos do setor público brasileiro.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) reuniu cerca de 1.500 participantes na Conferência Nacional de Contabilidade Pública (CNCP). O objetivo do evento foi fortalecer o ambiente de integração, atualização e cooperação entre os profissionais que atuam na gestão pública. A iniciativa, idealizada pelo CFC e realizada pela Academia Sergipana de Ciências Contábeis (ASCC), aconteceu, nos dias 18 e 19 de novembro, em Aracaju/SE.

Durante os dois dias de encontro, cerca de 30 painéis e palestras, que contemplaram diferentes áreas da Contabilidade Pública, foram oferecidos. A programação do CNCP englobou oito eixos temáticos: Contabilidade Governamental e de Custos; Regime Próprio de Previdência Social (RPPS); Gestão Orçamentária e Financeira; Gestão de Convênios, Patrimônio, Estoques e Transferências; Contabilidade Fiscal, Obrigações Tributárias e Reforma Tributária; Controle (Auditória), Transparência e Governança Pública; Tecnologia e Inovação na Contabilidade Pública; e Ensino e Pesquisa em Contabilidade Pública.



Foto: Acervo CFC

CNCP reuniu cerca de 1.500 participantes

Foto: Acervo CFC

O presidente do CFC, Aécio Dantas, explicou como surgiu a proposta de se fazer um evento com esse foco. De acordo com o contador, que atua nessa área, a contabilidade do setor público avançou bastante nos últimos anos. "A evolução foi muito grande, uma evolução normativa por meio da manualização de procedimentos também", contextualizou.

Dantas ainda falou que a capacitação voltada especificamente para essa área era uma demanda antiga dos profissionais que atuam no setor. "Eu sempre observava os contadores públicos nos cobrando espaços, vozes e, então, começamos a idealizar esse evento, a partir de um pleito que nasceu deles mesmos", contou.

A chefe da assessoria de Planejamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Maranhão, Fabiane Froz, participou do evento. Ela ressaltou que os painéis abordaram temas bem atuais e disse ser interessante o profissional estar atualizado sobre os normativos e as perspectivas contábeis para o futuro. Froz compartilhou como os conhecimentos adquiridos na conferência poderão ser aplicados em seu dia a dia de trabalho, principalmente a partir dos conhecimentos obtidos por meio dos exemplos de outros órgãos. "Essa troca de experiência é muito valiosa para podermos aplicar [os conhecimentos] na nossa rotina, no nosso dia a dia", disse.

A presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracon) e ex-presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, é um dos principais nomes do desenvolvimento e aplicação de Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e da consolidação dessa área do universo contábil no Brasil. A contadora falou sobre a relevância desses documentos para a profissão. "Nós não podíamos conviver com o nosso país com tanta efer-



Presidente do CFC, Aécio Dantas, em discurso na abertura do CNCP

vescência na área privada, falando em convergência com as IFRS, sem pensar na área pública e nessa convergência para as Ipsas. Mas, para poder fazer essa convergência, nós precisaríamos ter as nossas próprias normas. Então, desde o primeiro momento, esse grande esforço foi realizado", explicou.

Bugarim também destacou a essencialidade de profissionais da contabilidade e gestores públicos estarem capacitados sobre os normativos do setor público. "Nós não precisamos temer mudanças e processos de transição. Nós precisamos é nos preparar. Acho que esse é o grande ponto". E completou: "Nós temos responsáveis pelas contabilidades, diretores de finanças de municípios, de prefeituras que precisam entender que esse é um pro-

cesso irreversível, que esses passos necessitam ser dados e que, para que tudo isso aconteça e a contento, é preciso sim investir em um processo de autocapacitação e, depois, capacitar equipes".

A atualização dos profissionais que atuam nas esferas municipal, estadual e federal traz retornos para a sociedade, como explica Aécio Dantas. "O trabalho do contador público é fundamental no processo de governança. As boas práticas de governança dependem de informação. A Contabilidade é a ciência da informação, não existe transparéncia sem contabilidade. Então, mais transparéncia, melhores práticas de governança e isso naturalmente resulta em políticas públicas que são oferecidas à sociedade com muito mais assertividade", concluiu.

Mulheres no comando: evento do CFC incentiva o empoderamento feminino

Evento reuniu mais de 2 mil participantes em Natal/RN e ofereceu ao público cerca de 30 painéis e palestras. Segundo maior encontro do calendário contábil brasileiro, o Encontro Nacional da Mulher Contabilista tem o objetivo de incentivar a liderança feminina e a equidade de gênero na Contabilidade.

Por Lorena Molter

Um evento voltado para a valorização da mulher profissional da contabilidade. A 14ª edição do Encontro Nacional da Mulher Contabilista (ENMC) reuniu mais de 2 mil participantes em Natal/RN. Entre os dias 24 e 26 de setembro, participantes vindos de todas as regiões do Brasil puderam desfrutar de uma programação multidisciplinar, composta de cerca de 30 painéis e palestras. O evento é o segundo maior do calendário contábil brasileiro e tem a finalidade de incentivar a liderança feminina e a igualdade de gênero na Contabilidade. A iniciativa foi idealizada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e realizada pela Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis (ACADERNCIC).

A vice-presidente de Política Institucional do CFC, Maria Dorgivânia Arraes Barbará, destacou que a consolidação da liderança feminina foi um dos grandes ganhos do encontro. "Eu entendo que esse evento consolidou a importância da mulher nos cargos de liderança. E deu para perceber que aquelas mulheres participantes, principalmente as coordenadoras do Projeto CRC Mulher, possuíam um olhar de líderes, de protagonistas, e inspiravam outras mulheres que estavam ali, como as estudantes e as pessoas mais jovens", contou.

Foto: Acervo CFC



14º ENMC reuniu mais de 2.000 participantes

Foto: Acervo CFC



2ª Olimpíada Nacional de Contabilidade aconteceu no 14º ENMC

O ENMC é uma iniciativa alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, Igualdade de Gênero. Esse compromisso impacta os demais ODS por seu caráter transversal, ou seja, está interligado aos demais. Dessa forma, ao colaborar com essa proposta, o CFC contribui para que outras metas sejam atendidas.

O anfitrião do ENMC, o presidente do Conselho Regional do Rio Grande do Norte (CRCRN), Anailson Gomes, apontou o acolhimento da cidade de Natal, a programação do evento e a ampliação do protagonismo feminino na contabilidade como um dos diferenciais da edição. Segundo o contador, a agenda estava alinhada com as principais demandas do universo contábil da atualidade. “Todas aquelas temáticas, como: a reforma tributária; o apoio às atividades contábeis do dia a dia enfrentadas nos escritórios; as tecnologias, que impactam bastante [a profissão] hoje; e o protagonismo feminino. Esse protagonismo mostrou como as mulheres avançam cada dia mais e trazem qualidade à profissão”, mencionou. A programação do evento englobou pautas variadas, como inovação, tecnologia, comportamento humano e temas técnicos da contabilidade.

O líder do Regional potiguar ainda ressaltou a importância da capacitação constante no meio contábil em função da evolução contínua da profissão. De acordo com Gomes, a programação do encontro foi concebida considerando essa característica. “Percebemos que a contabilidade está sempre em movimento, é dinâmica. Um assunto debatido hoje, pode não estar em vigor amanhã, mas as mudanças que acontecem, digamos assim, na legislação, tanto tributária como societária, civil, social, tudo isso repercute bastante no exercício da profissão. Então,



Foto: Acervo CFC

Veteranas são homenageadas no 14º ENMC

são desafios de atualização contínua do profissional e ele não pode ficar jamais de fora.”

Pioneiras homenageadas

Um dos momentos de destaque do evento foi a homenagem às pioneiras do Movimento da Mulher Contabilista e do Encontro Nacional da Mulher Contabilista, que teve a sua primeira edição no Rio de Janeiro/RJ, em 1991. Entre as profissionais reconhecidas por seu trabalho em favor das mulheres contadoras e técnicas em contabilidade, estavam Aparecida Terezinha Falcão, Ana Amélia Martins Mendes, Celina Coutinho, Diva Maria de Oliveira Gesualdi, Elena Hahn Raupp, Maria Clara Cavalcante Bugarim, Maria Constança Carneiro Galvão, Marta Arakaki e Vitória Maria da Silva (*in memoriam*). “A homenagem às precursoras do Movimento da Mulher Contabilista reforçou o valor histórico das mulheres que, além de abrirem caminho, apoiaram-nos no desenvolvimento

da liderança feminina no Sistema CFC/CRCs”, ressaltou Dorgivânia Arraes, que completou: “Realmente, elas mostraram que, há mais de 30 anos, foram incríveis, fortalezas para poder desbravar, abrir caminhos para nós que estamos aqui hoje”, concluiu.

A coordenadora do CFC Mulher, Marlise Alves, contou que a reunião das precursoras foi algo muito especial e que essas profissionais foram fundamentais para que muitos avanços fossem alcançados. “Eu as vejo abrindo um caminho que até então não existia, uma estrada mesmo. A gente já passa por uma estrada asfaltada, tem toda uma diferença de atuar hoje com a Comissão da Mulher e essa atuação do passado. E somos gratas até hoje a essas mulheres que fizeram acontecer esse movimento e que, talvez, se não fossem por elas eu nem estivesse na contabilidade”. Atualmente, mais de 40% dos profissionais da contabilidade são mulheres. Nos estados do Amazonas, Pará, Rio Grande do Sul e Roraima as elas já são maioria.

Publicações

O 14º ENMC também foi marcado pelo lançamento do segundo volume do livro “Contabilidade em múltiplos olhares: elas em movimento”. A atividade aconteceu durante o painel “Protagonismo Feminino na Contabilidade”, que contou com a presença de lideranças femininas do universo contábil e das pioneiras nos movimentos de valorização da mulher profissional da contabilidade.

A construção da obra envolveu cerca de 100 mulheres. O material está dividido em sete capítulos, que abordam: empreendedorismo, gestão de tempo, inovação, inteligência emocional, liderança, protagonismo feminino e saúde mental dentro do contexto da mulher. “O lançamento da 2ª edição do livro Elas em Movimento dá visibilidade às trajetórias que inspiram e provam que avanços são possíveis, quando há reconhecimento e ação continuada”, disse Dorgivânia Arraes.

Durante o 14º ENMC, a Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) Especial 2025 também foi lançada. A edição teve como tema “Educação e Pesquisa em Contabilidade” e foi composta de seis artigos e de uma entrevista especial.

2ª Olimpíada Nacional de Contabilidade

Outro momento de destaque do 14º ENMC foi a 2ª edição da Olimpíada Nacional de Contabilidade. Sucesso em seu lançamento durante o 21º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC), a competição foi aprimorada em 2025. Entre os seus principais objetivos estavam a valorização do conhecimento técnico e ético dos futuros profissionais da contabilidade, o incentivo à pesquisa e ao aprendizado contínuo, a promoção da troca de experiências entre as regiões do

país e o reconhecimento de talentos que se destacam pela dedicação e inovação. “Também buscamos consolidar a Olimpíada como um movimento de inspiração e de pertencimento, que une gerações e reforça o compromisso da classe contábil com a educação, o desenvolvimento e o futuro da profissão”, informou a conselheira do CFC e coordenadora do CFC Jovem, Luana Aguiar.

A contadora também lembrou que a Olimpíada tem um impacto social ao estimular o protagonismo dos jovens, fortalecer a educação contábil e criar pontes entre o meio acadêmico e o profissional. “É uma ação que desperta o sentimento de pertencimento e a valorização da profissão desde a base, além de incentivar estudantes e recém-formados a acreditarem na contabilidade como um instrumento de transformação social. Além disso, promove integração entre regiões, diversidade de ideias e oportunidades de crescimento coletivo”, explicou.

Um dos projetos mais recentes do CFC, a Olimpíada é tida pelos organizadores como uma iniciativa que renderá frutos para a contabilidade e também para a classe contábil. “A contabilidade brasileira ganha uma nova geração de profissionais mais engajada, criativa e consciente do seu papel social e ético. A Olimpíada é uma vitrine de talentos e um espaço de formação de líderes que levarão a profissão para novos patamares. Ganha-se em integração, visibilidade e fortalecimento da identidade contábil nacional, com uma juventude mais preparada e conectada com os desafios reais do mercado”, conclui.

A Olimpíada foi dividida em duas categorias: Estudante e Profissional e teve 139 inscritos de todo o país, sendo 53 profissionais e 86 estudantes. A atividade é uma iniciativa do CFC Jovem com apoio da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon)

Foto: Arquivo CFC



Maria Dorgivânia Arraes Barbará, vice-presidente de Política Institucional do CFC

Foto: Acervo pessoal



Anailson Gomes, presidente do CRCRN

Foto: Arquivo CFC



Marlise Alves, coordenadora do CFC Mulher



Artigo Convidado

Desempenho econômico-financeiro do segmento de carnes e derivados das empresas listadas na Brasil, Bolsa, Balcão

O objetivo do estudo é analisar o desempenho econômico-financeiro das empresas listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), inseridas no segmento de carnes e derivados no período de 2021 a 2023. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, com metodologia descritiva e procedimento documental, com análise de informações financeiras divulgadas por seis empresas desse segmento. A análise foi realizada por meio de indicadores de liquidez, de estrutura de capital e rentabilidade, utilizando-se dos dados financeiros disponibilizados pela amostra em seus Relatórios Estruturais. De acordo com os resultados apurados, a BRF S. A. e a JBS S. A. apresentaram um desenvolvimento econômico-financeiro estável apesar das oscilações registradas. A Excelsior S. A. e a Marfrig S. A. demonstraram constância nos períodos analisados, mantendo seus desenvolvimentos econômico-financeiros efetivos e satisfatórios. A Excelsior S. A., inclusive, apresentou o maior crescimento econômico de 2022 para 2023 entre as empresas analisadas, e o maior desempenho econômico-financeiro do setor foi apresentado pela Minerva S. A. Situação adversa foi apurada nos cálculos dos índices da Minupar S. A., sugerindo que a empresa pode enfrentar desequilíbrios financeiros no futuro, caso não reveja as suas estratégias de gestão. Por intermédio dos resultados obtidos, busca-se demonstrar que a análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta útil, que pode ser utilizada para avaliar o desempenho e o desenvolvimento das companhias, e contribui com a tomada de decisão ao fornecer informações econômico-financeiras sobre a situação das empresas analisadas.

Marines Pereira Galdino

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCONT – UFRGS), linha de pesquisa Usuários Externos e graduada em Ciências Contábeis pela UFRGS.

E-mail: mpgmari@yahoo.com.br

Romina Batista de Lucena de Souza

Doutora e mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da UFRGS.

E-mail: rominabls@gmail.com

1 Introdução

Uma das finalidades principais da contabilidade é fornecer informações a vários grupos e usuários por meio das demonstrações contábeis de acordo com os padrões estabelecidos pelas Normas Contábeis Brasileiras (Martins, 2020). Dessa forma, entende-se que as empresas devem disponibilizar esses relatórios para os *stakeholders*, e permitir a compreensão da situação econômica, financeira e patrimonial da entidade, com confiabilidade e relevância para que possam tomar decisões econômicas (Singh *et al.*, 2022). As pessoas interessadas na rentabilidade e na segurança de seus investimentos, que muitas vezes se mantêm afastadas da direção da empresa, necessitam de informações resumidas que deem respostas claras e concisas a suas perguntas (Santos *et al.*, 2022).

Para tal, as demonstrações financeiras e contábeis precisam representar apropriadamente a posição financeira e patrimonial, o desempenho econômico e os fluxos de caixa da entidade (Iudícius, 2017). Essas informações permitem que investidores e credores realizem uma

análise da saúde financeira da companhia, além de verificar as suas garantias, as possibilidades de retorno, os riscos inerentes nas operações e a sua situação perante as empresas concorrentes. Nos mercados financeiros e de capitais dinâmicos e interligados, as decisões, principalmente de investimentos, desempenham um papel crítico na condução do crescimento e na manutenção da estabilidade econômica (Moridu, 2023).

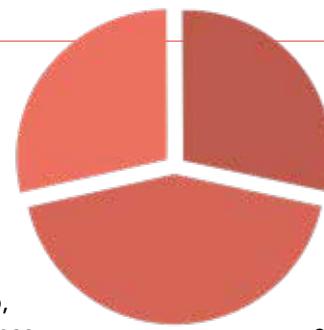
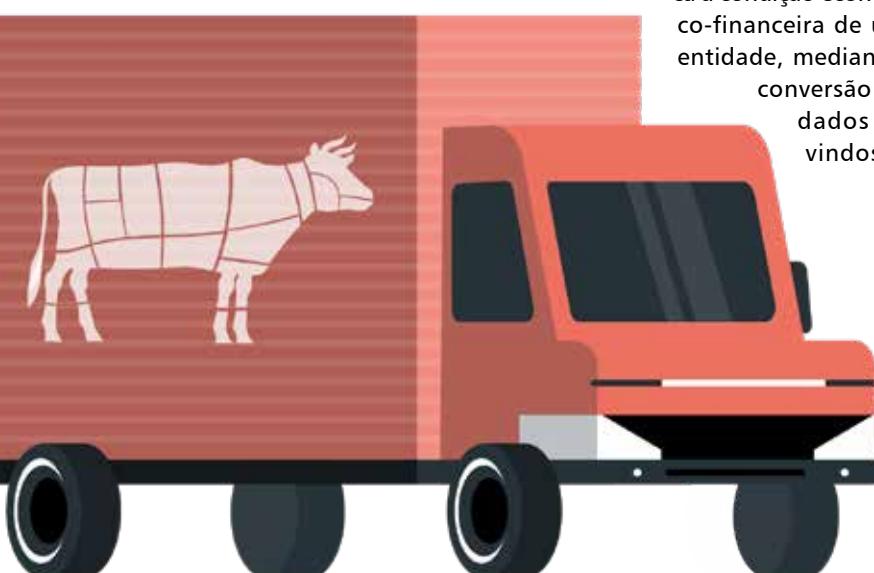
Nesse cenário, a análise das demonstrações contábeis representa uma ferramenta gerencial e de controle, com o objetivo de fornecer informações contábeis por meio de indicadores econômico-financeiros que sejam úteis para a análise do desempenho da empresa de forma isolada ou em conjunto com as demais empresas (Iudícius; Martins, 2022). Trata-se como uma técnica de análise de significativa importância, com a capacidade intrínseca de contribuir para a consecução dos objetivos preconcebidos de investidores e credores (Souza, 2023). Ainda, conforme Souza (2023), essa prática delinea de forma inequívoca a condição econômico-financeira de uma entidade, mediante a conversão dos dados adquiridos da

Contabilidade Gerencial, viabiliza a comparação de informações patrimoniais e enfatiza o destaque de eventos e ocorrências passadas.

Antes de escolher uma

empresa para investir, é importante conhecer suas características, o segmento de atuação, bem como seu potencial futuro (Martins, 2020). O setor econômico das empresas negociadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) vem sendo objeto de estudos ao longo dos anos, principalmente no que tange à divulgação de suas informações financeiras. Para potenciais investidores, a análise das demonstrações financeiras da companhia é muito importante para a identificação da sua real situação, o que possibilita verificar os prós e contras da aplicabilidade de recursos e esforços (Hasanaj; Kuqi, 2019). Com isso, as atividades de financiamento e investimentos deixam de ser de alto risco e imprevisibilidade para se tornarem atividades de risco conhecido e parcialmente controlado (Valézi, 2019).

Além das diferenças que as empresas já possuem entre si, naturalmente por serem entidades distintas, há também características que decorrem do ramo de negócio em que cada empresa atua, sendo pertinentes os estudos voltados para setores específicos (Martins *et al.*, 2020). O Brasil, em 2023, foi o segundo maior produtor global de carne bovina e o maior exportador mundial nesse segmento, segundo dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). É também o responsável pelo elevado volume registrado, em 2023, na produção e exportação de carnes e derivados da América do Sul, de acordo com informações divulgadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

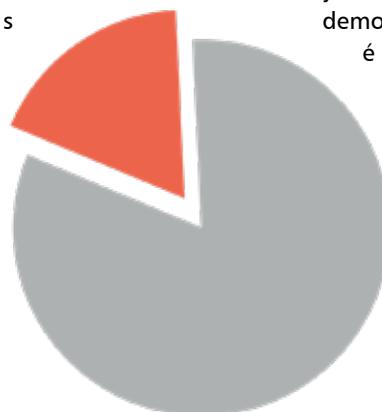


“Antes de escolher uma empresa para investir, é importante conhecer suas características, o segmento de atuação, bem como seu potencial futuro (Martins, 2020). O setor econômico das empresas negociadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) vem sendo objeto de estudos ao longo dos anos, principalmente no que tange à divulgação de suas informações financeiras.”

Diante desse contexto, este estudo propõe a seguinte questão: **Qual o desempenho econômico-financeiro do setor de carnes e derivados das empresas listadas na B3?** Para respondê-la, o objetivo geral deste estudo é analisar o desempenho econômico-financeiro das demonstrações contábeis divulgadas pelas empresas listadas na B3, inseridas no segmento de carnes e derivados no período de 2021 a 2023.

Esta pesquisa justifica-se devendo à expressividade do segmento escolhido para o mercado de capitais brasileiro, e busca contribuir ao evidenciar as empresas que nele atuam, sendo útil para acadêmicos, profissionais e interessados no segmento de carnes e derivados. O presente estudo também pode contribuir com a literatura contábil e financeira ao trazer conceitos relacionados à análise das

demonstrações contábeis, que poderão auxiliar na quantificação do desempenho organizacional e na tomada de decisão por parte de investidores e credores.



2 Fundamentação Teórica

2.1 Análise das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são aquelas cujo propósito reside no atendimento das necessidades informacionais de usuários externos que não se encontram em condições de requerer relatórios especificamente planejados para atender às suas necessidades peculiares (CPC 26 (R1), 2021). Quando publicadas, apresentam-se como uma reunião de dados de forma sintética, de modo a facilitar e agilizar o processo quando se pretende conhecer a situação econômica geral de determinada entidade (CPC 26 (R1), 2021). Por serem apresentadas sinteticamente, há a necessidade da aplicação de técnicas contábeis nesses elementos para se extrair as informações desejadas (Fransosi, 2018).

O objetivo geral da análise das demonstrações contábeis é avaliar o desempenho da empresa em um ou mais períodos, para se fazer projeções que ajudem na tomada de decisões de investimentos e financiamento

(Martins et al., 2020). Brizola et al. (2021) afirmam que a contabilidade deve disponibilizar de forma objetiva e atualizada informações suficientes para a tomada de decisão e o controle de contas, por meio da elaboração de relatórios, de demonstrações financeiras, econômicas e patrimoniais. Valezi (2019), por sua vez, enfatiza que com as informações apresentadas pelas demonstrações contábeis, é possível fazer um diagnóstico completo da empresa, e ainda presumir o que está por acontecer.

A qualidade da informação contábil é determinada por sua relevância, confiabilidade, comparabilidade e continuidade (Abdulazizov et al., 2022). As características qualitativas de informações financeiras úteis identificam os tipos de informações que tendem a ser mais úteis para os usuários externos, para que tomem decisões sobre a entidade que reporta com bases no que consta em seu relatório financeiro (Sande; Neiva, 2021). A análise das demonstrações financeiras oferece um diagnóstico para avaliar atividades de financiamento, atividades de investimento e atividades operacionais, e atuam como uma ferramenta de avaliação para decisões de gestão e outras decisões de negócios (Hasanaj; Kuqi, 2019).

A análise das demonstrações contábeis contempla a análise horizontal, análise vertical e análise por meio de índices que permitem avaliar a evolução da empresa durante um determinado período, bem como comparar resultados de diferentes entidades, entre outras análises (Martin *et al.*, 2020). Todas úteis e necessárias para investidores, credores, acionistas e parceiros comerciais.

A análise horizontal consiste na comparação do valor percentual de grupos com relação a percentuais dos anos anteriores, preocupando-se com a evolução da empresa e do ritmo de seus negócios, compara resultados atuais com os de anos anteriores e pondera, inclusive, as possibilidades de evolução futura (Reis, 2014). A análise vertical é utilizada para identificar a porcentagem de participação de determinado indicador no resultado, tendo por objetivo medir percentualmente cada componente em relação ao todo do qual faz parte (Fransosi, 2018). A análise por meio de índices, também conhecida como análise por quocientes, é um processo de calcular a relação numérica entre dois elementos patrimoniais ou de resultado. (Yoshitake, 2021).

A análise das demonstrações contábeis é considerada mais que uma técnica: ela é uma arte (Marzoni; Souza, 2020); desempenha um papel crucial ao diagnosticar o empreendimento, identificar os pontos críticos e delinear as prioridades para resolver os problemas (Souza, 2023). Pode-se afirmar que a análise das demonstrações financeiras é um método de comparar, julgar ou avaliar a situação de determinadas partes do balanço, com base nas quais são tomadas decisões importantes (Hasanaj; Kuqi, 2019).



2.2 Estudos anteriores

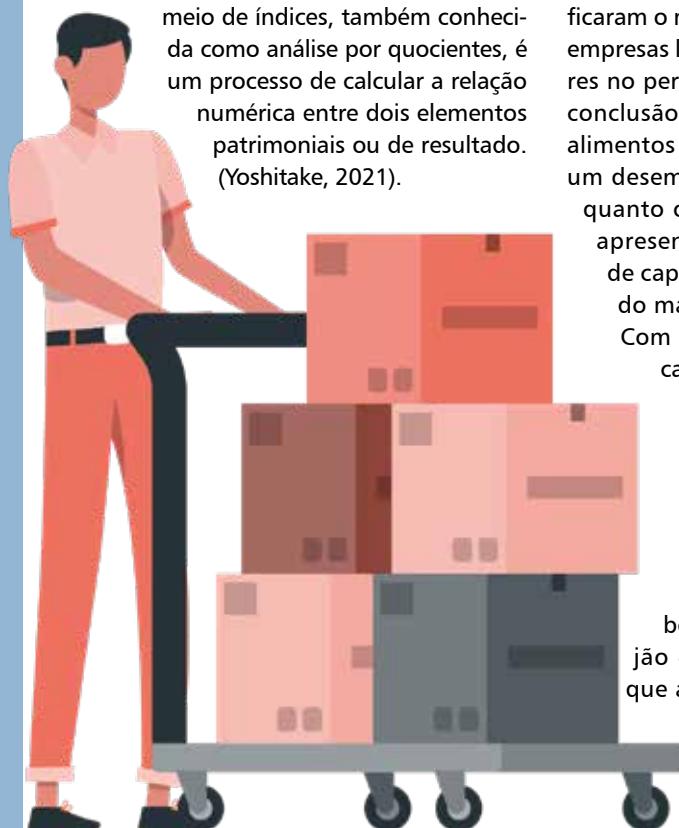
A análise das demonstrações contábeis é uma técnica que vem sendo utilizada em estudos e pesquisas no decorrer dos anos com o objetivo de interpretar e analisar as informações financeiras divulgadas por empresas pertencentes ao mercado de capitais ou não.

Ao analisar o setor de agronegócios, Michels *et al.* (2018), verificaram o nível de desempenho das empresas listadas na bolsa de valores no período de 2014 a 2016. A conclusão foi que o segmento de alimentos e derivados apresentou um desempenho satisfatório, enquanto o de carnes e derivados apresentou maior necessidade de capitais de terceiros, gerando mais despesas financeiras. Com relação ao segmento de carnes e derivados, o estudo contemplou as empresas BRF, JBS, Marfrig e Minerva.

Com o objetivo de analisar as empresas listadas na B3 do segmento de alimentos e bebidas, o estudo de Gurjão *et al.* (2019) evidencia que as empresas desse setor apresentaram baixa eficiência econômica e financeira, e demonstra dificulda-

de em manter seus indicadores de estrutura de capital e de rentabilidade em níveis satisfatórios. Conclusão adversa foi apurada no estudo de Koeche *et al.* (2021) que, ao analisar o desempenho econômico-financeiro das quatro maiores empresas do setor de agronegócio listadas na B3, averiguou que, além do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do setor, mesmo com a crise gerada pela pandemia, as empresas elevaram seu faturamento e melhoraram a lucratividade e a rentabilidade.

Na tentativa de comparar o ranking de desempenho das empresas de consumo cíclico, listadas na B3, antes e durante a pandemia causada pela Covid-19, Costa (2021) valeu-se da técnica da análise das demonstrações contábeis. Por meio de indicadores de liquidez, endividamento, rentabilidade e de mercado, concluiu que as empresas em geral conseguiram manter suas posições e, em alguns casos, até melhorar, o que indica que a pandemia não teve impactos significativos nesse setor. Resultado parecido foi encontrado no estudo de Macedo (2021) que, ao analisar as empresas listadas na B3 no setor de saúde, conclui que as empresas conseguiram manter e até melhorar seus indicadores.



3 Procedimentos Metodológicos

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa se classifica como quantitativa, tendo em vista a necessidade de analisar dados expressados em número. Quanto aos objetivos, é descritiva, pois visa à descrição das características de determinada população ou fenômeno. Quanto aos procedimentos técnicos, ela é documental, apresentando os relatórios contábeis das empresas escolhidas (Prodanov; Freitas, 2013).

A população da pesquisa são empresas do setor econômico, inseridas no segmento de carnes e derivados, listadas e negociadas na B3, tendo como parâmetro de comparação os anos de 2021 a 2023. A B3 é atualmente a única bolsa de valores em operação no Brasil. A amostra compreende seis empresas, conforme exposto na Tabela 1.

Para a coleta de dados das empresas escolhidas e posterior exame, analisaram-se as demonstrações contábeis divulgadas pela amostra. As informações contábeis e financeiras das empresas foram coletadas no site da B3 em abril de 2024. Foi dada preferência às demonstrações contábeis consolidadas das empresas, com exceção das que divulgaram apenas as demonstrações na versão individual.

Mediante a interpretação das demonstrações contábeis disponibilizadas pela amostra e a análise por meio de índices, verificou-se o desempenho econômico-financeiro das empresas. A Tabela 2 demonstra os índices a serem calculados e analisados no decorrer desse estudo.

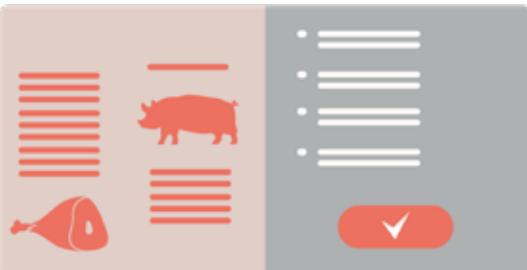


Tabela 1 – Composição da amostra

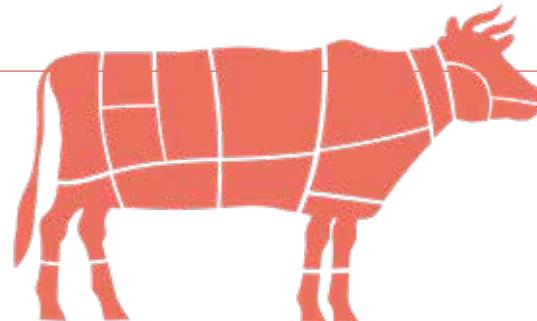
Empresa	Estado	Principais atividades
BRF S. A.	Santa Catarina	Criação, produção e abate de aves e suíños, industrialização, comercialização e distribuição de carnes in natura e outros.
Excelsior Alimentos S. A.	Rio Grande do Sul	Produção de industrializados de embutidos de carnes.
JBS S. A.	São Paulo	Portfólio de produtos diversificados, com opções que vão desde carnes in natura e congelados, até pratos prontos para o consumo.
Marfrig Global Foods S. A.	São Paulo	Produção de alimentos de alto valor agregado à base de proteína animal, basicamente bovina, e de opções variadas, prontas para o consumo, como vegetais congelados, ovinos, peixes e molhos.
Minerva S. A.	São Paulo	Abate de gado; processamento de carnes; comercialização de carnes in natura resfriadas, congeladas e processadas; e exportação de gado vivo.
Minupar Participações S. A.	Rio Grande do Sul	Participação no capital de outras sociedades. A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas e produção de produtos industrializados à base de carnes.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Tabela 2 – Indicadores e fórmulas

Indicadores	Fórmulas
De Liquidez Corrente	Ativo Circulante Passivo Circulante
De Liquidez Seca	Ativo Circulante - Estoques - Despesas Antecipadas Passivo Circulante
De Liquidez Imediata	Caixa e Equivalentes de Caixa Passivo Circulante
De Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
De Estrutura Patrimonial - Endividamento	Capitais de Terceiros Patrimônio Líquido
De Estrutura Patrimonial - Composição do Endividamento	Passivo Circulante Capitais de Terceiros
De Estrutura Patrimonial - Imobilização do PL	Ativo não Circulante - Ativo Realizável Longo Prazo Patrimônio Líquido
De Estrutura Patrimonial - Imobilização de Recursos não Correntes	Ativo não Circulante - Ativo Realizável Longo Prazo Patrimônio Líquido + Passivo não Circulante
De Rentabilidade - Margem Líquida	Lucro Líquido Receita Líquida
De Rentabilidade - Giro do Ativo	Receita Líquida Ativo Total
De Rentabilidade - Retorno sobre Ativo	Lucro Líquido Ativo Total
De Rentabilidade - Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Lucro Líquido Patrimônio Líquido - Lucro Líquido

Fonte: adaptada de Análise didática das demonstrações contábeis, de Eliseu Martins, 2020.



A partir dos critérios escolhidos, procedeu-se à análise individual de cada empresa visando contemplar os principais atributos da gestão de uma companhia, incluindo indicadores de liquidez, estrutura patrimonial e rentabilidade. A fim de obter um comparativo entre os períodos de 2021 a 2023 dos principais grupos patrimoniais das empresas, utilizou-se também a análise horizontal com o intuito de observar a evolução dos resultados das contas apresentados pela amostra.

4 Resultados

Nesta seção, apresenta-se a análise de dados, por meio de indicadores de desempenho, e análise horizontal, realizadas nos anos de 2021 a 2023, com o intuito de cumprir o objetivo proposto.

4.1 Análise de liquidez

A Figura 1 apresenta o resultado da análise de liquidez por empresa da amostra.

A liquidez representa a situação financeira da empresa, e compara os recursos disponíveis e aptos a fazer frente aos compromissos financeiros assumidos pela companhia (Martins, 2020). Os índices de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa, e demonstram a sua capacidade de pagamento.

O índice de liquidez corrente demonstra a capacidade da empresa em honrar seus pagamentos a curto prazo. Ao analisar os resultados apresentados na Figura 3, pode-se concluir que, com exceção da Minupar S. A., todas as companhias possuem capital circulante suficiente para financiar suas necessidades de capital de giro nos anos de 2023 e 2022. Verifica-se que a Excelsior S. A. teve o aumento mais relevante da amostra, o qual passou de 0,79 a 1,21 de 2021 a 2022, apresentou índice superior a 1 em 2022 e



Fonte: dados da pesquisa (2024).

manteve-se constante em 2023 ao apresentar o valor de 1,20. O pior desempenho foi apresentado pela empresa Minupar S. A., que obteve os menores índices da amostra e, apesar de registrar um aumento, o valor da liquidez corrente está muito abaixo do ideal.

Tal índice considera os estoques em seu cálculo. Diante disso, a liquidez seca faz-se necessária ao demonstrar como as empresas podem arcar com suas dívidas utilizando ativos circulantes que possuem mais liquidez. Ao considerar o índice de liquidez corrente, constata-se uma melhoria considerável nos índices de 2023 com as empresas JBS S. A., Marfri S. A. e Minerva S. A., com a manutenção do seu capital circulante líquido positivo, indicando uma boa capacidade de pagamento. As demais, ao ser retirado o estoque do cálculo, apresentam capital circulante líquido negativo,

o que pode ser um problema, caso seja necessário liquidar suas dívidas em curto prazo, o que demonstra a dependência da empresa na realização desses ativos. Entretanto, constata-se uma melhoria significativa nos índices de liquidez seca da BRF S. A. e da Excelsior S. A., de 2022 para 2023.

Com o intuito de demonstrar a capacidade de pagamento em curíssimo prazo, calculou-se a liquidez imediata. A BRF S. A. e a Excelsior S. A., em 2023, apresentaram os maiores índices, apesar de ainda inferiores aos de liquidez corrente. Assaf (2010) explica que esse quociente é normalmente baixo devido ao pouco interesse das empresas em manter recursos monetários em caixa. Os índices apresentados pela amostra em todos os períodos analisados são inferiores a 1, o que demonstra pouca capacidade de honrar suas obrigações de curíssimo prazo.

“A liquidez representa a situação financeira da empresa, e compara os recursos disponíveis e aptos a fazer frente aos compromissos financeiros assumidos pela companhia (Martins, 2020). Os índices de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa, e demonstram a sua capacidade de pagamento.”

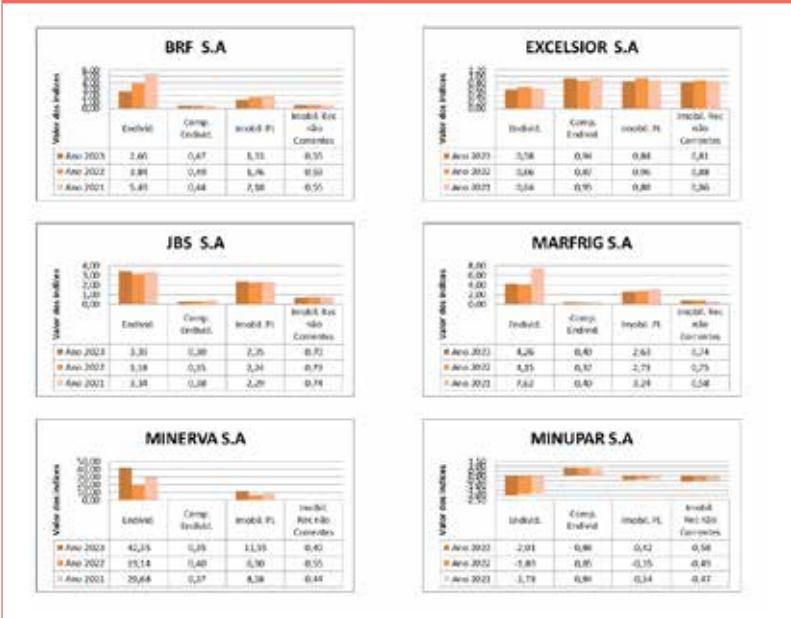
A fim de identificar a capacidade das companhias de saldar todas as suas dívidas, sejam de curto ou de longo prazo, calculou-se o índice de liquidez geral. O resultado indica que em 2022 essa capacidade diminuiu ou não sofreu alterações, mostrando que a maioria das empresas do setor possui baixa capacidade de pagamento das suas obrigações, caso seja necessário utilizar as disponibilidades e os direitos de curto e longo prazos. Em 2023, algumas companhias apresentaram um pequeno aumento, mas muito aquém do esperado. A Excelsior S. A. é a exceção, pois manteve o seu índice superior a 1 em todos os anos analisados, registrando, após uma queda de 2021 a 2022, um crescimento em 2023. É a única companhia da amostra a possuir certa margem de segurança, caso necessite cumprir com as suas obrigações na totalidade valendo-se das disponibilidades e dos direitos de curto e longo prazos.

4.2 Análise de estrutura patrimonial

A Figura 2 apresenta o resultado da análise de estrutura patrimonial por empresa da amostra.

A análise da estrutura patrimonial é crucial para entender as relações entre as fontes de financiamento próprio e de terceiros, e,

Figura 2 – Resultado da análise de estrutura patrimonial



Fonte: dados da pesquisa (2024).

com isso, avaliar a dependência da entidade em relação aos recursos externos (Martins, 2020). De forma simplificada, quanto menores os valores dos índices, melhor será a capacidade da empresa em se manter com recursos próprios e, consequentemente, menor será seu comprometimento com dívidas. A partir da Figura 4, verifica-se uma queda nos índices de endividamento das empresas BRF S. A. e Excelsior S. A. As demais empresas

aumentaram seus índices, principalmente a Minerva S. A., que registrou um aumento de 121% de 2022 para 2023. Isso demonstra que as companhias apresentam alta dependência de capital de terceiros, e evidencia que grande parte do Ativo Total se encontra financiada por capitais de terceiros.



O índice composição do endividamento objetiva apurar quanto da dívida total com terceiros está concentrada no curto prazo. Apesar de não apresentar alta dependência de capital de terceiros, a Excelsior S. A. é a única que possui grande parte de suas dívidas vencíveis em curto prazo, o que pode ser prejudicial em uma situação de adversidade. A Minupar S. A. também apresentou índice elevado, conforme apresentado na Figura 4. As demais companhias apresentam melhores condições de gerar seus recursos e conseguir cumprir seus compromissos em um momento de tribulação, oferecendo menores riscos.

Para analisar a parcela do capital próprio que está investida em Ativos Não Circulantes, usou-se o índice de imobilização do patrimônio líquido. Os resultados demonstram que as empresas se encontram em dois momentos diferentes. Enquanto as companhias BRF S. A., Excelsior S. A. e Marfrig S. A. demonstraram queda na imobilização em relação ao patrimônio líquido, as demais empresas aumentaram seus índices, apontando que, em 2023, passaram a ter menos recursos para investir em Ativos Circulantes.

Em relação à imobilização de recursos não correntes, a amostra apresentou índices inferiores a 1, não demonstrando desequilíbrio financeiro. A Excelsior S. A., apesar de registrar uma queda de 2022 para 2023, é a única que está quase alcançando esse limite, pois possui 81% de recursos de curto prazo sendo imobilizados no ano de 2023.

4.3 Análise de Rentabilidade

A Figura 3 apresenta o resultado da análise de rentabilidade por empresa da amostra.

Os índices de rentabilidade relacionam com frequência os resultados obtidos pela empresa com algum valor que expresse a dimensão relativa dos mesmos, a saber: valor

Figura 3 – Resultado da análise de estrutura patrimonial



Fonte: dados da pesquisa (2024).

de vendas, ativo total, patrimônio líquido ou ativo operacional (Iudícibus, 2017). Esses índices ajudam a entender se a estratégia adotada pela empresa está tendo êxito e se os investimentos estão corretos (Gurjão et al., 2019).

Para conhecer o quanto das vendas líquidas da empresa é convertido em lucro líquido, analisou-se a margem líquida dos anos de 2021 a 2023. Os resultados apresentados na Figura 5 demonstram uma margem de lucro muito baixa, visto que todas as companhias apresentaram resultados inferiores a 10% no ano de 2023. Nos períodos analisados, observa-se uma queda no valor do índice em quase todas as companhias da amostra, o que pode ser prejudicial no caso de ocorrer alguma turbulência na economia. Pelo fato de as empresas BRF S. A. e Marfrig S. A. terem apresentado valores negativos em 2023, mesmo que o setor possua uma alta concorrência e que elas não demonstrem desequilíbrio financeiro no momento, se essa situação persistir, poderá ocasionar insegurança e desvantagem competitiva.

O índice Giro do Ativo aponta quanto a empresa vendeu para cada real investido (Martins, 2020). Em relação a esse índice, as companhias Marfrig S. A. e Minerva S. A. registraram uma crescente queda em seus percentuais de 2021 a 2023, apesar de ter sido verificada uma pequena melhoria no caso da Marfrig S. A. de 2022 a 2023. As demais empresas demonstraram aumento no período analisado, o que indica que os recursos aplicados no Ativo estão sendo utilizados com maior eficiência. O cálculo do Retorno sobre Ativo (ROA) da amostra apresentou índices baixos, alguns negativos e outros pouco acima do zero. Exceção a essa afirmação foi a empresa Excelsior S. A. que, de 2022 para 2023, apresentou o maior índice de rentabilidade entre as companhias, registrando 11% de geração de lucro a partir de seus ativos. As demais companhias demonstraram índices insatisfatórios em 2023, sendo que a BRF S. A. e a Marfrig S. A. apresentaram resultados negativos, constituindo os piores índices da amostra.



Ao comparar o lucro líquido do exercício com o capital próprio da empresa, chega-se ao valor do retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). A Excelsior S. A. apresentou melhora significativa de 2022 para 2023, e fechou o exercício financeiro com ROE positivo. Melhora também foi verificada no ROE da BRF S. A., apesar de ainda apresentar valor negativo. As demais empresas registraram quedas no valor do índice de um período para o outro. Com exceção da Excelsior S. A. e da Minerava S. A., as companhias apresentaram em 2023 queda no valor ou índice negativo, e registraram prejuízo e uma piora marcante da situação econômica. A Minerva S. A., apesar da queda, manteve seu índice positivo.

4.4 Análise de evolução

Essa análise foi escolhida para o estudo devido à sua capacidade de avaliar a evolução das contas, e possibilitar a comparação de mais de um período de relatório. A data base escolhida para a análise é o ano de 2021.

Ao analisar a Tabela 3, verifica-se pequeno crescimento nas contas de 2021 para 2023, com exceção do Passivo Não Circulante, visto que a BRF S. A. reduziu o valor de empréstimos e financiamentos captados. Essa redução explica a queda que a empresa apresentou no índice de endividamento que passou de 5,49 para 2,66. A empresa registrou aumento nos índices de liquidez corrente e nos índices de liquidez geral, mesmo apresentando pequena queda no percentual do Ativo Circulante. A empresa melhorou sua capacidade de pagamento e diminuiu sua dependência de capital de terceiros. O prejuízo apurado no período de 2023, mesmo que inferior ao de 2022, influenciou os índices de margem líquida, ROA e ROE, que apresentaram valores negativos no ano de 2022 e 2023.

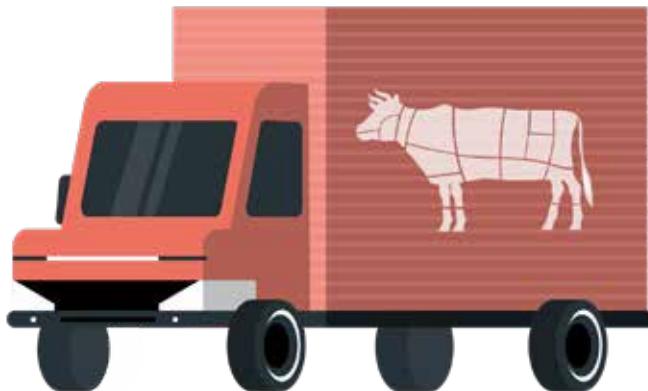


Tabela 3 – Informações patrimoniais Empresa BRF S. A.

Item/Período	2023	Variação	2022	Variação	2021
Ativo Total	57.272.090	102,4	57.854.447	103,5	55.903.387
Ativo Circulante	25.954.262	98,9	26.504.346	101,0	26.243.123
Ativo Não Circulante	31.317.828	105,6	31.350.101	105,7	29.660.264
Passivo Total	57.272.090	102,4	57.854.447	103,5	55.903.387
Passivo Circulante	19.390.348	91,4	22.297.939	105,1	21.225.289
Passivo Não Circulante	22.238.086	86,0	23.733.639	91,8	25.852.475
Patrimônio Líquido	15.643.656	177,3	11.822.869	134,0	8.825.623
Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.868.852	-427,3	-3.141.626	-718,3	437.384

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Tabela 4 – Informações patrimoniais Empresa Excelsior S. A.

Item/Período	2023	Variação	2022	Variação	2021
Ativo Total	166.014	102,6	151.971	94,0	161.753
Ativo Circulante	68.662	145,3	63.715	134,8	47.268
Ativo Não Circulante	97.352	85,0	88.256	77,1	114.485
Passivo Total	166.014	102,6	151.971	94,0	161.753
Passivo Circulante	57.305	95,6	52.629	87,8	59.949
Passivo Não Circulante	3.690	124,1	7.934	266,8	2.974
Patrimônio Líquido	105.019	106,3	91.408	92,5	98.830
Lucros/Prejuízos Acumulados	17.675	252,8	-1.420	-20,3	6.992

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A Tabela 4 demonstra crescimento nas contas de Ativo Circulante e Passivo não Circulante de 2021 a 2022. As demais contas apresentam redução de um período para o outro. O aumento do Ativo, também verificado em 2023, justifica-se em razão do aumento da conta Caixa e Equivalentes, e também da conta Contas a Receber, o que explica o crescimento acentuado do índice Giro do Ativo, que passou de 1,08 para 1,34. Os demais índices de rentabilidade tiveram queda de 2021 para 2022 devido ao prejuízo

acumulado apurado no exercício de 2022. Todavia, a empresa, por meio do aumento das vendas, apresentou a melhor recuperação da amostra em 2023, e fechou o exercício com resultado positivo. Apesar de ser a única empresa a possuir grande parte de suas dívidas vencíveis em curto prazo, essa situação é amenizada devido ao índice de liquidez geral ser superior a 1 em ambos os períodos analisados, e também pelo fato de a liquidez seca estar em processo de aumento, e variar de 0,53 para 0,99 de 2021 a 2023.

Apesar de apresentar redução no Ativo Circulante e Passivo Circulante de um período para o outro, conforme demonstrado pela Tabela 5, a JBS S. A. apresentou em 2021, 2022 e 2023 liquidez corrente de 1,40, 1,44 e 1,64, respectivamente. É a empresa que mais possui recursos para fazer frente aos seus compromissos entre as concorrentes analisadas. Ela reduziu o valor de empréstimos e financiamentos em curto prazo, e aumentou os de longo prazo, o que explica a pouca variação nos índices de endividamento nos períodos analisados. A redução, porém, do Lucro de 2021 para 2022 e o prejuízo apurado em 2023, resultaram nas quedas dos índices de rentabilidade, o que demonstra que a estratégia adotada está reduzindo os seus resultados.

Em relação ao ROA, os índices mostram queda na eficiência em relação à aplicação de recursos, passando de 10% a 0% de geração de lucros a partir de seus Ativos de 2021 para 2023. A empresa apresentava constância em seus resultados de 2021 para 2022. Entretanto, no ano de 2023, ela reduziu suas receitas e aumentou suas despesas operacionais. Esse fato, aliado ao resultado negativo das Operações Continuadas, resultou no prejuízo apurado no exercício.

Ao analisar a Tabela 6, verifica-se que a Marfrig S. A. apresentou o maior crescimento entre as empresas analisadas em suas contas de um período para o outro, com destaque para as contas Aplicações Financeiras, Estoque, Investimentos e Imobilizado do Ativo Total. Esses crescimentos refletem nos aumentos dos índices de liquidez, principalmente a corrente que registrou valores de 1,14, 1,25 e 1,24 nos períodos analisados. No Passivo Total, verifica-se aumento considerável nas contas de Fornecedores e Empréstimos e Financiamentos em longo prazo. Entretanto, esses

Tabela 5 – Informações patrimoniais JBS S. A.

Item/Período	2023	Variação	2022	Variação	2021
Ativo Total	206.132.069	99,5	208.110.628	100,4	207.250.884
Ativo Circulante	78.604.923	93,7	79.391.070	94,6	83.914.206
Ativo Não Circulante	127.527.146	103,4	128.719.558	104,4	123.336.678
Passivo Total	206.132.069	99,5	208.110.628	100,4	207.250.884
Passivo Circulante	47.914.141	80,1	55.160.222	92,2	59.809.083
Passivo Não Circulante	111.219.622	111,6	103.141.475	103,5	99.645.081
Patrimônio Líquido	46.998.306	98,3	49.808.931	104,2	47.796.720
Lucros/Prejuízos Acumulados	-729.145	-3,6	16.201.254	78,9	20.529.653

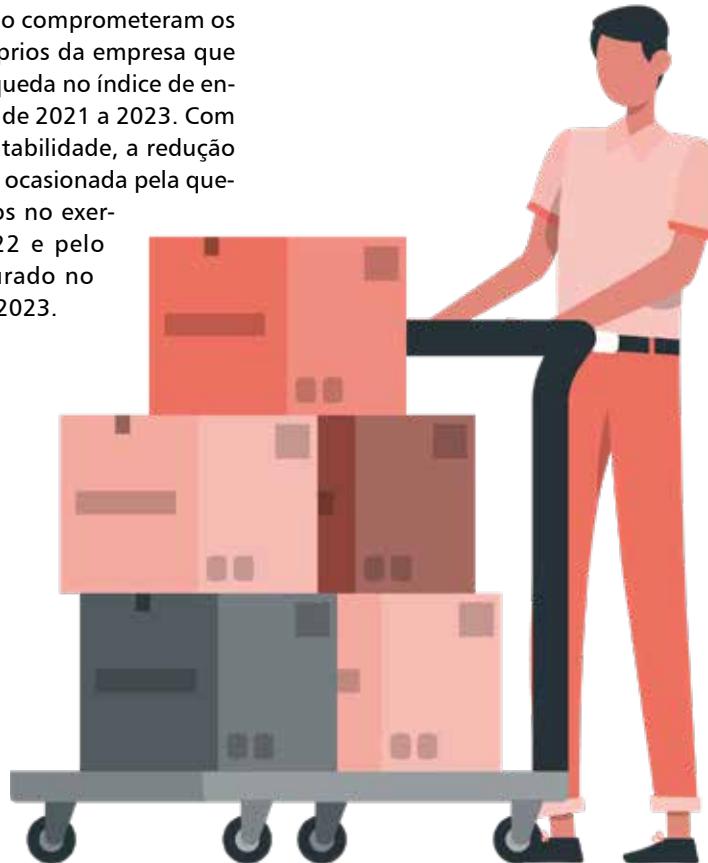
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Tabela 6 – Informações Patrimoniais Empresa Marfrig S. A.

Item/Período	2023	Variação	2022	Variação	2021
Ativo Total	130.954.636	272,8	136.104.323	283,5	48.003.258
Ativo Circulante	52.100.800	267,0	50.598.078	259,3	19.514.305
Ativo Não Circulante	78.853.836	276,8	85.506.245	300,1	28.488.953
Passivo Total	130.954.636	272,8	136.104.323	283,5	48.003.258
Passivo Circulante	42.170.873	247,4	40.420.580	237,1	17.047.662
Passivo Não Circulante	63.893.928	251,7	69.234.134	272,7	25.383.873
Patrimônio Líquido	24.889.835	446,7	26.449.609	474,7	5.571.723
Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.621.246	-54,5	2.762.975	41,6	6.646.379

Fonte: dados da pesquisa (2024).

aumentos não comprometeram os recursos próprios da empresa que apresentou queda no índice de endividamento de 2021 a 2023. Com relação à rentabilidade, a redução verificada foi ocasionada pela queda dos Lucros no exercício de 2022 e pelo prejuízo apurado no exercício de 2023.



“O índice composição do endividamento objetiva apurar quanto da dívida total com terceiros está concentrada no curto prazo. Apesar de não apresentar alta dependência de capital de terceiros, a Excelsior S. A. é a única que possui grande parte de suas dívidas vencíveis em curto prazo, o que pode ser prejudicial em uma situação de adversidade.”

Entre as empresas analisadas, a Minerva S. A. é que a se mostra mais constante, mantendo seu desenvolvimento econômico estável e satisfatório de um ano para o outro. A Tabela 7 mostra que o aumento mais significativo nas contas da Minerva S. A. foi constatado no Patrimônio Líquido, visto que a empresa constitui um percentual maior de Reservas de Lucro e Reservas Estatutárias em 2022. Tal aumento justifica as quedas apuradas tanto no índice de endividamento que passou de 29,68 para 19,14, quanto no índice de RSPL, variando de 8,68 para 6,90 de 2021 para 2022. No entanto, situação adversa foi verificada no ano de 2023, período em que a empresa aumentou em mais de 200% o seu grau de endividamento ao dobrar o valor de recursos captados com terceiros, tanto em curto quanto em longo prazo.

A redução verificada no Ativo Circulante no ano de 2022 deve-se a conta Caixas e Equivalentes de Caixa, e a conta Aplicações Financeiras, sem prejuízo, contudo, da sua capacidade de pagamento imediato, por apresentar os melhores índices de Liquidez Seca da amostra no período analisado. A empresa utiliza capital de terceiros para financiar projetos

Tabela 8 – Informações Patrimoniais Empresa Minupar S. A.

Item/Período	2023	Variação	2022	Variação	2021
Ativo Total	327.297	122,6	297.888	111,6	266.931
Ativo Circulante	178.029	139,5	162.438	127,3	127.597
Ativo Não Circulante	149.268	107,1	135.450	97,2	139.334
Passivo Total	327.297	122,6	297.888	111,6	266.931
Passivo Circulante	560.972	109,3	539.809	105,1	513.416
Passivo Não Circulante	90.500	92,7	94.164	96,4	97.676
Patrimônio Líquido	-324.175	94,2	-336.085	97,7	-344.161
Lucros/Prejuízos Acumulados	11.909	35,2	6.555	19,4	33.810

Fonte: dados da pesquisa (2024).

de crescimento, o que justifica o alto índice de endividamento verificado nos períodos analisados. Ainda assim, a estratégia da companhia parece estar funcionando, visto que a Minerva S. A. apurou lucro em ambos os períodos, o que demonstra o melhor desempenho econômico entre as empresas do setor.

Apesar de registrar crescimento nas contas do Ativo Total e do Passivo Total, conforme demonstrado na Tabela 8, a Minupar S. A. foi quem registrou os piores índices de rentabilidade apresentados pela amostra, com exceção do Giro do Ativo, que se manteve superior a 1 nos anos analisados. Os índices que registraram queda foram influenciados, em boa parte, pelo Patri-

mônio Líquido que apresentou resultado negativo pelo terceiro ano consecutivo. Apesar de registrar queda nos lucros de 2021 para 2022, a empresa registrou aumento em 2023 devido ao resultado positivo na conta Outras Receitas Operacionais.

Todos os índices de liquidez apresentados pela Minupar S. A. são inferiores a 1, indicando que a empresa não possui condições de cumprir com seus compromissos financeiros, caso seja necessário. Seria interessante que ela revisse as estratégias adotadas, por estar inserida em um setor altamente competitivo e dinâmico, no qual até pequenas desvantagens competitivas podem ser prejudiciais, o que impacta na tomada de decisão de investidores e credores.

5 Considerações Finais

O estudo teve como objetivo analisar o desempenho econômico-financeiro das demonstrações contábeis divulgadas pelas empresas listadas na Brasil, Bolsa e Balcão, inseridas no segmento de carnes e derivados, utilizando-se das técnicas procedentes da análise das demonstrações contábeis. Primeiramente, foi apresentada a amostra e realizado um estudo exploratório nas informações financeiras divulgadas. Com o auxílio da análise de quocientes, foram verificadas a liquidez, a estrutura patrimonial e a rentabilidade das empresas. Quanto à liquidez, as empresas que se destacaram foram a BRF S. A. e a JBS S. A., em relação à liquidez corrente, e a Minerva S. A. em relação à liquidez corrente e seca.

Todas as empresas da amostra registraram índice de liquidez imediata extremamente baixos, o que demonstra que elas não man-

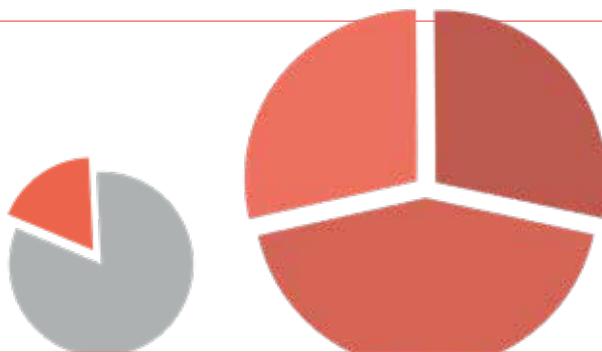


Tabela 7 –Informações Patrimoniais Empresa Minerva S. A.

Item/Período	2023	Variação	2022	Variação	2021
Ativo Total	28.594.154	142,5	21.400.128	106,6	20.069.462
Ativo Circulante	18.135.700	131,7	12.986.719	94,3	13.767.100
Ativo Não Circulante	10.458.454	165,9	8.413.409	133,5	6.302.362
Passivo Total	28.594.154	142,5	21.400.128	106,6	20.069.462
Passivo Circulante	9.746.503	134,7	8.129.741	112,3	7.238.370
Passivo Não Circulante	18.188.101	149,4	12.207.892	100,3	12.176.961
Patrimônio Líquido	659.550	60,5	1.062.495	162,4	654.131
Lucros/Prejuízos Acumulados	395.533	0,0	655.064	109,4	598.879

Fonte: dados da pesquisa (2024).

têm altos recursos monetários em caixa e equivalentes. em relação à capacidade das companhias de saldar todas as suas dívidas, sejam de curto ou longo prazo, os resultados indicaram que essa capacidade diminui ou não sofreu alterações relevantes em 2023, o que evidencia que a maioria das empresas do setor possui baixa capacidade de pagamento das suas obrigações, podendo haver insolvência caso necessitem usar as disponibilidades e os direitos de curto e longo prazos. A exceção foi a Excelsior S. A., que apresentou índices de liquidez geral superior a 1 em todos os anos analisados, sendo a única companhia a possuir certa margem de segurança caso necessite cumprir com as suas obrigações.

A queda verificada nos índices de endividamento demonstra que não há desequilíbrio financeiro. Contudo, as empresas apresentam alta dependência de capital de terceiros, o que reduziu a lucrativida-

de do setor. Resultado igualmente apurado no estudo de Michels *et al.* (2018), que também apontou essa redução no segmento. Apesar de tal dependência não impactar a situação atual, é importante que essas companhias invistam em planejamentos financeiros para que no futuro não haja imprevistos. A rentabilidade não apresentou índices completamente satisfatórios, o que demonstra que a amostra possui resultados baixos em vendas líquidas convertidas em lucro líquido.

Essa insatisfação vai ao encontro da pesquisa de Gurjão *et al.* (2019), que apontou as dificuldades das empresas em manter seus indicadores de rentabilidade em níveis satisfatórios. Conclusão diversa, no entanto, foi apurada no estudo de Koeche *et al.* (2021), no qual as empresas analisadas demonstraram altos índices de rentabilidade. Analisando-se as Demonstrações de Resultado do Exercício da amostra, verifica-se aumento expressivo no Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos que, aliado à redução de receitas operacionais e ao aumento das despesas operacionais, impactou o resultado do exercício de 2023.



“A queda verificada nos índices de endividamento demonstra que não há desequilíbrio financeiro. Contudo, as empresas apresentam alta dependência de capital de terceiros, o que reduziu a lucratividade do setor. Resultado igualmente apurado no estudo de Michels *et al.* (2018), que também apontou essa redução no segmento.”

Diante dos resultados encontrados, conclui-se que a BRF S. A. e a JBS S. A., apesar das oscilações registradas, apresentaram um desenvolvimento econômico-financeiro estável. A Excelsior S. A. e a Marfrig S. A. mostram constância nos períodos analisados, mantendo seus desenvolvimentos econômico-financeiros estáveis e satisfatórios. A Excelsior S. A., inclusive, apresentou o maior crescimento econômico de 2022 para 2023 entre as empresas analisadas. O maior desempenho econômico-financeiro foi apresentado pela Minerva S. A., o que evidencia também os menores riscos e a melhor margem de segurança. Situação adversa foi apurada nos cálculos dos índices da Minupar S. A., indicando que a empresa pode enfrentar desequilíbrios no futuro, caso não reveja as suas estratégias e sua gestão.

Ao analisar o desempenho econômico-financeiro das informações contábeis divulgadas pela amostra, o estudo constatou que a análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta útil e importante, a qual pode ser utilizada para avaliar o desempenho e o desenvolvimento das empresas, e contribui com a tomada de decisão ao fornecer informações econômico-financeiras

sobre a situação das empresas analisadas. Conclusão parecida foi apresentada pelo estudo de Hasanaj e Kuqi (2019) ao afirmar que a análise das demonstrações contábeis, apesar de ter surgido no final do século XIX, ainda é uma importante ferramenta de avaliação para decisões de gestão e outras decisões de negócios.

Os resultados obtidos nesse estudo restringem-se aos anos de 2021 a 2023, por terem sido os últimos relatórios apresentados pela amostra. As empresas demonstram possuir potencial para aumentarem as suas vantagens competitivas justamente por estarem inseridas em um mercado que possibilita esse crescimento, visando melho-

rar o seu desenvolvimento econômico-financeiro. Essa melhoria pode ser verificada em estudos futuros. Pode-se depreender que, conforme o setor estudado e o ambiente no qual as empresas estão inseridas, mesmo que listadas na mesma bolsa de negociações, as conclusões acerca dos estudos desenvolvidos são assimétricas, mostrando-se proveitosas as pesquisas direcionadas para cada segmento, de forma a evidenciar as suas particularidades, necessidades e até mesmo limitações. Espera-se que esta pesquisa incentive a utilização da análise das demonstrações contábeis, e conte com outros setores e segmentos.



Referências

- ABDULAAZIZOV, K. U., Sherzod, I., & Abdulkhodinevavna, S. M. (2022). Improving the methodological basis of accounting for financial assets. *Revista Internacional de Ciência Social e Pesquisa Interdisciplinar*, 11(1), 169-175. Acesso em: 20 mar. 2024. <http://www.gejournal.net/index.php/IJSSIR/article/view/842>
- ASSAF, A. N. (2010). Estrutura e Análise de Balanços (9a ed). Atlas. Acesso em: 24 mar. 2024.
- BRASIL, Bolsa, Balcão S/A. (2024). Produtos e Serviços, negociação, renda variável, ações, empresas listadas. Acesso em: 10 mar. 2024. https://www.b3.com.br/pt_br/institucional
- BRIZOLA, E. M. H., Silva, I.F., Souza, D., & Vargas, A.J. (2021). A transparência e o controle social dos gastos públicos municipais. *Revista Jurídica Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea*, 5(5), 106-124. Acesso em: 16 mar. 2024 https://revistas.fw.uri.br/index.php/rev_jur_direitoecidadania/article/view/4065/3162
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. (2023). CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Acesso em: 12 mar. 2024. <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/>
- COSTA, F. J. S. (2021). Efeitos da pandemia da Covid-19 no desempenho das empresas listadas no mercado de capitais brasileiro. Acesso em: 20 mar. 2024 [Monografia, Centro Universitário Christus]. Acesso em: 01 mar. 2024. <https://repositorio.unicristus.edu.br/jspui/handle/123456789/1265>
- FRANSOSI, I. R. (2018). Importância da análise das demonstrações contábeis por meio de índices no processo estratégico: estudo de caso da Cia. Hering S.A. [Monografia, Centro Universitário Federal de Mato Grosso]. Acesso em: 16 mar. 2024 https://bdm.ufmt.br/handle/1/1329?locale=pt_BR
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (2023). Carnes e Derivados. <https://portal.fgv.br/> Acesso em: 10 mar. 2024
- GURJÃO, N. O., Albuquerque, W. M., & Kilmer, C.C. (2019). Análise de Índice de Desempenho Financeiro e Econômico de empresas de alimentos e bebidas no Brasil. *Revista de Administração da UEG*, 10(3), 24-48. Acesso em: 20 mar. 2024 <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51278/>
- IUDICÍBUS, S. (2017). Análise de balanços (11a ed.). Atlas. Acesso em: 20 mar. 2024
- IUDICÍBUS, S., & Martins, E. (2022). Manual de Contabilidade Societária (4a ed.). Atlas. Acesso em: 16 mar. 2024
- HASANAJ, P., & Kuqi, B. (2019). Analysis of Financial Statements: The Importance of Financial Indicators in Enterprise. *Humanities and Social Science Research*, 2(2), 17-27 Acesso em: 20 mar. 2024 <https://ideasspread.org/index.php/hssr/article/view/305>
- KOECHE, A. S., Allgaier, J.F., Santos, F.V., Oliveira, L., & Souza, A.R.L. (2021). Desempenho econômico-financeiro de empresas do agronegócio da carne, listadas na B3, antes e após o início da Covid-19. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*, 01-15. Acesso em: 15 mar. 2024 <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4912>
- MACEDO, C. K. M. (2021) Análise econômico-financeira de um grupo de empresas do setor de saúde listadas na B3 com base nos resultados antes e durante a pandemia da COVID-19. Centro Universitário Christus. Acesso em: 15 mar. 2024 <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/8758>
- MARTINS, E. (2020). Análise didática das demonstrações contábeis (3ª ed). Atlas. Acesso em: 16 mar. 2024
- MARTINS, E., Diniz, J., A., & Mirandi, G. J. (2020). Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica (3a ed). Atlas. Acesso em: 16 mar. 2024

MARZONNI, D. N. S., & Souza, E. M. (2020). Análise das demonstrações contábeis: Uma comparação da Odebrecht antes e depois da Operação Lava Jato. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 9(7), 1-14. Acesso em: 20 mar. 2024 <https://www.researchgate.net/publication/341062614/>

MICHELS, A., Sott, V. R., Zimmer, D. L., & Bilibio, J. P. (2018). Indicadores de desempenho econômico-financeiro nas empresas do agronegócio listadas na B3 S.A. *Custos e Negócios*, 15(2). 1-34 Acesso em: 10 mar. 2024 <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero2v15/OK%202018%20indices.pdf>

MORIDU, I. The Impact of Financial Statement Quality on Investment Decision Making: A descriptive study of the Banking Sector in West. (2023). *Revista The Es Accounting and Finance*, 1(3). 169-175. Acesso em: 20 mar. 2024 <https://esj.eastasouth-institute.com/index.php/esaf/article/view/109/85>

PRODANOV, C. C., & Freitas, E. C. (2013). Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico (2a ed). Feevale. Acesso em: 12 mar. 2024

REIS, A. C. R. (2014). Demonstrações Contábeis: estrutura e análise (3a ed). Saraiva. Acesso em: 10 mar. 2024

SANDE, S., Neiva, A. (2021). Contabilidade geral e avançada. Método. Acesso em: 10 mar. 2024

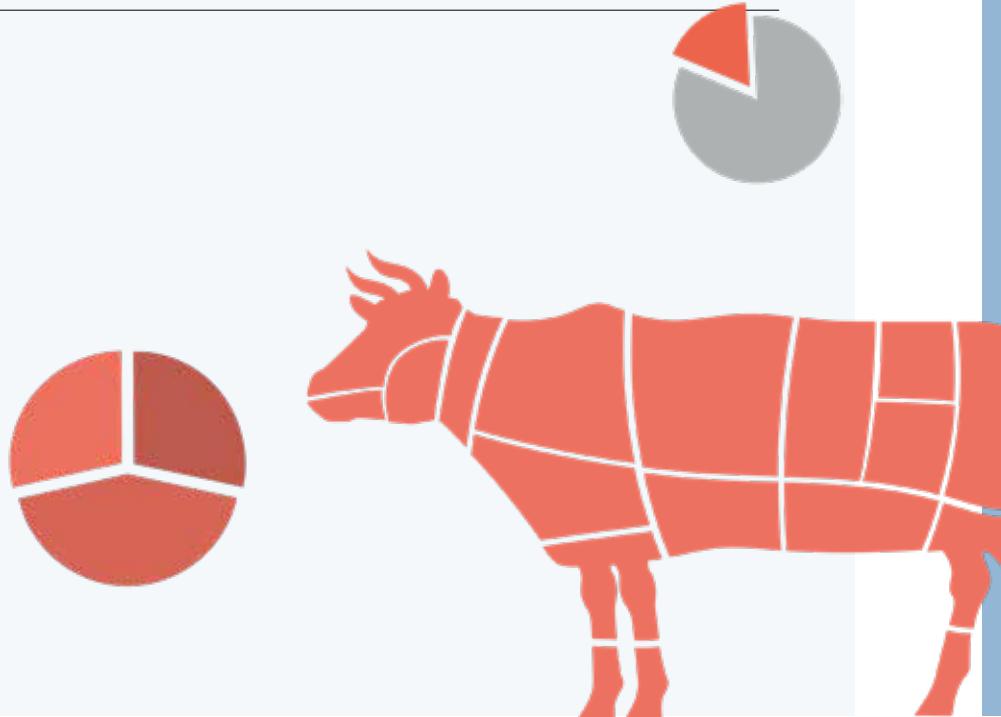
SANTOS, A., Iudicibus, S.; Martins, E., & Gelbcke, E.R. (2022). Manual de contabilidade societária (4a ed.). Atlas. Acesso em: 10 mar. 2024

SINGLE, S.K., Gupta, S.K., & Kumar. A. (2022). Financial Accounting And Computerised Accounting. SBPD Publications. Acesso em: 20 mar. 2024

SOUZA, D. C. (2023). A importância da análise das demonstrações contábeis. *Revista GeTeC*, Minas Gerais, 12(41). 76-90. Acesso em: 16 mar. 2024 <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/3112>

VALEZI, S. L. (2019). A análise das Demonstrações Contábeis como suporte para investir em empresas brasileiras de capital aberto. *Revista de Ciências Contábeis*, 10(19). 69-81. Acesso em: 15 mar. 2024 <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rcic/article/view/8980>

YOSHITAKE, M. (2021). Análise das Demonstrações Contábeis. Cruzeiro do Sul. Acesso em: 12 mar. 2024





Análise comparativa dos indicadores do valor adicionado nas estratégias de negócios sustentáveis

O objetivo desta pesquisa foi verificar a relação entre o ESG, a DVA e a elevada carga tributária do Brasil. Foram coletados os dados das empresas do setor de petróleo e gás da B3. A abordagem deste estudo tem natureza descritiva e quantitativa, caracterizada pela análise de dados secundários. Foram conduzidos testes estatísticos, empregando técnicas que incluem estatística descritiva, análise de regressão com aplicação de modelos de efeito fixo e aleatório. Essa estratégia de pesquisa visa à obtenção de resultados coerentes com a hipótese que foi formulada e investigada neste estudo. A pesquisa se concentrou nas empresas do setor de petróleo e gás, que têm desafios específicos de sustentabilidade e tributação. Os resultados alcançados podem ser considerados uma demonstração do compromisso das organizações com a responsabilidade social e ambiental, que pode ser percebido de maneira positiva pelos *stakeholders*. A hipótese foi confirmada, o que demonstra que os indicadores de valor adicionado, ESG e carga tributária não evidenciam uma correlação combinada notável. Esta pesquisa contribuiu com a literatura disponibilizando dados relevantes, a fim de promover a adoção de práticas sustentáveis pelas empresas. Os trabalhos anteriores se concentraram na relação entre ESG e desempenho financeiro, sendo incipientes em relação à dimensão tributária. Este estudo fornece uma compreensão mais holística de como o valor adicionado, práticas sustentáveis e tributos influenciam as empresas de petróleo e gás.

Wesley Vargas Escudeiro

Contador em Nova Mutum-MT e Analista Contábil na Costa Assessoria Contábil. Pós-graduando em Tributação, Compliance e Planejamento Tributário, graduado em Ciências Contábeis pela Unemat (2024/1).

E-mail: wesleyvargasescudeiro@gmail.com

Jusceliany Rodrigues Leonel Correa

Contadora desde 1999, docente na Unemat e conselheira na Sefaz-MT. Doutora em Ciências Contábeis e Administração (Fucape), com mestrado e especializações na área.

E-mail: jusceliany.correa@unemat.br

Bárbara Pivetta

Bacharel em Ciências Contábeis pela Unemat e Supervisora Operacional Administrativo no setor do agronegócio em Nova Mutum-MT. Atua em pesquisas sobre tributação e sustentabilidade na contabilidade.

E-mail: pivettabarbara1@gmail.com

Yva Paes de Barros

Docente na Unemat e consultor pericial em Cuiabá e Nova Mutum-MT. É mestre em Contabilidade e Contabilidade, com especialização em Consultoria e Perícia.

E-mail: yva.paes@unemat.br

1 Introdução

Os demonstrativos contábeis divulgados pelas empresas são amplamente estudados em todo o mundo, pois desempenham um papel fundamental na comunicação entre os diferentes públicos interessados (Martins, Miranda; Diniz, 2019; Soares, 2018). Esses demonstrativos, além de servirem como veículos de informação, são especialmente relevantes para os *stakeholders* e *shareholders* (Couto, 2020).

Entre tais demonstrativos, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) assume um papel de destaque, pois se trata de uma ferramenta que demonstra para onde a companhia está distribuindo os seus recursos (Giusti, 2012). A DVA apresenta a geração de riqueza de uma empresa em um determinado período, evidenciando a distribuição de valor entre os agentes en-

volvidos no processo de geração de riqueza da organização (Sousa; Faria, 2018; Soares, 2018). Essa demonstração é crucial para a análise dos *stakeholders* e *shareholders* (Freeman, 2010).

Dessa forma, a delimitação dessa pesquisa tem como propósito investigar a interligação entre a carga tributária evidenciada na Demonstração do Valor Adicionado, os indicadores presentes na DVA e o Índice ESG nas empresas do setor de petróleo e gás listadas na B3.

Assim, buscou-se compreender a seguinte questão: **Qual é a relação entre os indicadores de valor adicionado, as práticas sustentáveis e a carga tributária em empresas do setor de petróleo e gás listadas na B3?** A partir desse problema, foi proposto o objetivo de analisar os indicadores da DVA do setor da B3 de petróleo e gás e se há uma relação entre a carga tributária e as estratégias de negócios sustentáveis no período de 2016 a 2022.

Giusti (2012) evidencia que a DVA pode ser utilizada para evidenciar a carga tributária à qual a empresa está sujeita, além de fornecer outras informações consideradas como riquezas da empresa. A DVA oferece dados sobre o valor adicionado, tornando-se uma ferramenta para medir a carga tributária (Alves, 2014; Giusti, 2012). Portanto, existe uma relação estreita entre a carga tributária e a DVA, pois os tributos são informações que devem ser consideradas na elaboração da demonstração (Gassen; Ludwig; Michels, 2019).

Follmann, Paiva e Soares (2011) destacam, na sua pesquisa, que os itens impostos, taxas e contribuições têm a maior participação na distribuição do valor adicionado. Em um estudo mais abrangente, Lima e Rezende (2019) encontraram distribuições ainda mais expressivas para o governo brasileiro, o que demonstra uma alta carga tributária no Brasil. Essa situação impacta e influencia o comportamento das organizações, sendo medida pelo ESG (Chowdhury; Holming, 2021).

Alareeni e Hamdan (2020) afirmam que a avaliação do comprometimento de uma empresa em relação à contabilidade social é medida pelo índice de sustentabilidade. Para isso, utiliza-se a abordagem do *Environmental, Social and Governance* (ESG), que avalia a influência no comportamento das organizações, separando-a em indicadores ambientais (E), sociais (S) e de governança (G) (Alareeni; Hamdan, 2020; Chowdhury; Holming, 2021). Esses dados podem ser utilizados para comunicar as práticas de ESG das empresas aos investidores e ao público em geral, pelos relatórios contábeis e índices específicos da DVA (Souza; Gomes; Lima; Santos; Dal Vesco, 2019).



“Esta pesquisa contribuiu com o fornecimento de informações relevantes para órgãos reguladores e formuladores de políticas públicas, sendo um mecanismo eficaz para incentivar as empresas a adotarem práticas mais sustentáveis.”

Esses índices estão presentes em empresas que se destacam por suas práticas de sustentabilidade e responsabilidade social (Souza et al., 2019). As organizações que apresentam uma DVA detalhada e transparente, evidenciam o valor gerado e distribuído aos diversos *stakeholders*, demonstram transparência em relação à distribuição de riqueza, e reforçam um dos pilares da sustentabilidade empresarial e da responsabilidade social corporativa (Sousa; Faria, 2018).

Além disso, a DVA pode auxiliar os gestores na tomada de decisões, permitir identificar as áreas do negócio que geram maior valor e aquelas que precisam de atenção, além de contribuir para uma gestão mais responsável e sustentável (Giusti, 2012). No entanto, é relevante ressaltar que o Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, de acordo com dados de 2017 a 2022 da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que resulta em um alto índice de agressividade tributária (Guedes; Kerstenetzky, 2018).

Uzeda e Monteiro (2014) evidenciam nos seus achados que as empresas do setor de petróleo e gás possuem uma grande responsabilidade sustentável e social, devido aos impactos ambientais asso-

ciados à produção e ao consumo de energia. Ao analisar o demonstrativo do valor adicionado, é possível avaliar a contribuição da organização para a economia, bem como os impostos, salários e benefícios pagos a funcionários e terceiros (Sousa, 2018).

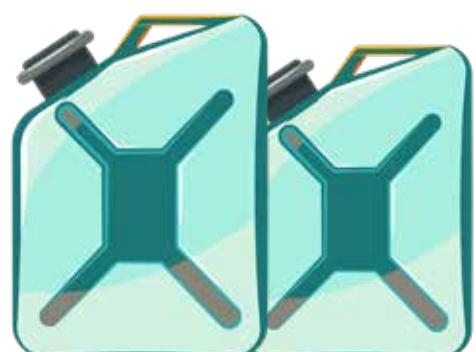
Nesse contexto, torna-se crucial contemplar tanto os tributos quanto as estratégias de negócios sustentáveis, a fim de avaliar de maneira abrangente o desempenho financeiro, bem como a responsabilidade ambiental e social das empresas atuantes no setor de petróleo e gás (Giusti, 2012).

Já Alves (2015) relata que é possível destacar contribuições positivas. Segundo o autor, uma análise detalhada dos indicadores de produção e distribuição de valor adicionado, com ênfase na sustentabilidade empresarial, pode oferecer aos seus destinatários, por exemplo, divulgação de práticas empresariais sustentáveis e indicadores de valor agregados desenvolvidos. Isso pode ter um impacto significativo na construção de uma imagem de marca positiva e na consolidação da confiança dos *stakeholders*.

Além disso, a análise desses indicadores contribui para o aumento da transparência e da responsabilidade corporativa, uma vez que

a empresa, ao disponibilizar informações sobre suas operações e impactos, demonstra um compromisso com o fornecimento de contas e o cumprimento de padrões éticos e ambientais (Sousa; Faria, 2018).

Esta pesquisa contribuiu com o fornecimento de informações relevantes para órgãos reguladores e formuladores de políticas públicas, sendo um mecanismo eficaz para incentivar as empresas a adotarem práticas mais sustentáveis. Essas práticas podem envolver a oferta de incentivos fiscais e benefícios às empresas que demonstram um alto compromisso com a sustentabilidade, e isso pode ser diretamente relacionado à DVA. No contexto das empresas do setor de petróleo e gás, tais resultados podem ser empregados para avaliar o impacto das práticas sustentáveis em sua carga tributária.



A DVA pode fornecer informações notáveis para a análise ESG, permitindo uma avaliação mais precisa do desempenho da empresa em relação aos aspectos sociais e ambientais, especialmente no que se refere ao índice de percentual de distribuição do valor adicionado ao governo (PDVAG), que mede o percentual do valor adicionado destinado ao governo a partir de impostos e contribuições (Alves, 2015).

Este estudo justifica a avaliação da geração e da distribuição de riqueza das empresas listadas na B3 no setor de petróleo e gás, estas entidades representam um dos maiores geradores de riqueza e valor adicionado no Brasil, contribuem significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB) do país. A crescente da agenda ESG para investidores e consumidores faz com que as empresas de petróleo e gás estejam na vanguarda da implementação de práticas de sustentabilidade. A literatura anterior destaca que a Demonstração de Valor Adicionado é uma fonte significativa de informação, pois inclui os elementos necessários para analisar o desempenho econômico do negócio e os efeitos sociais resultantes da distribuição da sua riqueza (Alves, 2015).

A DVA é crucial para entender a contribuição econômica das empresas de petróleo e gás, especialmente no que tange à distribuição de riqueza para o governo, via impostos e participações governamentais e outros *stakeholders*. A análise da DVA permite identificar como as empresas do setor geram valor e como esse valor é compartilhado, o que é fundamental para a análise comparativa proposta, especialmente em relação à carga tributária e aos indicadores socioeconômicos. Os indicadores do valor adicionado e as estratégias de negócios das empresas do setor de

petróleo e gás no Brasil apresentam distinções significativas em comparação com empresas de outros setores, principalmente devido à natureza intensiva em capital, à alta carga tributária e à crescente relevância das questões ESG. Essas características moldam a forma como a riqueza é gerada, distribuída e como as empresas planejam seu futuro.

A análise dos indicadores da DVA, aliada à mensuração do Índice ESG, possibilita uma compreensão mais ampla sobre a postura das empresas em relação à responsabilidade socioambiental e à governança corporativa. Nesse sentido, a interligação entre a carga tributária, os indicadores da DVA e as estratégias de sustentabilidade permite avaliar como as empresas equilibram suas obrigações fiscais e sua contribuição para o desenvolvimento social.

A literatura indica que a alta carga tributária no Brasil impacta diretamente o desempenho financeiro das organizações, o que reforça a necessidade de mecanismos de gestão tributária eficientes. Ao mesmo tempo, empresas que investem em estratégias de sustentabilidade tendem a apresentar maior transparência na distribuição do valor adicionado, o que gera maior confiança em investidores e demais *stakeholders*.

Dessa forma, a pesquisa em questão contribui significativamente para a compreensão da interação entre tributação e sustentabilidade no setor de petróleo e gás, e fornece subsídios para aprimorar práticas empresariais, fomentar a responsabilidade corporativa e otimizar a tomada de decisão tanto por gestores quanto por formuladores de políticas públicas, bem como a eficiência financeira no setor em questão e para profissionais do meio, academia e empresas no geral.



2 Fundamentação Teórica

2.1 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) teve a sua origem na década de 1970, quando o economista francês, Gérard Debreu, propôs a teoria do valor adicionado (Soares, 2018). Tal teoria define o valor adicionado como a diferença entre o valor dos bens e serviços produzidos por uma empresa e o valor dos bens e serviços comprados por ela (Kroetz; Neumann, 2008; Soares, 2018).

O valor adicionado representa, portanto, a riqueza gerada pela empresa em um determinado período (Kroetz; Neumann, 2008). Para Sousa e Faria (2018), a DVA é vista como uma ferramenta fundamental para auxiliar o processo decisório a partir da gestão e do planejamento. Os dados fornecidos pela DVA permitem observar o desempenho social das empresas e os seus efeitos decorrentes.

Portanto, a DVA se apresenta como uma ferramenta capaz de demonstrar tanto os aspectos econômicos quanto os sociais das entidades. O uso da taxa DVA possibilita mensurar a agressão fiscal, levando em conta tanto os impostos diretos quanto os indiretos (Freitas; Alves, Neto; Pinheiro, 2019).

“Uma vantagem da adoção de práticas sustentáveis é a melhoria da imagem da empresa junto aos stakeholders.

Ao demonstrar comprometimento com questões sociais, ambientais e de governança, a empresa pode ganhar a confiança e a fidelidade dos seus clientes, colaboradores e investidores, o que pode resultar em um aumento na geração de valor (Machado *et al.*, 2009).”

A DVA foi desenvolvida como uma ferramenta para medir a criação de riqueza de uma empresa e demonstrar como essa riqueza é distribuída entre os diferentes agentes envolvidos na produção (Kroetz; Neumann, 2008; Soares, 2018). Ela fornece informações sobre o Valor Adicionado Bruto (VAB) da empresa, que é a diferença entre o valor da produção e o valor dos insumos utilizados na produção.

A partir do VAB, a DVA mostra como esse valor foi distribuído entre os funcionários, fornecedores, governo, acionistas e a própria empresa (Gassen *et al.*, 2019). Com base nessa teoria, a DVA se tornou uma ferramenta notável para a gestão empresarial ao longo do tempo. A Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (Legislação Societária) orienta a utilização da DVA para as empresas de capital aberto (Alves, 2014).

Assim, a DVA é usada não apenas para cumprir obrigações legais, mas também para avaliar o desempenho da empresa em relação à criação de valor e à distribuição desse valor entre os diferentes agentes envolvidos na produção (Alves, 2014; Giusti, 2012). A DVA também tem aplicações na

mensuração da carga tributária da organização e na demonstração do impacto das atividades empresariais na sociedade e no meio ambiente (Sousa; Faria, 2018; Soares, 2018).

Além disso, a DVA é uma ferramenta de comunicação eficaz com os stakeholders, e proporciona uma análise clara e transparente dos resultados da empresa (Alves, 2014).

Dentre esses indicadores, o VAB é o mais significativo, pois representa o valor gerado pela empresa e é a base para a distribuição do valor adicionado aos diversos stakeholders (Martins *et al.*, 2019). O VAB também desempenha um papel relevante na análise da performance financeira da empresa, permitindo avaliar a eficiência na gestão dos recursos e identificar oportunidades de melhoria na produção (Alves, 2014).

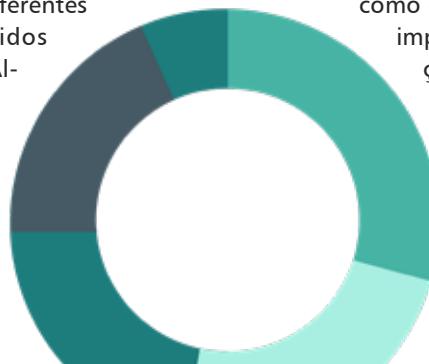
2.2 Carga tributária

A carga tributária no Brasil é objeto de ampla discussão e estudo entre especialistas e economistas (Lima & Rezende, 2019). Dessa forma, diversos elementos, tais como evasão fiscal e o impacto da tributação na competitividade empresarial, exercem influência sobre a carga

tributária brasileira. Adicionalmente, a complexidade do sistema tributário, a elevada carga de impostos e a carência de transparência na aplicação dos recursos (Alves, 2014; Giusti, 2012) compõem a complexa paisagem desse cenário tributário.

Essa carga atingiu, aproximadamente, 33% do PIB, em 2020, o que representa um terço de toda a riqueza produzida no país destinada ao pagamento de impostos e tributos (Guedes; Kerstenetzky, 2018). Diante desse cenário, a responsabilidade para instituir e cobrar impostos no Brasil é compartilhada entre os três poderes: União, Estados e Municípios. Essa divisão resulta em um sistema tributário intrincado, permeado por diversas leis, normas e regulamentos que, frequentemente, sobrepõem-se (Colavite; Konishi, 2015).

Dessa maneira, a elevada carga tributária pode acarretar consequências adversas para as empresas, como a diminuição da competitividade. Ao destinar uma parcela significativa de seus recursos ao pagamento de impostos, as empresas se veem limitadas na sua capacidade de investir em inovação, tecnologia e expansão, o que, por sua vez, pode comprometer sua posição competitiva no mercado (Guedes; Kerstenetzky, 2018).



Além disso, a carga tributária pode resultar em um aumento expressivo nos custos operacionais das empresas, culminar na redução da lucratividade e, em alguns casos, enfrentar desafios financeiros (Lima; Rezende, 2019). A complexidade intrínseca ao sistema tributário brasileiro também pode dificultar o cumprimento das obrigações fiscais por parte das empresas, o que ocasiona possíveis multas e sanções por parte dos órgãos fiscalizadores (Gassen *et al.*, 2019; Correa; Nossa, 2019).



Já os achados de Sousa e Faria (2018) e de Machado, Machado e Corrar (2009) evidenciaram que a implementação de práticas sustentáveis não apenas aprimora os processos tributários e cultiva uma cultura empresarial mais eficiente, mas também eleva a reputação da empresa perante seus *stakeholders* e diminui os custos operacionais – esse posicionamento favorável pode abrir portas para novos mercados e oportunidades de negócios. Paralelamente, uma gestão tributária eficiente não só reduz custos, ela amplia a margem de lucro, de modo a proporcionar uma contribuição significativa para práticas sustentáveis e a geração de valor adicionado (Sousa; Faria, 2018; Machado *et al.*, 2009).

Dada a significância das questões de sustentabilidade e dos critérios ESG para as empresas, elas têm buscado métodos de desenvolvimento sustentável (Correa, 2023). Nesse sentido, a Triple Bottom Line é um conceito de negócios e sustentabilidade, que foi introduzido por John Elkington, em 1994, e considera os aspectos financeiros, ambientais e sociais, além da abordagem de *stakeholders* como alguns dos métodos adotados (Elkington, 1998; Freeman, 2010).

Assim, as empresas que considerem a gestão tributária como parte integrante das suas estratégias de sustentabilidade, tendem a buscar formas de minimizar os impactos e maximizar os benefícios dos tributos nos seus negócios (Giusti, 2012).

2.3 Sustentabilidade empresarial

A adoção de práticas de sustentabilidade empresarial pode refletir positivamente na demonstração do valor agregado, impulsionar a confiança e a fidelidade dos *stakeholders* e criar oportunidades para o crescimento sustentável (Chowdhury; Holming, 2021). Assim, ao promover o equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais, as empresas podem contribuir para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável do Brasil (Sobrinho 2008).

O desenvolvimento sustentável, como delineado por Sobrinho (2008), impõe às empresas a busca por métodos que perdurem ao longo do tempo. Um desses métodos é a Triple Bottom Line, um modelo de gestão que vai além do lucro financeiro, e incorpora também os impactos ambientais e sociais de uma empresa (Elkington, 1998). Nesse sentido, a sustentabilidade requer um equilíbrio entre os aspectos ambiental, social e de governança (Chowdhury; Holming, 2021).

2.3.1 ESG

A abordagem ESG busca garantir que as empresas atuem de maneira responsável e ética, levando em consideração não apenas os aspectos econômicos, mas também os impactos sociais e ambientais das suas atividades (Chowdhury; Holming, 2021). A adoção de práticas de sustentabilidade empresarial ESG pode ter reflexos positivos na demonstração do valor agregado (Freeman, 2010).

Uma vantagem da adoção de práticas sustentáveis é a melhoria da imagem da empresa junto aos *stakeholders*. Ao demonstrar comprometimento com questões sociais, ambientais e de governança, a empresa pode ganhar a confiança e a fidelidade dos seus clientes, colaboradores e investidores, o que pode resultar em um aumento na geração de valor (Machado *et al.*, 2009).

“Nos últimos anos, o conceito de sustentabilidade empresarial (ESG) tem ganhado atenção crescente no mundo dos negócios – as empresas buscam não apenas maximizar seus lucros, mas também adotam práticas que abordam questões ambientais, sociais e de governança (Gassen *et al.*, 2019).”

Ademais, a adoção de práticas sustentáveis pode levar a uma redução nos custos operacionais, abrindo acesso a novos mercados e oportunidades de negócios. Empresas que adotam práticas sustentáveis podem se diferenciar no mercado e atrair novos clientes, além de ter acesso a oportunidades em setores relacionados à sustentabilidade (Gassen, *et al.*, 2019).

Esses conceitos são fundamentais para que as empresas possam desenvolver estratégias de sustentabilidade empresarial e ESG, além de contribuir para a preservação do meio ambiente, a melhoria das condições sociais e a criação de valor para os seus *stakeholders* Machado *et al.*, 2009).

2.4 Desenvolvimento das hipóteses

Nos últimos anos, o conceito de sustentabilidade empresarial (ESG) tem ganhado atenção crescente no mundo dos negócios – as empresas buscam não apenas maximizar seus lucros, mas também adotam práticas que abordam questões ambientais, sociais e de governança (Gassen *et al.*, 2019).

Simultaneamente, a carga tributária, que é uma parte essencial da operação financeira de qualquer empresa, permanece como um tópico

crítico para as companhias (Alves, 2014). Nesse sentido, a hipótese (H_1) levantada neste estudo é: **H_1 : A relação entre indicadores de valor adicionado, ESG e a carga tributária não demonstra uma correlação combinada notável.**

As empresas que implementam práticas de ESG podem receber incentivos fiscais ou benefícios tributários, como reduções de impostos (Machado *et al.*, 2009), indicando que o comprometimento com a sustentabilidade pode estar associado a um comportamento menos agressivo tributariamente (Correa; Aziz, 2022) por parte das empresas desse setor de petróleo. Por outro lado, Lima e Rezende (2019) relatam que a alta carga tributária pode representar uma barreira para que as empresas aloquem recursos para iniciativas ESG, pois os impostos consomem parte significativa dos recursos financeiros da companhia.

Entretanto, há empresas em países como EUA, Alemanha e Índia, que os gerentes são menos otimistas com práticas de sustentabilidade e acreditam que perdem desempenho financeiro (Van Duuren; Plantinga; Scholtens, 2016), ao contrário do governo da Coreia do Sul, que controla diretamente essas diretrizes como forma normativa

no país em sustentabilidade, principalmente, no que tange ao Score_Social para as empresas e para os cidadãos (Yoon; Lee; Cho, 2021).

3 Metodologia

O método adotado consistiu na análise do setor de petróleo e gás na B3, utilizando os indicadores da DVA para investigar a possível relação entre a carga tributária e as estratégias de negócios sustentáveis no intervalo de 2016 a 2022. Os dados foram extraídos das plataformas Economatica e Thomson Reuters. A última foi especificamente empregada para coletar informações relacionadas ao ESG em todos os seus aspectos.

A natureza da pesquisa é eminentemente documental, pautada em uma estratégia de análise dos dados da DVA obtidos diretamente nos sites das empresas e pelo Invest Site. Todos os dados financeiros foram devidamente filtrados e ajustados pela inflação.





Quanto à abordagem da pesquisa, ela se configura como descritiva e quantitativa, com características de pesquisa secundária, considerando a natureza dos dados coletados e analisados. Foram realizados testes estatísticos, com o emprego de técnicas de estatística descritiva e regressão com efeito fixo e aleatório. Essa abordagem visa obter resultados que estejam alinhados com a hipótese levantada e testada no âmbito deste estudo.

Quanto à dimensão da população, optou-se por trabalhar com uma amostra representativa, empresas do setor de petróleo e gás listadas na B3. Essa amostra totalizou 4.036 observações, das quais 51 participaram da pesquisa. O intuito dessa seleção foi realizar uma análise específica, que serviria de instrumentos para averiguar os impactos dos tributos nas estratégias de negócios sustentáveis (ESG) e na geração do valor adicionado (DVA).

As 11 empresas do setor de petróleo e gás listadas na B3 são: Petrobrás, Enauta Participações, Cosan, Vibra Energia S. A., Petro Rio, Ultrapar, Dommo Energia, Lupatech, Pet Manguinhos, Osx Brasil e Óleo e Gás Participações. Dentre essas 11 empresas, 7 foram observadas nas análises, por possuírem os dados necessários de Score ESG e DVA. No apêndice A, encontra-se o Score ESG total e os indicadores da DVA das empresas observadas no estudo.

Chowdhury e Holming (2021) define o Score ESG total como um índice que avalia a performance de empresas em relação às questões ambientais, sociais e de governança corporativa, sendo o Score ESG total uma medida resumida que sintetiza a avaliação de todas as dimensões (ambiental, social e governança) em uma única pontuação. O Score ESG total pode ser utilizado como uma ferramenta para inves-

Tabela 1 – Indicadores de análise da DVA

Grau de valor adicionado bruto em relação à receita.	$GVAR = \frac{VAB \times 100}{RECEITAS}$	O indicador mede o quanto da receita total a empresa consegue agregar como valor adicionado bruto.
Grau de produção de riqueza própria.	$GPRP = \frac{VALPE \times 100}{VATD}$	O indicador mede o quanto do valor adicionado total a distribuir é proveniente da produção da empresa.
Grau de recebimento de riqueza por transferência.	$GRRT = \frac{VART \times 100}{VATD}$	O indicador mede o quanto do valor adicionado total a distribuir é proveniente de recebimento de terceiros.
Percentual de distribuição do valor adicionado aos empregados.	$PDVAE = \frac{DVAE \times 100}{VATD}$	O indicador mede o percentual do valor adicionado, que foi destinado aos empregados.
Percentual de distribuição do valor adicionado ao governo.	$PDVAG = \frac{DVAG \times 100}{VATD}$	O indicador mede o percentual do valor adicionado que foi destinado ao governo.
Percentual de distribuição do valor adicionado ao capital próprio.	$PDVCP = \frac{DVACP \times 100}{VATD}$	O indicador mede o percentual do valor adicionado que foi destinado ao capital próprio.
Percentual de retenção do valor adicionado.	$GRVA = \frac{LR \times 100}{VATD}$	O indicador mede o percentual do valor adicionado que foi retido pela empresa.

Fonte: Alves (2015).

tidores avaliarem a performance de uma empresa em relação às questões ESG (Gassen et al., 2019).

Para Alves (2015), o Score ESG e os Indicadores da DVA são duas ferramentas complementares que ajudam a entender não apenas o desempenho financeiro de uma empresa, mas também o seu impacto ambiental e social, bem como a forma como ela cria e distribui valor. Isso demonstra que a integração dessas duas abordagens pode fornecer uma visão mais completa da responsabilidade corporativa e da contribuição de uma empresa para a sociedade e o meio ambiente.

Para Consenza (2003), os indicadores da DVA foram criados se-

gundo a sua utilidade e relevância para *shareholders*, na intenção de se efetuar uma análise econômico-financeira social da gestão de uma empresa. Foram utilizados os indicadores de geração e distribuição de riquezas para análise dos dados extraídos da DVA e alcance dos objetivos específicos do presente estudo, apresentados na Tabela 1.

3.3 Modelo econométrico

Neste estudo, a variável central em foco é a Taxa DVA (TDVA), que tem como papel refletir os resultados da análise dos indicadores da DVA e como eles se relacionam com o ESG (Martinez, 2017), pelo modelo apresentado abaixo:

$$TDVA_{it} = \beta_0 + \beta_1 gvar_{it} + \beta_2 gprp_{it} + \beta_3 grrt_{it} + \beta_4 pdvae_{it} + \beta_5 pdvag_{it} + \beta_6 pdvcp_{it} + \beta_7 grva_{it} + \beta_8 esgtotal_{it} + \alpha_k \sum_{k=1}^9 Controles + \epsilon_{it}$$

Tabela 2 – Definição das variáveis

Variável	Sigla	Descrição	Fonte
Variável Dependente			
Taxa DVA.	TDVA	Carga Tributária da DVA + ESG / Valor adicionado total a distribuir.	Martinez, 2017; Alexandrino (2020).
Variáveis Independentes			
Grau de valor adicionado bruto em relação à receita.	GVAR	$GVAR = \frac{VAB \times 100}{RECEITAS}$	Alves (2015).
Grau de produção de riqueza própria.	GPRP	$GPRP = \frac{VALPE \times 100}{VATD}$	Alves (2015).
Grau de recebimento de riqueza por transferência.	GRRT	$GRRT = \frac{VART \times 100}{VATD}$	Alves (2015).
Percentual de distribuição do valor adicionado aos empregados.	PDVAE	$PDVAE = \frac{DVAE \times 100}{VATD}$	Alves (2015).
Percentual de distribuição do valor adicionado ao governo.	PDVAG	$PDVAG = \frac{DVAG \times 100}{VATD}$	Alves (2015).
Percentual de distribuição do valor adicionado ao capital próprio.	PDVCP	$PDVCP = \frac{DVACP \times 100}{VATD}$	Alves (2015).
Percentual de retenção do valor adicionado	GRVA	$GRVA = \frac{LR \times 100}{VATD}$	Alves (2015).
ESG	ESG_total	Ambiental (Environmental); Social (Social); Governança (Governance).	Correa (2023); Alexandrino (2020).
Variáveis de Controle			
Alavancagem da empresa.	Alav_empr	Alavancagem da empresa i no período t.	Correia (2020).
Variável	Sigla	Descrição	Fonte
Variáveis de Controle			
Remuneração de empregados da DVA.	Rem_emp.	(Remuneração de empregados da DVA – Remuneração de gestores) / Valor adicionado total a distribuir.	Freitas <i>et al.</i> (2019).
Planejamento Tributário.	Taxavoid	Planejamento Tributário.	Correa e Aziz (2022); Maia (2021)
Valor da Firma.	Tobinq	Valor de mercado da empresa i no tempo t.	Correa e Aziz (2022);
Intangível.	Intangível	Ativo intangível escalado pelo Ativo total.	Ximenes; Ferreira (2021)
Lair.	Lair	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Maia (2021).
Crescimento do Capital.	Cresc_capital	Crescimento do capital da empresa i no período t.	Correia (2020).
Tamanho da firma.	Tam_firma	Logaritmo natural do total do ativo da empresa i do período t.	Yoon <i>et al.</i> (2021).
Valor do Patrimônio Líquido.	Valor_PL	Valor do Patrimônio Líquido.	Monteiro; Santos; Santos (2020).
Termo de Erro.	ϵ	Termo de erro.	Maia (2021).

Alves (2015) afirma que os indicadores da DVA podem apresentar forte relação com indicadores sustentáveis, sendo assim, os resultados fornecerão informações sobre como as variáveis independentes influenciam ou se relacionam com a variável dependente TDVA.

Para uma análise comparativa robusta entre DVA, carga tributá-

ria e ESG no setor de petróleo e gás, é fundamental a inclusão de variáveis de controle que possam influenciar as relações estudadas, a fim de evitar que os resultados sejam enviesados por fatores não diretamente relacionados às variáveis principais de interesse. As variáveis de controle selecionadas visam isolar o efeito das variáveis independentes sobre a variável de-

pendente, considerando características intrínsecas das empresas e do ambiente de negócios.

Assim como no estudo de referência, as variáveis independentes apresentadas na Tabela 2 se relacionam com as variáveis dependentes e de controle. Dessa forma, a análise dos dados buscou verificar se a hipótese levantada pode ser confirmada.

4 Análise dos Resultados

Na análise de resultados, foram utilizadas métricas estatística, pelo coeficiente de regressão e estatística descritiva – todos com o nível de significância em 5%. O coeficiente de regressão serviu para verificar o comportamento entre as variáveis dependentes e as independentes, o que demonstra a relação entre elas, através de análises do efeito fixo e efeito aleatório. Já a estatística descritiva teve o papel de descrever os dados levantados, e apresentar os principais aspectos a serem observados.

4.1 Estatística descritiva

A análise estatística descritiva oferece uma visão abrangente das características das variáveis em estudo, permitindo identificar variáveis com maior ou menor dispersão de dados e aquelas com valores médios mais altos ou baixos em comparação com os demais (Diniz, 2013). Essas estatísticas são fundamentais para embasar análises mais aprofundadas entre as variáveis e foram apresentadas na Tabela 3.

A variável TDVA tem uma média (26.60) relativamente robusta e um desvio-padrão (15.26), em torno da média, o que indica uma variabilidade significativa. Isso demonstra que os indicadores da DVA não possuem grande variação de distribuição e tendem a seguir um padrão, o que significa que a estabilidade nos valores distribuídos na DVA torna mais fácil para investidores, acionistas e outros *stakeholders* preverem o desempenho futuro da empresa, pois a estabilidade na DVA pode contribuir para uma menor volatilidade nos preços das ações da organização, atraiendo investidores, o que reflete os resultados da pesquisa de Giusti (2012).

O PDVAG, apresenta valores médios (23.38) elevados, mas a variabilidade é considerável, demonstrando um alto índice de valor distribuído, o que, ao encontro dos achados de Alves (2015), corroboram a ideia de que grande parte dos valores distribuídos de uma empresa são para pagamento de tributos ao fisco.

Já o ESG_total possui média (27.49) moderados e desvio-padrão (29.30) bastante grande, com coeficiente de variação baixo, o que indica que o ESG não possui muita significância no resultado da TDVA. Assim, percebe-se que uma empresa que possui Score ESG não apresenta uma alta diferença de valores distribuídos, comparado às empresas que não possuem.

Sousa e Faria (2018) demonstraram, na sua pesquisa, que uma maior distribuição na DVA não necessariamente representa uma relação com indicadores de sustentabilidade. Entretanto, quando relacionado apenas ao indicar de distribuição ao governo (PDVAG), nota-se que a tendência é que um alto Score ESG esteja ligado a uma carga tributária mais elevada, fato discutido na pesquisa de Lima e Rezende (2019).



Tabela 3 – Estatística descritiva

Variável	N	Média	Sd	Cv	Mín	p25	p50	p75	Máx
TDVA	51	26.60106	15.26578	0.5738785	-4.651739	20.1148	28.45411	34.88368	51.52699
GVAR	51	40.24088	29.6323	0.7363731	0	8.65004	41.73356	61.40436	113.864
GPRP	51	73.53245	35.51808	0.483026	-3.492235	68.87533	85.46675	95.08938	148.0934
GRRT	51	12.74206	20.26003	1.590012	-48.09336	0.6818951	9.53712	22.46009	103.4922
PDVAE	51	9.747925	9.288273	0.9528461	0	3.023169	7.715075	12.35941	39.92058
PDVAG	51	23.3892	16.08085	0.6875334	-0.4939175	8.43137	24.63803	37.23112	59.32574
PDVCP	51	15.32483	34.84395	2.273693	-91.41727	0	11.31493	26.60938	87.98459
GRVA	51	11.23007	34.94134	3.111409	-91.4077	0	2.173847	24.03714	87.98459
ESG_total	51	27.49373	29.30039	1.065712	0	0	20.44	58.06	79.72
Alav_empr	51	0.9935848	0.9245399	0.9305093	0.1886496	0.512769	0.6658992	0.7316292	4.338723
Rem_emp.	44	0.3671429	0.5318999	1.448755	-1.895765	0.158989	0.2648927	0.4976788	2.143938
Taxavoid	48	1.079712	15.11109	13.99549	-22.62135	-0.749734	1	1	91.70384
Tobinq	51	-0.673951	0.9547901	-1.416705	-3.810125	-0.9997724	-0.5266545	-0.1198504	1.420686
Intangível	51	0.5461074	0.2390228	0.4376846	0.06534	0.4207634	0.5436774	0.7363804	0.9469776
Lair	51	11386.58	45649.84	4.009092	-13055.41	-202.2197	592.3657	2764.857	283232.3
Cresc_capital	51	0.2384996	0.2320896	0.9731235	-0.1855279	0.0515827	0.1872491	0.3062519	0.7487453
Tam_firma	51	16.50804	2.233778	0.1353145	12.39525	14.81845	15.95838	17.44071	20.75712
Valor_PL	51	0.6634442	1.71886	2.590813	-3.776782	0.2325131	1.155591	2.034718	2.726188

“A análise estatística descritiva oferece uma visão abrangente das características das variáveis em estudo, permitindo identificar variáveis com maior ou menor dispersão de dados e aquelas com valores médios mais altos ou baixos em comparação com os demais (Diniz, 2013).”

4.2 Análise de correlação

Neste tópico, com o intuito de verificar se as variáveis estão relacionadas em determinado nível de significância, busca-se identificar a correlação entre as variáveis dependentes e independentes. A Tabela 4 apresenta as correlações entre as variáveis utilizadas.

A variável dependente TDVA, em relação à variável independente GVAR, revelou uma correlação robusta de 73,73%, com um nível de significância de 95%. Os resultados

indicam que quanto mais expressivo é o valor adicionado, melhor é o grau de valor adicionado bruto em relação à receita, conforme evidenciado por Alves (2015).

Já a variável TDVA em relação ao ESG_total revelou uma correlação positiva, porém fraca, de 30,07%. Os resultados indicam que a relação entre o valor adicionado e o ESG sugere que empresas com maiores investimentos em ESG podem estar mais propensas a arcar com impostos,

resultando em uma Taxa do DVA (TDVA) mais elevada.

A Tabela 4 demonstra que há forte correlação positiva de 0.8014 entre o ESG_total e o tamanho da firma. Os resultados sugerem que à medida que o percentual do Score ESG_total aumenta, o tamanho da empresa tende a crescer, sendo assim, empresas com um alto compromisso com a Sustentabilidade Empresarial tendem a ser em média empresas de maior porte, como exemplificado por Soares (2018) na sua pesquisa.

Tabela 4 - Matriz de correlação

VARIÁVEIS	-1	-2	-3	-4	-5	-6	-7	-8	-9	-10	-11	-12	-13	-14	-15	-16	-17	-18
(1) TDVA	1.000																	
(2) GVAR	0.7373*	1.000																
(3) GPRP	0.5948*	0.5663*	1.000															
(4) GRRT	0.1613	-0.0543	-0.3225*	1.000														
(5) PDVAE	0.3321*	-0.1536	0.3890*	0.0432	1.000													
(6) PDVAG	0.2261	0.2415	0.5761*	-0.0049	0.2772*	1.000												
(7) PDVCP	0.7887*	0.3946*	0.0884	0.1489	0.1943	-0.2705	1.000											
(8) GRVA	0.7560*	0.3988*	0.0527	0.1298	0.1382	-0.3603*	0.9769*	1.000										
(9) ESG_TOTAL	0.3007*	0.0712	0.3262*	0.0766	0.5709*	0.4564*	0.1222	-0.0003	1.000									
(10) Alav_empr	-0.6402*	-0.2991*	-0.2221	-0.2061	-0.3820*	0.0413	-0.6626*	-0.6155*	-0.3795*	1.000								
(11) Remp	-0.0035	-0.2788	-0.0089	0.0089	0.4846*	0.1653	0.0207	-0.0085	0.3221*	0.1309	1.000							
(12) Taxavoid	-0.1842	-0.0962	0.0563	-0.0973	-0.0943	0.1041	-0.2634	-0.2464	-0.1313	0.4451*	0.0256	1.000						
(13) Tobinq	0.1266	-0.0879	-0.2368	-0.0861	0.1132	-0.2712	0.4331*	0.4153*	0.0649	-0.1709	0.5058	* -0.1104	1.000					
(14) Intangivel	0.0364	0.0378	-0.2621	0.0255	-0.0486	-0.0907	0.2243	0.1619	0.4339*	-0.3938*	0.1345	-0.2580	0.3247*	1.000				
(15) Lair_1	0.1445	0.2162	0.1571	-0.0943	-0.0488	0.2099	0.1138	-0.0437	0.3882*	-0.1052	-0.0700	-0.0073	-0.0714	0.2897*	1.000			
(16) Cresc_capital	0.1738	0.2665	0.0892	-0.1977	0.0560	0.0155	0.1598	0.1480	0.5057*	-0.1383	0.2206	-0.0284	0.1714	0.5402*	0.2443	1.000		
(17) Tamanho_firma	0.3123*	0.2486	0.4354*	0.0276	0.2988*	0.4601*	0.0510	-0.0564	0.8014*	-0.4841*	0.0501	-0.1370	-0.1368	0.5450*	0.4557*	0.4703*	1.000	
(18) Valor_pl	0.4739*	0.1316	0.3254*	0.2262	0.4704*	0.2743	0.3543*	0.2713	0.6532*	-0.6350*	0.3209	* -0.2387	0.3122*	0.4176*	0.1572	0.1393	0.6947*	1.000

Nota: Nível de confiança: *99%, **95%; *90%; p<0.01, p<0.05, p<0.10.



A correlação negativa é forte entre a alavancagem empresarial e a Taxa do DVA (TDVA) (-) 0.6402, o que sugere que as empresas com níveis mais elevados de alavancagem tendem a pagar menos impostos, resultando em uma TDVA mais baixa.

Esses resultados reforçam que empresas com resultados ESG mais elevados tendem a adotar uma abordagem menos agressiva em termos de planejamento tributário, o que resulta em maiores recolhimentos de impostos e, consequentemente, em uma maior proporção de distribuição na DVA no indicador PDVAG. Essa abordagem, conforme demonstrada por Soares (2018), é percebida de maneira positiva pelos investidores, os quais percebem que o compromisso com a sustentabilidade pode ser um fator atraente para o mercado financeiro.

A falta de uma correlação significativa entre o indicador TDVA e o ESG_total sugere que esses dois aspectos não estão fortemente relacionados no seu conjunto de dados. Isso significa que as empresas que possuem um alto Score ESG não tendem a ter muitos impactos nas suas análises da demonstração do valor adicionado, comparado às empresas que possuem baixo Score ESG.

4.3 Análise de regressão

Foram estimadas regressões com efeitos fixos e variáveis, de modo a entender como as variáveis de Taxa da Distribuição de Valor Adicionado se relacionam com as variáveis de ESG e Carga Tributária. A Tabela 5 mostra os resultados das regressões de efeito aleatório e fixo, em que o TDVA é explicado pelas variáveis de distribuição de valor adicionado, bem como ESG Total e Carga Tributária.

Em ambos os modelos, o ESG_total não apresenta um coeficiente significativo (Efeito Fixo: -0.0192 com p-valor de 0.536; Efeito

Tabela 5 – Resultados da regressão

Painel A - Taxa da Demonstração do Valor Adicionado (TDVA)					
Efeito Fixo					
Variáveis	Coeficiente	P-valor	Variáveis	Coeficiente	P-valor
GVAR	0.3135148	0.003*	Alav_empr	1.672403	0.406
GPRP	-0.1579984	0.093***	Rem_emp.	-9.710151	0.063**
GRRT	-0.1846094	0.176	Taxavoid	0.0770437	0.461
PDVAE	0.571533	0.002*	Tobinq	-1.979574	0.118
PDVAG	0.140656	0.001*	Intangível	-12.61366	0.031**
PDVCP	0.2192045	0.001*	Lair	-0.0000203	0.487
GRVA	0.185454	0.814	Cresc_capital	-0.5027073	0.876
ESG_total	-0.0191897	0.536	Tam_firma	-1.06049	0.251
			Valor_PL	5.853676	0.051**
Constante: Coef: 38.12911 p-valor 0.042** Número de observações = 51					
Painel B - Taxa da Demonstração do Valor Adicionado (TDVA)					
Efeito Aleatório					
Variáveis	Coeficiente	P-valor	Variáveis	Coeficiente	P-valor
GVAR	0.3135148	0.000*	Alav_empr	1.672403	0.524
GPRP	-0.1579984	0.030**	Rem_emp.	-9.710151	0.005*
GRRT	-0.1846094	0.070**	Taxavoid	0.0770437	0.504
PDVAE	0.5701533	0.000*	Tobinq	-1.979574	0.094***
PDVAG	0.1460656	0.006*	Intangível	-12.61366	0.017**
PDVCP	0.2192045	0.019**	Lair	-0.0000513	0.693
GRVA	0.0185454	0.851	Cresc_capital	-0.5027073	0.902
ESG_total	-0.0191897	0.621	Tam_firma	-1.06049	0.218
0			Valor_PL	5.853676	0.000*
Constante: Coef: 38.12911 p-valor 0.013** Número de observações = 51 IC *99%, *95%, ***90% NS *1%; *5%; *10%					

Nota: IC: Intervalo de Confiança; NS: Nível de Significância.

Aleatório: -0.0192 com p-valor de 0.621), o que sugere que a pontuação ESG total não está fortemente associada à TDVA. Nota-se que as empresas com pontuações ESG mais altas não parecem distribuir valores totais substancialmente diferentes em relação àquelas com pontuações ESG mais baixas. A falta de

significância sugere que, no contexto da amostra e dos modelos analisados, outros fatores ou variáveis podem desempenhar um papel mais notável na determinação da TDVA, como o fluxo de caixa das empresas desse setor e as suas relações com o mercado internacional, conforme estudos de Sousa e Faria (2018).

“**Esse resultado reforça que empresas com resultados ESG mais elevados tendem a adotar uma abordagem menos agressiva em termos de planejamento tributário, o que resulta em maiores recolhimentos de impostos e, consequentemente, em uma maior proporção de distribuição na DVA no indicador PDVAG.”**

Por outro lado, quando se olha apenas para o Índice PDVAG, percebe-se que ele tem uma relação significativa e positiva com TDVA (Efeito Fixo: 0.140656 com p-valor de 0.001). Exemplifica-se, assim, a relação entre a carga tributária repassada pelas empresas ao fisco com o Score ESG, a fim de demonstrar que empresas que buscam incorporar práticas sustentáveis na geração de valor adicionado tendem a adotar uma postura menos agressiva em relação à carga tributária, conforme os achados de Soares (2018) e Alves (2015).

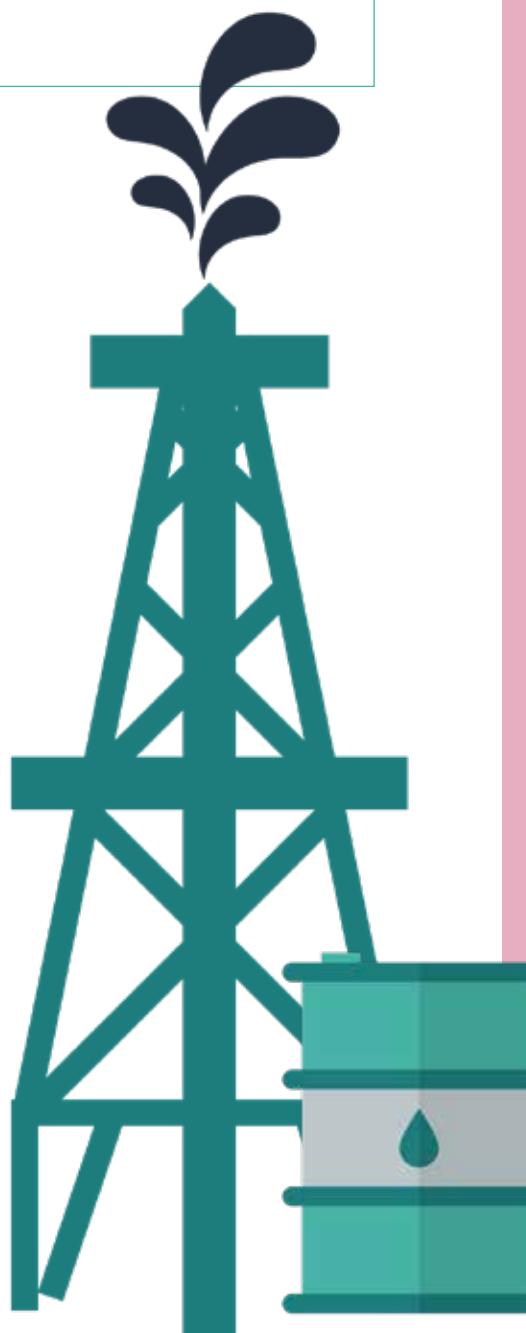
Vê-se que as variáveis de distribuição de valor adicionado são capazes de explicar o score ESG, mais especificamente, empresas com maior nível de distribuição de valor adicionado para o Governo na forma de tributos têm scores mais elevados, mas aquelas que distribuem um maior percentual do valor adicionado aos seus funcionários são mais bem avaliadas, como aponta a pesquisa de Alves (2015).

A variável GVAR apresenta um coeficiente positivo (p-valor de 0,000), o que sugere que o tamanho da empresa representado por GVAR tem um impacto positivo e forte na Taxa do DVA, o que vem ao encontro do que foi dito anteriormente.

A variável PDVCP tem um coeficiente positivo significativo (p-valor de 0,033), indicando que a porcentagem de custos de produção impacta positivamente a Taxa do DVA, ou seja, quanto maior a produção, maior o valor a ser distribuído, resultado esse encontrado na pesquisa de Giusti (2012).

Os resultados indicam que Índice Tobinq tem uma relação significativa com PDVAG. O coeficiente significativo sugere que o Tobinq está associado com a carga tributária da empresa. Práticas sustentáveis que impactam o Índice Tobinq parecem ter influência na carga tributária das empresas do setor de petróleo, pois as empresas com maior Score ESG recolheram mais tributos do que empresas que não possuíam, conforme indicado pelos resultados e confirmado por pesquisas anteriores, como Sousa e Faria (2018) e Alves (2015).

Isso sugere que, com base nos dados e na metodologia de análise utilizada, não há evidências estatísticas que sustentem uma relação significativa entre o valor adicionado, as práticas de ESG e a carga tributária no setor de petróleo e gás, o que indica que essas variáveis não estão fortemente interligadas no seu conjunto de dados específicos, quando analisadas de forma conjunta.



Sendo assim, a hipótese de que a relação entre indicadores de valor adicionado, ESG e carga tributária não demonstra uma correlação combinada notável, foi confirmada, o que evidencia que o objetivo da pesquisa de verificar a relação entre ESG, DVA e carga tributária do Brasil foi alcançado.

5 Conclusão

O objetivo desta pesquisa foi analisar os indicadores da DVA do setor da B3 de petróleo e gás e se há uma relação entre a carga tributária e as estratégias de negócios sustentáveis no período de 2016 a 2022. A DVA é uma ferramenta de prestação de contas e transparência, que fornece informações a investidores, acionistas e outras partes interessadas sobre como a empresa gera valor e

como esse valor é distribuído, conforme levantado por Giusti (2012).

Para confirmar a hipótese, levou-se em consideração o Score ESG, a carga tributária presente na DVA e os seus indicadores. A hipótese foi confirmada e os achados na análise de dados demonstraram que não há relação significativa com 95% de confiança na tabela de regressão.

A análise estatística descritiva revelou uma série de padrões interessantes nas variáveis estudadas. A Taxa da Demonstração do Valor Adicionado apresentou uma média robusta e variação considerável, o que sugere uma certa estabilidade nos valores distribuídos, e torna mais previsível o desempenho futuro das empresas. Os resultados indicaram que a variável ESG_total não apresentou uma associação significativa com a TDVA. No entanto, quando nos concentramos no índice PDVAG, foi encontrada uma relação significativa e positiva com a TDVA.

Isso validou a hipótese de que a relação entre indicadores de valor adicionado, ESG e carga tributária não demonstra uma correlação combinada notável.

As análises de regressão reforçaram tais achados e, com base nos resultados obtidos, pode-se concluir que, quando observadas as práticas sustentáveis em relação ao repasse de tributos (PDVAG), verifica-se uma relação positiva, tanto no efeito fixo como no aleatório, o que sugere que empresas com maiores pontuações ESG estão mais propensas a cumprir suas obrigações fiscais de maneira completa. Esses achados podem ser considerados uma demonstração do compromisso das empresas com a responsabilidade social e ambiental, o que pode ser percebido de maneira positiva pelos investidores.

Evidencia-se uma contribuição prática em fornecer informações relevantes para órgãos reguladores e formuladores de políticas públicas para incentivar empresas a adotar práticas mais sustentáveis, e oferecer incentivos fiscais ou benefícios às empresas que demonstram alto compromisso com a sustentabilidade, e correlacionar isso com a DVA. Empresas de petróleo e gás podem utilizar esses resultados para avaliar o impacto das práticas sustentáveis na sua carga tributária, pois esse setor tem desafios específicos de sustentabilidade nas demonstrações financeiras, um elemento fundamental a ser acrescentado nas práticas de ESG, na DVA.

Esta pesquisa oferece uma justificativa para a análise da geração e distribuição de riqueza de empresas listadas na B3, especificamente no setor de petróleo e gás. Além disso, destaca-se a relevância da Demonstração do Valor Adicionado, da carga tributária e da sustentabilidade empresarial no contexto dessas empresas. O estudo também explora a interconexão desses fatores com o Score ESG e as implicações que essas relações têm para as organizações brasileiras do setor de petróleo e gás.

Ademais, é relevante explorar, em estudos futuros, variáveis como ESG e Taxvoid de maneira independente, a fim de compreender as suas interações com demonstrativos financeiros, como o Demonstrativo do Valor Adicionado e o Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC). Recomenda-se uma investigação específica que se aprofunde nesses demonstrativos, desmembrar os Scores de ESG e examine a conexão das informações em relação a eventos particulares de cada demonstração. A análise do comportamento das empresas em relação a conflitos geográficos no setor de petróleo pode ser uma dimensão valiosa para enriquecer ainda mais este estudo.



Referências

- ALAREENI, B. A.; Hamdan, A. ESG impact on performance of US S&P 500-listed firms. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 2020. <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/cg-06-2020-0258/full/html>
- ALEXANDRINO, T. C. Análise da relação entre os indicadores de desempenho sustentável (ESG) e desempenho econômico-financeiro de empresas listadas na B3. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPE-PE, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38600?mode=full>. Acesso em: 09/08/2023
- ALVES, E. C. Carga tributária brasileira, por setor de atividade, utilizando a DVA. [Monografia, Universidade Federal do Ceará, Ceará, Brasil]. Biblioteca Digital da UFC-CE, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/31223>. Acesso em: xxx.
- ALVES, J. A. Análise comparativa de indicadores da DVA entre empresas da BM;FBOVESPA. [Monografia, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil]. Biblioteca Digital da UFSM, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16102/436.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08/07/2023
- COLAVITE, A. S.; Konishi, F. A matriz do transporte no Brasil: uma análise comparativa para a competitividade. XII SEGET-Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. SEGET-Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2015.
- CORREA, J. R. L. Práticas de sustentabilidade e de planejamento tributário e o valor da firma. [Tese de Doutorado, Fucape Pesquisa de Ensino S.A, ES, Brasil]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Fucape, 2023. Disponível em: <https://fucape.br/producao-academica/repositorio-de-producao-cientifica/>. Acesso em: 06/06/2023
- CORREA, J. R. L.; Beiruth, A. X. O tax risk afeta a avaliação do investidor quanto à tax avoidance? In Anais 19º Congresso USP, 2022. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/22uspinternational/ArtigosDownload/3605.pdf>. Acesso em: 06/06/2023.
- CORREA, J. R. L.; Nossa, V. Fatores que influenciam a utilização de sistemas de monitoramento e-Government no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 13(3), 2019. <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v13i3.1989>
- CORREIA, G. D. N. Auditoria interna no monitoramento dos estoques: um estudo de campo nas empresas de gênero alimentício. [Monografia, Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, São Luís, Maranhão, Brasil]. Biblioteca Digital da UNDB, MA, 2020. Disponível em: <http://repositorio.undb.edu.br/jspui/bitstream/areas>. Acesso em: 14/08/2023
- COSENZA, J. P.. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. *Revista Contabilidade & Finanças*, 14, 07-29, 2003. <https://doi.org/10.1590/S151970772003000400001>
- COUTO, M. H. D. A. *Value relevance do valor distribuído da demonstração do valor adicionado: análise no mercado brasileiro à luz da teoria dos Stakeholders e Shareholders*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília-DF, Brasil]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Ibict, 2020. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br>. Acesso em: 15/08/2023
- CHOWDHURY, R.; Holming, L. The art of making a sustainable decision: Svenska Venture Capitals ESG strategier vid investering i tech, 2021. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1567456/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: xxx
- ECONOMÁTICA. *Date Economatica, extração das Demonstrações Financeiras de empresas do setor de petróleo e gás no Brasil*, 2022. Disponível em: <https://www.economatica.com/>. Acesso em: 27/03/2023
- ELKINGTON, J. Partnerships from cannibals with forks: The triple bottom line of 21st-century business. *Environmental quality management*, 8(1), 37-51, 1998. <https://doi.org/10.1002/tqem.3310080106>
- FOLLMANN, D. A., Paiva, K. S. E. de.; Soares, S. V. Distribuição do valor adicionado nas empresas do novo mercado: análise setorial da destinação da riqueza em 2008 e 2009. *REUNIR - Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 1(2), 101-117, 2011. <https://doi.org/10.18696/reunir.v1i2.33>

FREEMAN, R. E. Managing for stakeholders: Trade-offs or value creation. *Journal of business ethics*, 96(1), 7-9, 2010. <https://doi.org/10.1007/s10551-011-0935-5>

FREITAS, J. A. A. D., Alves, R. S., Neto, J. E. B.; Pinheiro, J. L. Sustentabilidade empresarial e Tax Avoidance sob a ótica da demonstração do valor adicionado. In USP International Conference in Accounting. Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/64196/2/sustentabilidade%20empresarial%20e%20Tax%20Avoidance%20sob%20a%20%C3%89tica%20da%20demonstra%C3%A7%C3%A3o%20do%20valor%20adicionado.pdf>. Acesso em: 25/07/2023

GASSEN, C., Ludwig, M. E.; Michels, A. Relação entre carga tributária e valor adicionado. *REUNIR - Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 9(2), 39-48, 2019. <https://doi.org/10.18696/reunir.v9i2.805>

GIUSTI, C. Análise de indicadores da demonstração do valor adicionado para empresas integrantes do índice de sustentabilidade empresarial - ISE-BMF&BOVESPA. Monografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Rio Grande do Sul, Brasil], 2012. Biblioteca Digital da UFRS, RS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79376>

GUEDES, G. P. e Kerstenetzky, C. L. O Estado de Bem-Estar Social resiste?. Desenvolvimentos recentes do estado social nos países da OCDE. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 2018. Disponível em: <https://cede.uff.br/wp-content/uploads/sites/251/2021/04/TD-133-GUEDES-G.-KERSTENETZKY-C.-2018.-O-Welfare-State-resiste.-Desenvolvimentos-recentes-do-estado-social-nos-paises-da-OCDE-1980-2016.pdf>. Acesso em: 28/07/2023

INVESTSITE. Ferramentas e Informações para Investimentos. (s.d.). InvestSite | Ferramentas e Informações para Investimentos, 2022. Disponível em: <https://www.investsite.com.br/>. Acesso em: 27/03/2023

KROETZ, C. E. S., ;Neumann, M. Responsabilidade social e a demonstração do valor adicionado. *Desenvolvimento em questão*, 6(11), 153-178, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/752/75211185007.pdf>. Acesso em: 27/03/2023

LIMA, E. M.; Rezende, A. J.Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da Curva de Laffer. *Interações*, 20, 239-255, 2019. <https://doi.org/10.20435/inter.v0i0.1609>

MACHADO, M. A. V., Machado, M. R.; Corrar, L. J. Desempenho do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo. *Revista Universo Contábil*, 5(2), 24-38, 2009. <https://doi.org/10.4270/ruc.2009211>

MAIA, G. R. et al. A influência das subvenções e assistências governamentais no desempenho econômico das empresas do agronegócio brasileiro. [Dissertação de Mestrado, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília-DF, Brasil]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Ibict, 2021. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br>. Acesso em: 26/05/2023

MARTINEZ, A. L. Agressividade tributária: um survey da literatura. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 11, 106-124, 2017. <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v11i0.1724>

MARTINS, E., Miranda, G. J.; Diniz, J. A. Análise didática das demonstrações contábeis. São Paulo: Atlas, 2019.

MONTEIRO, A. A. F., Santos, T. R.D.; Santos, G. C. D. Índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e desempenho econômico-financeiro nas empresas da B3. *RAGC*, 8(38), 2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/2322>. Acesso em: 15/08/2023

SOARES, A. F. Relevância informacional da demonstração do valor adicionado e demonstração do fluxo de caixa após a obrigatoriedade da elaboração. [Dissertação de Mestrado, Fucape Pesquisa de Ensino S.A, ES, Brasil]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Fucape, 2018. <https://fucape.br/producao-academica/repositorio-de-producao-cientifica/>

SOBRINHO, A. *Desenvolvimento sustentável: uma análise a partir do Relatório Brundtland*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Marília, São Paulo, Brasil] Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UNESP-SP, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/db8f2aee-81b8-4b69-9e2d-2bc4c0e66bfa/content>. Acesso em: 15/08/2023

SOUSA, T.S.D.; de Faria, J.A. Demonstração do Valor Adicionado (DVA): uma análise da geração e distribuição de riquezas das empresas envolvidas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE)-B3. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 8 (2), 137-154, 2018. <https://doi.org/10.18028/rgfc.v8i2.7376>

SOUZA, R. F. D. Gomes, A. R. V. Lima, S. L. L. D., Santos, G. V. D.; Dal Vesco, D. G. A legitimidade do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) frente aos demais Índices B3. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 18(3), 521-542, 2019. <https://doi.org/10.18593/race.19572>

THOMSON Reuters. Thomson Reuters expande informações de métricas-chave em Relatório de Impacto Social & ESG 2021, 2022. Disponível em: <https://www.thomsonreuters.com.br/pt/sala-de-imprensa/thomson-reuters-expande-informacoes-de-metricas-chave-em-relatorio-de-impacto-social-esg-2021.html>. Acesso em: 04/04/2023

UZEDA, H.; Monteiro, A. D. O. Gestão de tributos e governança corporativa no setor de petróleo: o caso da Petrobras. *Gestão & Planejamento-G&P*, 15(3), 2014. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/3421>. Acesso em: 07/08/2023

VAN DUUREN, E., Plantinga, A.; Scholtens, B. Integração ESG e o processo de gestão de investimentos: Investimento fundamental reinventado. *Journal of business ethics* , 138 , 525-533, 2016. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2610-8>

XIMENES, F. K. A. A.; Ferreira, F. R. O efeito das práticas ambientalmente responsáveis sobre a agressividade fiscal: uma análise das empresas participantes do Índice Carbono Eficiente-ICO2. *Pensar Contábil*, 22(79), 2021. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/61413/o-efeito-das-praticas-ambientalmente-responsaveis-sobre-a-agressividade-fiscal--uma-analise-das-empresas-participantes-do-índice-carbono-eficiente----ico2/i/pt-br>. Acesso em: 08/07/2023

YOON, B., Lee, J. H.; Cho, J. H. O efeito do desempenho ESG na evasão fiscal – evidências da Coreia. *Sustentabilidade*, 13 (12), 6729, 2021. <https://doi.org/10.3390/su13126729>





Avaliação do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) do CFC pela óptica dos peritos contábeis do Estado de São Paulo

O presente estudo teve por objetivo identificar as contribuições que o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) tem proporcionado para o aprimoramento dos trabalhos periciais dos profissionais da contabilidade. Para o alcance do objetivo, foi aplicado um questionário, segundo o Modelo de Kirkpatrick (2016). Os respondentes foram os peritos contábeis que atuam no Estado de São Paulo e estão inscritos no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC). Os resultados apurados revelam informações sobre o perfil dos respondentes: a participação deles nas atividades de educação profissional continuada, a avaliação da contribuição do Programa de Educação Profissional Continuada na atividade pericial e os pontos a serem aperfeiçoados. Foi identificado que esse programa desempenha importante papel na melhoria da qualidade dos trabalhos periciais. Espera-se que este estudo possa contribuir para o aprimoramento e aperfeiçoamento das atividades de educação profissional continuada ministradas pelo Sistema do Conselho Federal de Contabilidade/Conselhos Regionais de Contabilidade (CFC/CRCs) e outras capacitadoras, incluindo associações, sindicatos, instituições de ensino superior, entre outros.

Marcelo de Almeida Prado

Mestre em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

E-mail: marcelo@pradopericias.com.br

Fernando de Almeida Santos

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professor do Mestrado Profissional em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças da PUC-SP.

E-mail: fernando@fernandoasantos.com.br

José Carlos Marion

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. É professor do Mestrado Profissional em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças da Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

E-mail: profjcmarion@gmail.com

Claudio Rafael Bifi

Doutor em Controladoria, Finanças e Tecnologia de Gestão pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

E-mail: professorbifi@gmail.com

1 Introdução

Em matéria publicada no CR-CSP on-line (2021), intitulada “Peritos Contábeis ampliam participação na Contabilidade”, o montante de inscritos no CNPC dobrou em apenas cinco anos, ou seja, em dezembro 2016 – final do ano de criação do CNPC –, o cadastro contava com 2106 inscritos; já em setembro de 2021, esse número havia alcançado 4.695. Nesta mesma matéria, a perita contábil Sandra Batista relata que o aumento da procura por essa função é algo muito natural, em razão da ascensão da sociedade, impulsionada pelos avanços de mercado, tecnológicos, legais, jurispruden-

cias, entre outros fatores. Segundo o CRCSP, em 2024, ano de aplicação da pesquisa, havia 906 profissionais que integravam o CNPC São Paulo.

Esse aumento deve-se a dois fatores: o primeiro consiste na observação de que há um crescimento na demanda por esses profissionais; e o segundo, por sua vez, são as mudanças do mundo atual.

O mundo atual agrega o processo de constante mudança e renovação, por vezes revolucionárias, como única certeza em todos os ambientes que nos cercam. Isso exige atualização e preparação, tanto no campo pessoal e profissional, para os novos desafios e oportunidades que se apresentam.

Segundo Muzel (2016), as últimas décadas e, principalmente, os últimos anos têm sido marcados por intensas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, cujos impactos são sentidos quase cotidianamente. Nesse contexto, surge a necessidade de os contadores se manterem atualizados e preparados, não apenas para atender às demandas presentes, mas, também, principalmente, às demandas futuras.

Os constantes processos de mudança decorrentes da globalização, por exemplo, têm levado a um movimento supranacional de revisão e harmonização das normas contábeis, o que, por óbvio, tem demandado aos profissionais da área contábil a necessidade indispensável de se manterem atualizados.

Vislumbra-se um novo período para a área contábil, com a diminuição das tarefas burocráticas e maior concentração para aspectos decisórios ou de maior complexidade.

Diante do exposto, o profissional da contabilidade necessita se manter atualizado tecnicamente nas Ciências Contábeis, bem como em matérias correlatas, envolvendo economia, finanças, administração e gestão.

Essas questões não passaram ao largo das principais entidades que regulam a profissão contábil, tanto a nível mundial como local. A *International Federation of Accountants* (Ifac) determina como pilares a determinação dos requisitos e o desenvolvimento de programas de educação e formação profissional do contador (IFAC, 2024).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) tem, entre os seus projetos e programas, a Educação Profissional Continuada, cuja finalidade é desenvolver e manter a competência profissional necessária à prestação de serviços de alta qualidade a clientes, empregadores e outras partes interessadas (CFC, 2024).

Atualmente, o referido Programa é de cumprimento obrigatório para os profissionais que atuam como auditores independentes e que integram o Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), os peritos contábeis que estejam inscritos no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) e os responsáveis técnicos que atuem nas condições especificadas pelo CFC e discriminadas na NBC PG 12 (R4).

O perito contábil, segundo Moura (2022), é o contador detentor de conhecimento técnico e científico, regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade. Corroborando tal definição, de acordo com a Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC PP 01 (R1), 2020), trata-se do contador que possui conhecimento técnico científico. Fica evidente e indispensável o investimento em educação profissional continuada para esse profissional.



“O mundo atual agrega o processo de constante mudança e renovação, por vezes revolucionárias, como única certeza em todos os ambientes que nos cercam. Isso exige atualização e preparação, tanto no campo pessoal e profissional, para os novos desafios e oportunidades que se apresentam.”

O CFC, com o objetivo de oferecer ao Judiciário e à sociedade uma lista de profissionais qualificados, por meio da Resolução CFC n.º 1.502, de 19 de fevereiro de 2016 (CFC, 2016), alterada pela Resolução CFC n.º 1513, de 26 de outubro de 2016 (CFC, 2016), instituiu o Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC), sendo que, aos contadores inscritos neste cadastro é obrigatório o cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), desde 1º/1/2018.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em identificar a percepção dos profissionais que estão atualmente cadastrados no CNPC acerca das contribuições que o PEPC do CFC traz no que diz respeito ao aprimoramento dos trabalhos periciais.

2 Fundamentação Teórica

2.1 A Educação Continuada e o *Lifelong Learning*

Quanto ao conceito de Educação Continuada, de maneira geral, ele se apresenta como sendo um processo que pressupõe a continuidade do aprendizado, levando-se em conta uma formação inicial. Ela é movida pela necessidade do indivíduo em aprimorar/especializar seus conhecimentos ou desenvol-

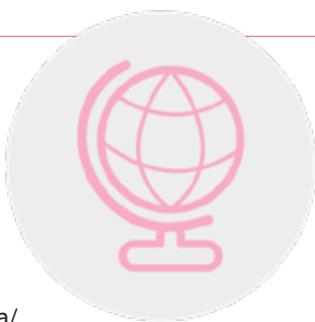
ver novas habilidades, necessidade essa que pode ser motivada internamente como resultado de um desejo natural de melhoria/aperfeiçoamento do conteúdo originalmente aprendido, bem como por fatores externos que exigem uma tomada de decisão neste sentido. Exemplo disso são as exigências do mercado profissional; obrigatoriedades normativas/regulatórias que determinam o cumprimento de atividades de atualização/reciclagem; aperfeiçoamento técnico e pessoal em decorrência de novas tecnologias, métodos de trabalho; e desenvolvimento de habilidades adicionais e/ou complementares entre outros (Silva, 2016).

As ideias da expressão “educação continuada” tiveram origem em discussões de pesquisadores de Educação, iniciadas na década de 1960, mas, intrinsecamente, a ideia de “educação continuada” pode ser considerada inerente à própria natureza humana, uma vez que, desde o nascimento, as pessoas são influenciadas pelo meio em que vivem e pelos acontecimentos do dia a dia, o que leva a nova experiências, desafios, adap-

tações e aprendizados, ou seja, de forma geral, o processo de aprendizagem é contínuo (Silva, 2016).

É fato notório que as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas têm se acentuado com velocidade, principalmente, nas últimas décadas e, nesse sentido, Muzel (2018) relata que, em termos profissionais, a educação continuada “precisa focar não apenas nas necessidades presentes, mas também nas necessidades profissionais do futuro”.

Souza e Diehl (2008) relatam que a dinamicidade operacional das empresas mostra um efeito mutagênico nas estratégias e nas formas de atuação destas, como forma de sobreviver e crescer em uma concorrência cada vez mais acirrada. Esta realidade, segundo esses mesmos autores, faz com que o conhecimento esteja, mais do que nunca, em constante adaptação, evolução e renascimento. Destacam também nesse cenário que o conhecimento tem um caráter inacabado e em constante transformação, o que exige contínuo esforço na busca de novos conhecimentos ou na atualização daquilo que já é “parcialmente dominado”.



No entanto, em uma análise um pouco mais aprofundada do conceito de *Lifelong Learning*, verifica-se que isto vai além. Segundo Petrocelli (2023), esse termo surgiu na década de 1970, ganhou destaque nos anos 1990, mas se popularizou, definitivamente, a partir do relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI da Unesco, de 2010. Ainda de acordo com Petrocelli, tal conceito encara o aprendizado como uma atividade além dos sistemas escolares formais (da educação básica à pós-graduação). No *Lifelong Learning*, adquirir conhecimento e habilidades é um processo que ocorre ao longo da vida.

O próprio relatório mencionado (Delors et al., 2010) destaca a importância de suscitar o interesse da sociedade pelo *Lifelong Learning*. Ele estabelece esse conceito como uma das chaves de acesso ao século XXI, destacando a sua importância à luz de uma resposta aos desafios impostos por um mundo em cons-

tante transformação e que, cada vez mais, exige um retorno ao aprendizado como forma de enfrentar os novos desafios que se apresentam, tanto na vida particular como na vida profissional. Para superar essa exigência, destaca a necessidade de que cada um *aprenda a aprender*.

O *Lifelong Learning*, segundo Delors et al. (2010), estaria baseado em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender conviver e aprender a ser. Nesse relatório, há uma definição detalhada de cada um destes quatro pilares:

- Aprender a conhecer: que representa a combinação entre o conhecimento sobre cultura geral, combinado com o aprofundamento em assuntos específicos.
- Aprender a fazer: que representa a qualificação profissional, incluindo, de forma mais abrangente, as competências necessárias para enfrentar as situações que se apresentam e o trabalho em equipe.
- Aprender a conviver: que representa a compreensão do outro e a percepção das interdependências, incluindo a realização de projetos comuns e a preparação para o gerenciamento de valores, além de respeito pelos valores inerentes ao pluralismo, a compreensão mútua e a paz.
- Aprender a ser: que tem por finalidade desenvolver, o melhor possível, a sua personalidade, bem como incrementar a capacidade de agir com autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal. Vale destacar que, neste pilar, deve levar em conta todas as potencialidades do indivíduo: memória, raciocínio, sentido



estético, capacidades físicas, aptidão para se comunicar.

Acerca da necessidade e benefícios do *Lifelong Learning* ou "LLL", Laal e Salamanti (2012), em

artigo no qual tratam o tema sobre este aspecto (*why do we need it?*), relatam a existência de diversos benefícios provenientes do LLL, sendo que, em conclusão, destacam que os mais relevantes seriam: o auxílio na adaptação a mudanças (principalmente tecnológicas, atualidades e políticas, questões financeiras), o retorno profissional traduzido em uma melhor remuneração, promoções em cargos internos, novas oportunidades de empregos, carreiras e, por último, o próprio engrandecimento pessoal como um todo. Inclusive, tais autores destacam, como resultado, benefícios associados, inclusive, à redução do *stress* corporal, em casa ou no casamento.

2.2 A Educação Profissional Continuada (EPC)

A Educação Continuada e o *Lifelong Learning* têm se tornado conceitos cada vez mais importantes e imprescindíveis para as pessoas de forma geral. Além disso, no campo profissional, considerando a necessidade de estar sempre atualizado e "conectado" com o que há de novo (ou diferente), a Educação Profissional Continuada passa, cada vez mais, a exercer um papel fundamental na complementação/ atualização dos profissionais como um todo e, de forma específica, dos profissionais da área contábil.

Como relata Silva (2016), as mudanças ocorrem com maior velocidade do que em períodos anteriores, e essas mudanças, na atualidade, revelam que apenas a formação acadêmica básica é incapaz de garantir um bom desempenho por parte do profissional da contabilidade.



“No cenário atual de um mercado altamente competitivo e da necessidade de inovação profissional, conforme Rebouças, Melo e Guimarães (2021), vivencia-se um período de constantes mudanças, novas descobertas intelectuais e transformações no meio social, moral e educacional.”

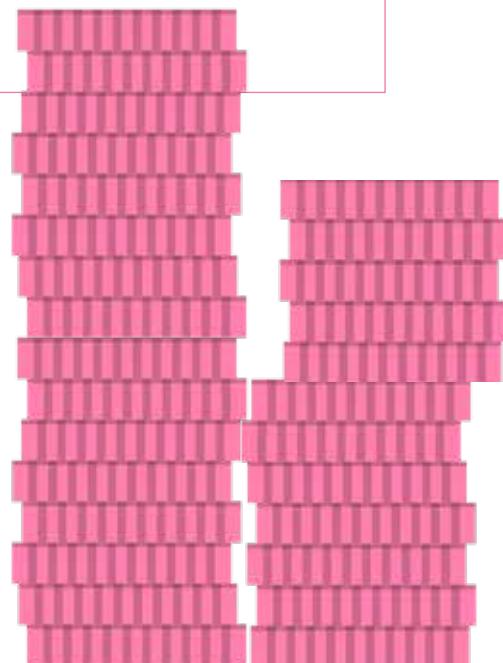
No cenário atual de um mercado altamente competitivo e da necessidade de inovação profissional, conforme Rebouças, Melo e Guimarães (2021), vivencia-se um período de constantes mudanças, novas descobertas intelectuais e transformações no meio social, moral e educacional.

A expansão do mercado de perícias contábeis e a necessidade de peritos cada vez mais qualificados solidifica a necessidade de novas e recentes pesquisas acadêmicas. Nesse aspecto, Ornelas (2017) destaca que essa expansão e necessidade de qualificação decorre, entre outros, do mundo complexo dos negócios, tanto públicos como privados, desencadeando o surgimento de demandas judiciais cada vez mais complexas, as quais, por consequência, requerem a produção de provas técnicas altamente sofisticadas, incluindo as provas de natureza contábil, o que, por óbvio, demandará profissionais bem preparados e capacitados para atender a essas demandas. O mesmo autor destaca as alterações legais, especialmente, a edição do novo Código de Processo Civil (Brasil, 2015) como fatores que trouxeram um campo novo de oportunidades aos peritos contábeis.

Além disso, é importante destacar que a educação continuada, para os profissionais que se dedicam a praticá-la, representa um diferencial para eles, conforme afirma Silva (2019), que, inclusive, destaca o aumento do potencial desses profissionais para execução e aplicação dos seus conhecimentos nas atividades que realizam ou nas funções que exercem.

A busca por transparência financeira, as economias globalizadas e frequentemente em transição, como relatam Rodrigues e Martins (2019), podem ser citados como impulsionadores que demonstram a necessidade de fortalecimento e preparo dos profissionais que nelas atuam. De acordo com os autores, é insuficiente ao profissional da contabilidade apenas concluir o curso superior, sendo esperado que este, além de se manter atualizado, adquira novos conhecimentos e habilidades em múltiplas disciplinas.

O aprimoramento técnico-profissional não é apenas o que importa. Como bem destacam Morais, Martins e Alberton (2017), o profissional da contabilidade necessita desenvolver e aperfeiçoar habilidades e competências, visando atender às demandas da atualidade. Silva (2016) destaca que a dinâmica do mercado de trabalho carrega



consigo a exigência de que o profissional se mantenha constantemente atualizado, de modo a fazer frente às inovações atuais, o que torna a formação (educação) continuada objeto de discussão, não apenas na temática técnica das Ciências Contábeis, mas também em outras áreas do conhecimento.

Quanto à prática e ao estímulo para o desenvolvimento profissional dos contabilistas, é de suma importância destacar o papel que as entidades contábeis, tanto internacionais como nacionais, tem dedicado no sentido de normatizar e implementar questões e atividades inerentes à Educação Profissional Continuada.



2.3 O CFC e o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC)

De acordo com as informações institucionais divulgadas no seu *site*, “uma das grandes preocupações do Conselho Federal de Contabilidade é desenvolver projetos e programas que atendam às necessidades e aos anseios da classe contábil, entre outros”, sendo que, no campo do Desenvolvimento Profissional, se insere o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC).

De acordo com a NBC PG 12 (R4) (CFC, 2023), pode ser verificado que a Educação Profissional Continuada é um programa instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade e que tem por objetivo atualizar e expandir os conhecimentos e competências técnicas e profissionais. Busca também atualizar e expandir as habilidades multidisciplinares e a elevação do comportamento social, moral e ético dos profissionais da contabilidade que atuam no mercado de trabalho, especificamente, com relação àqueles que atuam como:

- auditores independentes;
- responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis ou que exerçam funções de gerência/chefia na área contábil das empresas reguladas e/ou supervisionadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Superintendência de Seguros Privado (Susep) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc);
- responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis de empresas consideradas de grande porte nos termos da Lei n.º 11.638, de 2007 (Brasil, 2007) e entidades sem fins lucrativos que se enquadrem nos limites monetários de tal Lei; e
- peritos contábeis inscritos no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC).

Quadro 1 - Atividades que geram pontos para o PEPC

Atividade	Natureza
Aquisição de conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> - cursos credenciados - eventos credenciados - disciplinas concluídas em cursos de graduação e pós-graduação (*) - disciplinas ministradas - graduação - disciplinas ministradas - pós-graduação (lato sensu e stricto sensu (*)
Docência	<ul style="list-style-type: none"> - participação em atividades PEPC como: conferencista, palestrante, painelista, instrutor, avaliador, moderador ou funções equivalentes - orientador de tese, dissertação, monografia, trabalho de conclusão de curso e artigo científico.
Atuação como participante	<ul style="list-style-type: none"> - comissões técnicas e profissionais / grupos de estudos técnicos e profissionais - instituídos pelo CFC/CRCs/FBC / Abracicon/Ibracor e outros órgãos reguladores. - comissões técnicas e profissionais / grupos de estudos técnicos e profissionais de instituições de reconhecido prestígio - Comissões, órgãos e comitês de orientações ao mercado de companhias abertas - avaliador de trabalhos técnicos-científicos em eventos, revistas e periódicos, nacionais e internacionais - participação em bancas acadêmicas de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu.
Produção Intelectual	<ul style="list-style-type: none"> - publicação de matérias e artigos (homologados pela CEPC/CFC) - publicação de artigos técnico-científicos em revista qualificada pela CAPES - estudos e trabalhos de pesquisa apresentados em congressos - tese, dissertação e monografia (aprovadas) - graduação e pós graduação (lato sensu e stricto sensu) - autoria e coautoria de livros - autoria, coautoria e/ou tradução de livros publicados - conteúdos didáticos desenvolvidos (aprovados CEPC)

(*) IES reconhecidas pelo MEC

Fonte: NBC PG 12 (R4) (CFC, 2023)

O referido programa é regido pelas regras e normas estabelecidas na NBC PG 12 (CFC, 2023), a qual, na época da elaboração desta pesquisa, estava na sua revisão n.º 4 (R4).

Tal norma brasileira de contabilidade estabelece, entre outros, os conceitos e objetivos, as diretrizes básicas do PEPC, os aspectos inerentes aos profissionais que estão obrigados ao cumprimento da norma, a definição das atividades de EPC, entre outros aspectos.

Para atender ao disposto na norma, os profissionais anteriormente indicados e que, obrigatoriamente, estão sujeitos a ela, devem

cumprir, no mínimo, 40 (quarenta) pontos de Educação Profissional Continuada por ano-calendário, sendo que, desta pontuação anual, o mínimo de 12 (doze) pontos devem ser necessariamente cumpridos com atividades de “aquisição de conhecimento”.

As atividades que geram pontos para o PEPC são descritas detalhadamente na Seção III da referida norma, resumida no **Quadro 1**.

Do exposto, constata-se que, dos modelos de abordagem preconizados pela IES 7, verifica-se que o modelo adotado pelo CFC se baseia na “Abordagem Baseada em Insu- mos (Input-Based Approach)”.

“Como esclarece Moura (2022), o objetivo do CFC ao criar o CNPC foi oferecer ao Judiciário e à sociedade uma lista de profissionais qualificados que atuam como peritos contábeis, com o fito de dar maior celeridade às ações do Judiciário, uma vez que se poderá conhecer – geograficamente e por especialidade – a disponibilidade desses profissionais.”

2.4 O PEPC e os peritos contábeis

Como visto anteriormente, os profissionais que atuam como peritos contábeis, quando inscritos no CNPC, são obrigados a cumprir o PEPC. Nesse sentido, é importante compreender como e para qual propósito surge o Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis.

Conforme a Resolução n.º 1.502, de 2016 (Brasil, 2016) - posteriormente alterada pelas Resoluções n.º 1.513, de 2016 (Brasil, 2016) e n.º 1.519, de 2017 (CFC, 2017) -, o CFC, no uso das suas atribuições, criou o Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis. Sua criação, conforme fica evidente na própria Resolução, foi lastreada no então “novo” Código de Processo Civil (Brasil, 2015) que, entre outros, no seu art. 156, dispôs que o juiz será assistido por perito, bem como determinou aos tribunais a realização de consultas aos conselhos de classe para formação de seu cadastro de profissionais legalmente habilitados para tal.

É importante considerar que o mercado de trabalho para peritos contábeis se encontra em ascensão, conforme relatos que se colhem em conversas e depoimentos de profissionais da área e em textos e artigos

publicados, como, por exemplo, os relatos de Vieira e Oliveira (2016) e de Cardial e Silva (2018). Há cada vez mais interesse dos profissionais da contabilidade em atuar neste nicho de negócio, tanto de forma exclusiva, parcial; ou agregando esse tipo de prestação de serviços ao portfólio das opções já oferecidas por escritórios contábeis.

Como esclarece Moura (2022), o objetivo do CFC ao criar o CNPC foi oferecer ao Judiciário e à sociedade uma lista de profissionais qualificados que atuam como peritos contábeis, com o fito de dar maior celeridade às ações do Judiciário, uma vez que se poderá conhecer – geograficamente e por especialidade – a disponibilidade desses profissionais.

Além de Moura, outros autores como Crepaldi (2019) e Müller, Timi e Heimoski (2017), em obras dedicadas à área de perícia contábil, também dão ênfase ao CNPC.

Inicialmente, de acordo com a Resolução n.º 1.502, de 2016 (CFC, 2016), já citada, para ingressar no CNPC, os contadores que exercem atividades de perícia contábil teriam até 31/12/2017 para se cadastrarem, inserindo as informações requeridas, acompanhada das comprovações necessárias (Art. 2.º).



A partir de 2018, conforme relata Moura (2022), os contadores só podem ingressar no CNPC mediante aprovação em Exame de Qualificação Técnica (EQT) para perito contábil. O exame encontra-se regulamentado pelo CFC na NBC PP 02 (CFC, 2016).

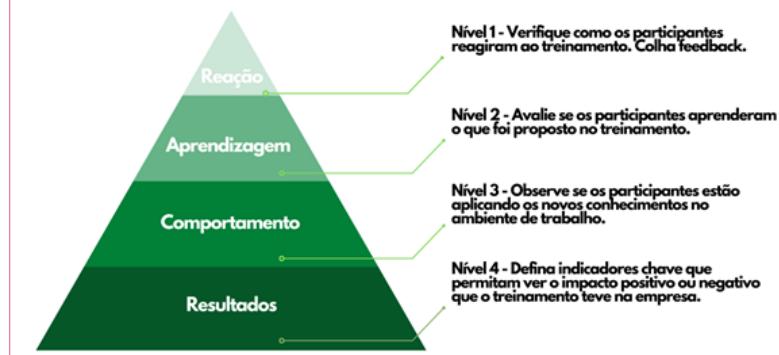
Segundo a referida norma, o EQT para perito contábil tem por objetivo aferir o nível de conhecimento e a competência técnico-profissional necessários ao contador que pretende atuar na atividade de perícia contábil.

Vale destacar que o CNPC, ao menos por enquanto, não tem caráter obrigatório para o exercício da atividade de perícia contábil. Quando do exercício dessa atividade na função de perito judicial, torna-se obrigatória a inscrição do profissional no cadastro próprio de cada tribunal de justiça (federal ou estadual). Para os contadores que pretendem atuar como peritos judiciais na Justiça Estadual do Estado de São Paulo, por exemplo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), mantém o denominado “Cadastro de Auxiliares da Justiça” (<https://www.tjsp.jus.br/AuxiliaresdaJustica>), o qual se destina ao cadastramento de profissionais que, entre outros, estejam interessados em atuar como peritos, nas comarcas, circunscrições e regiões administrativas do TJSP.

Novamente, quanto ao cadastramento mantido pelo CFC, conforme destaca Moura (2022), o profissional da contabilidade que passa a fazer parte do CNPC tem a sua permanência condicionada à obrigatoriedade do cumprimento do PEPC, conforme preceitua o art. 7.º da Resolução CFC n.º 1.502, de 2016 (CFC, 2016).

Esse mesmo autor alerta para a importância da educação continuada, independentemente da obrigatoriedade acima, destacando o fato de que o mercado globalizado tem exigido, de forma crescente, que os

Figura 1 – Modelo de Avaliação de Kirkpatrick (2016) em quatro níveis



Fonte: Plantar Educação.

profissionais sejam cada vez mais gabaritados e especializados. Além disso, em função da expansão da demanda, recomenda que os contadores devem buscar especializações em cursos de educação continuada.

Especificamente, com relação aos peritos e assistentes técnicos, Moura (2022) ainda relata que esses devem manter adequado nível de competência profissional, atualizando-se permanentemente, por meio de programas de capacitação, treinamento e especializações. Do exposto, resta evidente a relevância e a importância do papel da educação profissional continuada no cotidiano dos profissionais da contabilidade que se dedicam às atividades de perícia contábil. A busca pelo conhecimento, a atualização e o aprimoramento de capacidades e habilidades não devem ser vistos como uma obrigação, ao contrário, mas como um diferencial, uma competência técnica também a ser aprendida e exercitada cotidianamente por qualquer profissional da contabilidade e, mais ainda, para os peritos contábeis.

Nesse cenário, ficam evidentes a importância e a relevância da educação profissional continuada e que, em tais aspectos, esta pesquisa tenta trazer a sua contribuição.

3 Métodos e Técnicas

3.1 Modelo adotado

O modelo “Modelo Kirkpatrick” (2016), segundo define Conceição (2024), permite avaliar os treinamentos em uma empresa de forma simplificada, considerando fatores, como o grau de aprendizagem e benefícios para a empresa. O modelo é assim chamado por conta do seu criador, o estudioso e pesquisador da área de treinamento e desenvolvimento, Donald Kirkpatrick, que, nos anos 50, trouxe métodos para avaliar treinamentos corporativos que resultaram no modelo em questão.

Esse modelo, conforme resume este mesmo artigo, avalia treinamentos a partir de uma metodologia que considera quatro níveis de avaliação: reação, aprendizagem, comportamento e resultados, demonstrados em níveis sintetizados, conforme Figura 1:

Apesar das indicações de dúvidas sobre a aplicação do método e sua eficácia, ainda é muito utilizado por empresas para verificar se seus treinamentos apresentam os resultados esperados.



Partindo para buscas relativas a trabalhos acadêmicos sobre o Modelo de Kirkpatrick (2016), foram localizadas pesquisas no Brasil e exterior. Entre elas, destacam-se:

- Frans (2022) apresenta uma avaliação de programas educacionais realizada no âmbito do Thuthuka Bursary Fund., um programa de bolsas voltado para a formação de contadores.
- Cantarutti *et al.* (2022) apresenta a avaliação da implementação de um programa de workshops baseados em casos para os estudantes de Odontologia, conduzida na Escola de Odontologia da Pontifícia Universidade Católica do Chile, com a aplicação do modelo de Kirkpatrick (2016), usando os “níveis” 1 e 2 de tal modelo.
- Chávez Arcega e Romero (2012) avaliaram a efetividade de um curso de capacitação da área de computação para docentes oferecido em um ambiente virtual de aprendizagem.
- Dessa forma, a avaliação do PEPC, valendo-se do modelo proposto visa trazer um grau maior de cientificismo ao questionário a ser aplicado, bem como aos resultados obtidos, visando atender aos objetivos desta pesquisa e a pergunta-chave formulada.

Da mesma forma, como alguns dos trabalhos aqui citados, esta pesquisa será focada na utilização dos “níveis” 1, 2 e 3 de tal modelo, uma vez que a eventual aplicação do nível 4 demandaria estudos e análises mais aprofundadas, o que dificultaria o cumprimento temporal dos prazos disponíveis para a conclusão do programa. Nesse aspecto, sugerem-se pesquisas futuras que possam abordar a aplicação

do “nível” 4, ou, ainda, discutir e aplicar outros modelos que possam se mostrar mais aderentes e até mais eficientes, sem prejuízo de pesquisa que possa propor até um modelo próprio para tal avaliação.

No que diz respeito à população a ser objeto da aplicação do questionário, considerando o escopo e o objetivo da presente pesquisa, o universo pesquisado referiu-se aos profissionais que atualmente se encontram registrados no CNPC (inicialmente na base São Paulo e, posteriormente, na base Brasil), os quais, como já visto anteriormente, estão obrigados a cumprir, anualmente, a pontuação estabelecida (40 pontos = 40 horas) pela NBC PG 12 (R4) em atividades de educação profissional continuada.

O questionário foi elaborado e organizado na ferramenta Google Forms, sendo que, algumas questões do modelo Kirkpatrick são respondidas por escala do tipo likert, de 1 “desconheço” a 5 “conheço plenamente”. Na sua página inicial, é apresentado o TCLE, esclarecendo o objetivo da pesquisa e convidando o respondente a participar, de forma voluntária, desse processo. Deixa claro aos respondentes que os dados serão tratados com confidencialidade e utilizados apenas para fins desta pesquisa.

O questionário inicia com a concordância do respondente em participar deste estudo; em caso negativo, o profissional seria encaminhado diretamente ao “encerramento da participação”.

Em caso de resposta positiva, o respondente é direcionado ao questionário propriamente dito, composto de 23 (vinte e três) questões subdivididas em quatro seções, a saber:

- PARTE A - Identificação e caracterização do respondente (7 questões)
- PARTE B - Participação nas atividades de educação profissional continuada (7 questões)
- PARTE C - Avaliação da contribuição do PEPC na atividade profissional (5 questões)
- PARTE D - Pontos a serem aperfeiçoados no PEPC (4 questões)

Ao final do questionário, o respondente pode optar em receber a cópia desta pesquisa após a finalização.

3.2 Processo de coleta de dados

A aplicação do questionário foi realizada pelo Sistema CFC/CRCs como forma de alcançar, de maneira mais ampla e eficiente, os profissionais que integram o CNPC.

Dessa forma, em contatos mantidos com o departamento de desenvolvimento profissional (DES) do CRCSP, foi enviado e-mail ao vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCSP, solicitando a autorização e o apoio dessa entidade no sentido de encaminhar o questionário aos profissionais inscritos no CNPC. Também, nessa oportunidade, foi solicitado o apoio para encaminhamento deste mesmo pleito ao CFC, como forma de estender a autorização para aplicação do questionário a nível nacional. Destaca-se que a pesquisa seguiu todos os procedimentos éticos recomendados.



Quanto à extensão da aplicação do questionário em nível nacional, com relação às demais unidades da Federação, foi necessária a implementação de outros trâmites no CFC para que fosse possível a execução de tal procedimento. No entanto, tendo em vista a limitação temporal para a apresentação desta dissertação, optou-se por seguir este trabalho levando-se em conta, tão somente, os resultados obtidos por meio do CRCSP, que representa o maior contingente de peritos inscritos no CNPC.

O questionário foi encaminhado pelo CRCSP a 906 profissionais que integram o CNPC São Paulo. Houve o retorno de 80 respostas no período temporal considerado para o recebimento de respostas: de 15/7/2024 a 15/8/2024.

4 Discussão dos Resultados

4.1 Caracterização dos respondentes

Em relação à escolaridade, conforme Tabela 1, pode ser verificado que, no exercício da atividade pericial, denota-se o elevado grau de especialização dos profissionais que atuam na área, ou seja, mais de 75% das 80 respostas obtidas relataram possuir alguma especialização além do curso de graduação. No campo das especializações de caráter *strictu sensu*, foi verificado que 23,7% dos respondentes possuem, pelo menos, o título de mestre.

Tais dados demonstram que a perícia contábil demanda um conhecimento especializado que extrapola o bacharelado, apenas.

Tabela 1 – Escolaridade

Graduado	19	24%
Especialista	42	53%
Mestre	12	15%
Doutor	3	4%
Pós-doutor	4	5%
TOTAL	80	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Com relação ao tempo de atuação, segundo Tabela 2, verifica-se que a base dos respondentes é extremamente experiente neste aspecto, 85% das respostas obtidas refletem profissionais que atuam há mais de 6 anos na área, destacando-se ainda que 65% deste total atua na perícia contábil judicial há mais de 10 anos. De modo geral, a base dos respondentes deste questionário é representada por profissionais com tempo elevado na atuação na área de perícia contábil.

Tabela 2 – Tempo de experiência como perito

Inscrito, mas ainda não atua	3	4%
Menos de 1 ano	1	1%
1 a 5 anos	8	10%
6 a 10 anos	16	20%
Acima de 10 anos	52	65%
TOTAL	80	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Com relação à quantidade de horas semanais dedicadas à atividade como perito contábil, verifica-se, conforme Tabela 3, que 41,3% das respostas oferecidas apontam para respondentes que se dedicam a uma jornada integral, ou seja, 40 horas semanais ou mais, sendo que cerca de quase 60% se dedicam à perícia em jornadas parciais/ocasionais.

Nesse mesmo diapasão, questionaram-se os respondentes sobre o exercício de outra atividade profissional, além da perícia contábil judicial e quase 60% dos respondentes indicaram a realização de outras atividades, além da perícia.

Observa-se que as respostas se mostram bastante alinhadas, na medida em que o percentual dos respondentes que declararam trabalhar com perícia de forma integral – 41,3% – se aproxima bastante do percentual dos respondentes que indicaram que não exercem outra atividade, além da perícia contábil judicial – 40,5%.

Tabela 3 – Dedição

Ocasional	19	24%
Parcial - 10 horas semanais	14	18%
Parcial - 20 horas semanais	14	18%
Integral - 40 horas semanais	33	41%
TOTAL	80	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Quanto à função desempenhada pelos respondentes de forma preponderante, apresentado na Tabela 4, foi apurado que a função de perito judicial se mostrou a mais prevalente com 58,2% das respostas. Aparentemente, os profissionais da perícia preferem atuar ou possuem maior campo de atuação na função de “peritos judiciais”.

Tabela 4 - Função que desempenha de forma preponderante na perícia

Perito Judicial	46	58%
Assistente Técnico	30	38%
Parecerista	3	4%
Não respondeu	1	1%
TOTAL	80	100%

Fonte: dados da pesquisa.

A questão 6 indagou os profissionais sobre o tempo de inscrição no CNPC, sendo apurado que a maioria dos respondentes (93,8%) declararam fazer parte deste cadastramento há mais de 3 anos.

Concluindo a Parte A do questionário, relativo à identificação e caracterização dos respondentes, a questão 7 demonstrou que 93,4% atuam em São Paulo.



Em que pese o fato de a base pesquisada ter se limitado aos profissionais inscritos no CNPC pelo Estado de São Paulo, denota-se que alguns deles possuem atuação preponderante em outros estados da Federação. Tal fato pode ser explicado pela informatização dos Tribunais e a adoção dos processos judiciais eletrônicos o que, ao menos em tese, reduziu sensivelmente os entraves geográficos de atuação dos peritos contábeis, ou seja, há uma ampliação de oportunidades de atuação.

4.2 A participação nas atividades de educação profissional continuada

Na Parte B do questionário, buscou-se apreender dos respondentes dados e informações relevantes sobre a participação deles em atividades ligadas ao PEPC.

Na questão 8, foi indagado aos participantes qual o seu grau de conhecimento sobre a NBC PG12 (R4), sendo as respostas obtidas distribuídas na forma demonstrada no Gráfico 6 que segue:

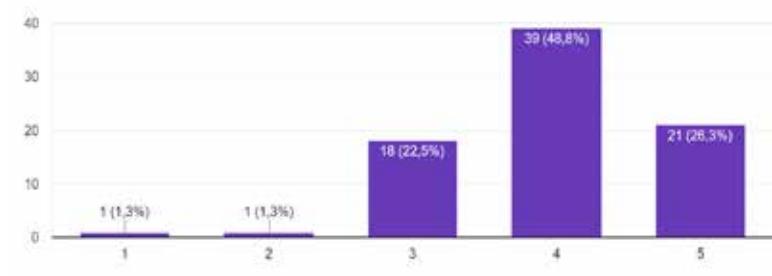
Considerando o intervalo entre “desconheço completamente” (1) e “conheço profundamente” (5), pode ser constatado que mais de 75% dos respondentes declararam conhecer bem a norma que rege a EPC.

A pergunta 9 indagou os participantes sobre se, em algum momento, o profissional teria deixado de cumprir a pontuação anual exigida e apurou-se que 8,8% das respostas indicaram a ausência de cumprimento da pontuação em algum ano. Portanto, fica a sugestão de que, em trabalhos futuros envolvendo este tema, seja indagado o motivo para o descumprimento da pontuação mínima exigida.

Quanto às atividades/eventos realizados pelos respondentes, pode ser apurado pela maioria (65%) que 53% dos profissionais se dedicou a cumprir a sua pontuação



Gráfico 6 – Grau de conhecimento da NBC PG 12 (R4)



Fonte: Plantar Educação

Tabela 5- Tipos de atividades/eventos realizados anualmente pelos respondentes

Cursos/palestras/atividades oferecidas pelo Sistema CFC/CRCs	78	98%
Cursos/palestras/atividades oferecidas por capacitadoras credenciadas	52	65%
Cursos de extensão e pós-graduação oferecidos por Instituições de Ensino Superior (IES)	23	29%
Atua como professor/instrutor/palestrante em cursos e palestras	23	29%
Escreve/publica artigos científicos, livros, apostilas ou equivalentes	19	24%
Participa de bancas examinadoras/orientador de trabalhos acadêmicos/comissões técnicas	10	13%
TOTAL DE PARTICIPANTES	80	100%
FREQUÊNCIA TOTAL	205	
Média por participante	2,56	

Fonte: dados da pesquisa.

mediante a participação em eventos promovidos pelo Sistema CFC/CRCs e também participando de eventos oferecidos por capacitadoras credenciadas. Por sua vez, 34%, ou seja, 27 respondentes declararam que participaram de atividades/eventos de EPC ofertados exclusivamente pelo Sistema CFC/CRCs.

Os resultados demonstram que os profissionais têm optado por participar de forma bastante ativa e assídua das atividades/eventos oferecidos pelo Sistema CFC/CRCs, o que se constitui em um forte indicativo da importância da atuação do CFC/CRCs como “capacitadoras” e disseminadoras do conhecimento.

A constatação feita é confirmada pelas respostas que foram ofer-

tadas à questão 11, na qual se indagou os profissionais acerca dos tipos de atividades/eventos realizados anualmente, sendo indicada pela quase totalidade dos respondentes (97,5%) a participação em cursos/palestras/atividades oferecidas pelo Sistema CFC/CRCs, como refletem os resultados apresentados na Tabela 5.

Tal resultado demonstra e comprova a importância e a relevância dos cursos/palestras/atividades desenvolvidas e ofertadas pelo Sistema CFC/CRCs.

Em relação à modalidade preponderante de participação dos respondentes (presencial, on-line ou ambos), constata-se que 77,5% das respostas apontaram a modalidade on-line.

Esse resultado pode ser reflexo do apreço que os profissionais desenvolveram por tal modelo, o qual, em grande medida, pode ter sido impulsionado pela pandemia de Covid-19. Nesse aspecto, cabe a reflexão de que: (i) pelo lado positivo, houve a possibilidade de uma maior disseminação do conhecimento, uma vez que vencidas barreiras geográficas para oferta de eventos (cursos/palestras/atividades), (ii) pelo lado negativo, com a diminuição dos eventos presenciais, houve a redução do contato interpessoal entre os profissionais, fonte importante de troca de experiências, relacionamentos e oportunidades.

Referida modalidade – on-line – é amplamente preferida pelos respondentes (83,5%), merecendo destaque o fato de a preferência recair com maior peso sobre o subtipo “síncrono” (69,6%), ou seja, atividades com dia e hora marcados (ao vivo).

Tal preferência pode ser um indicativo de que, apesar de preferirem a participação on-line, os respondentes têm a intenção de realizar atividades/eventos em que possam usufruir de algum grau de interação com os demais participantes.

Encerrando esse tópico, foi indagado aos participantes da pesquisa sobre o processo de escolha das atividades, sendo que, quase 80% dos respondentes indicaram que,

além das atividades ligadas à perícia, participam de eventos ligados a outros temas (normas técnicas, gestão de negócios, ferramentas tecnológicas etc.).

Esse resultado conduz à percepção de que os profissio-



Tabela 6 – Satisfação geral com o PEPC

Conceito	1	2	3	4	5	Total					
Aplicabilidade	2	2,5%	1	1,3%	18	22,5%	24	30,0%	35	43,8%	80
Aproveitamento	4	5,0%	1	1,3%	16	20,0%	24	30,0%	35	43,8%	80
Aprendizagem	2	2,5%	3	3,8%	17	21,3%	23	28,8%	35	43,8%	80
Contribuição na melhoria dos seus trabalhos técnicos	4	5,0%	6	7,5%	10	12,5%	29	36,3%	31	38,8%	80
Satisfação geral	4	5,0%	2	2,5%	17	21,3%	25	31,3%	32	40,0%	80
Média	3	4,0%	3	3,3%	16	19,5%	#	31,3%	34	42,0%	80

Fonte: dados da pesquisa.

nais que praticam regularmente as atividades de EPC, na área de perícia contábil, não buscam apenas se atualizar nos temas específicos, mas, também, em outros temas, denotando a intenção de obter ou aprimorar conhecimentos multidisciplinares que possam, ao menos, em tese, agregar outras habilidades e/ou aperfeiçoar a atuação dos profissionais em outros temas, correlatos ou não à Contabilidade.

4.3 A avaliação da contribuição do PEPC na atividade pericial

Na sequência do questionário aplicado, a Parte C buscou identificar com os respondentes qual seria, na avaliação deles, a contribuição do PEPC na atividade pericial. Para tanto, considerando o modelo de avaliação proposto neste estudo – modelo de Kirkpatrick (2016). Esses dados detalhados na Tabela 6.

Nas questões 15 a 17, foi solicitado aos respondentes que avaliassem a contribuição do PEPC, considerando os aspectos de “Aplicabilidade”, “Aproveitamento” e “Aprendizagem”. Quanto à questão de “Aplicabilidade”, foi apurado que quase 75% dos respondentes atribuíram as graduações mais

elevadas (4 e 5), ou seja, para ¾ dos participantes, o PEPC tem sido “muito aplicável” (ou próximo a isto) à atividade pericial.

Com relação ao “Aproveitamento”, foi constatado resultado bastante semelhante ao item anterior, ou seja, 75% dos respondentes indicaram as duas notas mais elevadas (4 e 5) para definir o aproveitamento dos evento/atividades ofertados pelo PEPC.

Com relação à questão da “Aprendizagem”, as respostas ofertadas também se alinham aos resultados obtidos para os itens “Aplicabilidade” e “Aproveitamento”, demonstrando também o elevado grau de satisfação dos respondentes com relação a esse quesito.

Também, solicitou-se aos respondentes que avaliassem a contribuição do PEPC na melhoria dos seus trabalhos técnicos. Da análise das respostas ofertadas, constata-se que uma expressiva maioria atribui as notas mais altas a esse conceito – 75,40%. Desse modo, na visão dos respondentes, pode se concluir que o PEPC, atualmente, desempenha importante papel como fator de contribuição à melhoria da qualidade dos trabalhos periciais.



“Com relação ao 1 Aproveitamento1, foi constatado resultado bastante semelhante ao item anterior, ou seja, 75% dos respondentes indicaram as duas notas mais elevadas (4 e 5) para definir o aproveitamento dos evento/atividades ofertados pelo PEPC.”

Por fim, foi indagado aos respondentes que informassem o grau de satisfação geral com o PEPC da análise das respostas ofertadas. Ficou evidenciado que mais de 70% dos profissionais demonstraram bastante satisfeitos com tal Programa:

4.4 Os pontos a serem aperfeiçoados no PEPC

Como pergunta inicial desta seção do questionário, foi indagado aos participantes qual seria a sua avaliação acerca da pontuação mínima exigida anualmente (40 pontos) pelo PEPC.

Da análise das respostas ofertadas, verificou-se que mais de 65% entendem ser “adequada” a carga de pontos (ou horas), atualmente regulamentada pela norma de educação profissional continuada vigente – NBC PG12 (R4).

Na sequência, foi indagado sobre a visão dos respondentes com relação à adequabilidade da carga horária dos cursos/eventos que eles participaram, sendo apurado com base nas respostas oferecidas que 71,3% consideram a carga horária atualmente formatada para os cursos/eventos como “adequada”.

Quanto ao foco dos eventos, no que diz respeito ao binômio teoria e prática, foi indagado aos

Tabela 7 – Pontos a serem aperfeiçoados no PEPC

Como avalia o PEPC em relação aos aspectos	adequada	superior	inferior	Total
Pontuação mínima exigida anualmente (40 pontos) você entende que ela é:	53	66,3%	22	27,5%
carga horária de cada curso/evento:	57	71,3%	17	21,3%

	Teoria	Prática	Teoria e Prática	80
Na sua visão os cursos devem focar:	2	2,5%	25	31,3%

Fonte: dados da pesquisa.

participantes sobre o que deveria prevalecer: se os cursos/eventos deveriam focar mais na parte teórica ou na parte prática, ou, ainda, se deveriam mesclar teoria e prática num mesmo evento.

Decorrente das respostas analisadas, conforme dados da Tabela 7, constatou-se que 66,3% entenderam que, tanto a teoria como a prática devem ser abordados de forma simultânea nos eventos.

Esse resultado denota que a adoção pelas capacitadoras de modelos de evento do tipo “casos práticos”, nos quais se alie uma introdução teórica e respectiva aplicação prática, pode resultar em ganhos para todos os lados.

Para encerrar essa seção e o questionário propriamente dito, os participantes responderam a uma pergunta aberta, que solicita sugestões ou contribuições de aperfeiçoamento.

Dos 80 respondentes, 47 deles se dispuseram a apresentar as suas contribuições, mesmo que declarem que não sabem como acrescentar e/ou comentar. Como as respostas obtidas são variadas, expressando, às vezes, opiniões difusas ou que não dizem respeito à norma e/ou à Educação Profissional Continuada, entendeu-se que não há como apresentar uma análise qualitativa eficiente de tais respostas, de forma a expressar pontos que mereçam destaque.

De qualquer forma, as respostas oferecidas configuram-se como um valioso material a ser compartilhado com o Sistema CFC/CRCs, contribuindo para o futuro aprimoramento do PEPC.

Para finalizar, destaca-se que a educação profissional continuada é, cada dia mais, um atributo indispesável aos profissionais da contabilidade, conforme destacam Morais, Martins e Alberton (2017) e Silva (2016). Como é perceptível, há vários fatores e condições que impõem uma nova realidade aos contadores, criando a necessidade de atualização, especialização e desenvolvimento de outras habilidades que são indispesáveis para a sobrevivência da profissão de contador.

Complementando, Ornelas (2017) que se dedica há anos para a pesquisa em Perícia, aponta esta necessidade de qualificação na área. Conforme citado, há outros autores citados que mencionam esta necessidade e apontam o crescimento do mercado, como Vieira e Oliveira (2016) e de Cardial e Silva (2018).

Com a pesquisa, pode-se observar a percepção dos profissionais sobre a necessidade de atualização e aprendizado, fato que é convergente com o referencial teórico pesquisado.

5 Considerações Finais

Conforme citado neste estudo, de acordo com Muzel (2016), as intensas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas verificadas, principalmente, nas últimas décadas têm impactado diretamente a sociedade e os profissionais de uma forma geral. Souza e Diehl (2008) também citaram a dinamicidade operacional, que exige atualização constante.

No que se refere aos contadores, é público e notório o fato de que esses profissionais necessitam, cada vez mais, de atualização para atender não apenas às **demanda**s **atuais**, mas, sobretudo, às futuras (CFC, 2024). Crepaldi (2019) e Müller, Timi e Heimoski (2017) também destacam essa necessidade.

Os constantes processos de mudança decorrentes da globalização, por exemplo, têm impulsionado um movimento supranacional de revisão e harmonização das normas contábeis, o que, naturalmente, exige dos profissionais da contabilidade a necessidade de se manterem reciclados e atualizados.

Essas questões, como discutido nessa pesquisa, não passaram ao largo das principais entidades que regulam a profissão contábil, tanto em nível mundial (IFAC, 2024), como nacional, sendo que, no Brasil, o CFC mantém, entre os seus projetos e programas, o PEPC (CFC, 2024).

Esse programa, atualmente, é de cumprimento obrigatório para os profissionais que atuam como auditores independentes e que integram o Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), os Peritos Contábeis que estejam inscritos no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) e os Responsáveis Técnicos que atuem nas condições especificadas pelo CFC.

Especificamente, os profissionais que atuam como peritos contábeis e que estão inscritos



no CNPC possuem a obrigatoriedade de cumprir o PEPC desde 1º/1/2018.

O objetivo desta pesquisa consistiu em compreender melhor as contribuições do Programa de Educação Profissional Continuada do CFC na melhoria dos trabalhos periciais contábeis, considerando a percepção dos profissionais que integram o CNPC, visando responder ao seguinte questionamento: "As atividades desenvolvidas pelo PEPC do CFC, na percepção dos profissionais que integram o CNPC, trazem contribuições para a melhoria dos trabalhos periciais contábeis?".

Com a finalidade de alcançar tal objetivo e buscar respostas à problemática de pesquisa formulada, foi necessário, de forma geral, entender os conceitos de educação continuada e *Lifelong Learning* e compreender o histórico da educação continuada no contexto internacional e nacional, a sua adoção específica e as normas aplicáveis aos profissionais da contabilidade, a instituição e evolução do PEPC instituído pelo CFC e a criação do CNPC que, dentre outros, tornou obrigatória a prática da educação profissional continuada para os peritos contábeis que ingressassem no cadastro.



“Como pontos a serem aperfeiçoados, verificou-se que a maioria dos respondentes apontou sua concordância com a pontuação atualmente exigida (40 pontos) e consideraram como ‘adequada’ a carga horária aplicada para cada curso/evento. Além desses aspectos, foi apurado que a maioria dos respondentes entendem que ‘teoria’ e ‘prática’ devem ser abordadas de forma concomitante em um mesmo evento.”

Conforme detalhado, a base dos respondentes desta pesquisa pode ser caracterizada por profissionais bastante experientes (65% atuam na área há mais de 10 anos) e especializados (mais de 75% possuem, pelo menos, alguma especialização, além da graduação), sendo que cerca de 94% dos respondentes integram o CNPC há mais de 3 anos.

Importante destacar que, para cumprimento das exigências do PEPC (pontuação obrigatória), foi apurado que, majoritariamente (97,5%), os respondentes se valem das atividades/eventos promovidos pelo Sistema CFC/CRCs.

Especificamente, com relação ao tema central deste estudo, qual seja a avaliação da contribuição do PEPC na atividade pericial, foram elaboradas questões específicas considerando o modelo de avaliação proposto neste estudo

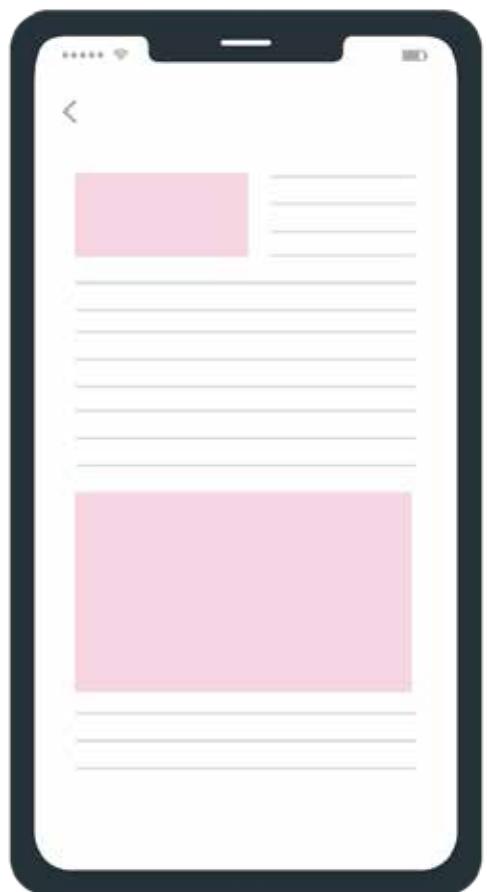
– Modelo de Kirkpatrick (2016), relativos aos aspectos inerentes à “Aplicabilidade” e “Aproveitamento”, sendo apurado que, em todos estes aspectos a satisfação dos respondentes com o PEPC se situou em patamares superiores ou bastante próximos a 75%.

Os resultados apurados validam a visão de que o PEPC, atualmente, desempenha impor-

tante papel como fator de contribuição à melhoria da qualidade dos trabalhos periciais, sendo que, 71,3% dos profissionais que se dedicaram a responder ao questionário, declararam, de forma geral, “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” com o PEPC.

Como pontos a serem aperfeiçoados, verificou-se que a maioria dos respondentes apontou sua concordância com a pontuação atualmente exigida (40 pontos) e consideraram como “adequada” a carga horária aplicada para cada curso/evento. Além desses aspectos, foi apurado que a maioria dos respondentes entendem que “teoria” e “prática” devem ser abordadas de forma concomitante em um mesmo evento.

Como sugestões para pesquisas futuras, podem ser aprofundados estudos que visem melhor elucidar os pontos de satisfação dos profissionais com o PEPC, além disso, seria interessante efetuar identificação das habilidades necessárias (ou adequadas) para um perito contador e o cruzamento destas informações com os cursos oferecidos pelo PEPC.



Referências

- BRASIL. Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 28 dez. 2007.
- BRASIL. Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015. *Código de Processo Civil*. Brasília, DF. Diário Oficial da União. Disponível em: L13105 (planalto.gov.br). Acesso em: 02 jul. 2024.
- CANTARUTTI, Cynthia; VÉLIZ, Claudia; MELLADO, Beatriz; GARCIA-HUIDOBRO, Rosario; ORTUÑO, Duniel; RIVERA, Solange. Evaluación de la implementación de talleres con metodología de aprendizaje basado en casos en un curso de Salud Pública de estudiantes de Odontología. *Educación Médica*, v. 23. Elsevier España, 2022.
- CARDIAL, Iris Karla Virgulino de Souza; SILVA, Hélio Felipe Freitas de Almeida. Evolução histórica da perícia contábil na justiça federal de Santana do Ipanema – AL. *Caburé Saberes Acadêmicos Interdisciplinares*, v. 1, n. 1, p. 92-102, 2018.
- CHÁVEZ ARCEGA, Marco Antonio; ROMERO, Liz. Efectividad de un curso de capacitación em um ambiente virtual de aprendizaje. *Revista Complutense de Educación*, v. 23, n. 1, p. 89-114, 2012.
- CONCEIÇÃO, Josivan Mesquita da. *Modelo Kirkpatrick*: veja como avaliar melhor seus treinamentos. Disponível em: modelo kirkpatrick: veja como avaliar melhor seus treinamentos (plantareducacao.com.br). Acesso em: 07 jul. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *NBC PG 12 (R4)*. Educação profissional continuada. Brasília, DF, 7 dez. 2023. Disponível em: <https://cfc.org.br/normasbr/normas/nbc-pg-12-r4/>. Acesso em: 2 nov. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *NBC PP 01 (R1)*. Dá nova redação à NBC PP 01, que dispõe sobre perito contábil. Brasília, DF, 19 mar. 2020. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP01\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP01(R1).pdf). Acesso em: 24 dez. 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *NBC PP 02*. Dispõe sobre o exame de qualificação técnica para perito contábil. Brasília, DF, 21 out. 2016. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP02.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *Resolução CFC n.º 1.519/2017*. Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Brasília, DF, 22 jun. 2017. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=337905>. Acesso em: 2 jul. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *Resolução CFC n.º 1.513/2016*. Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Brasília, DF, 22 dez. 2016. Disponível em: <https://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1513-2016.htm>. Acesso em: 2 jul. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *Resolução CFC n.º 1.502/2016*. Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Brasília, DF, 29 set. 2016. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/001502&arquivo=Res_1502.doc. Acesso em: 23 dez. 2020.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO (CRCSP). *CRC-SP ON-LINE - Informativo Semanal*. Ano 12, n.º 64, 2021.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. *Manual de perícia contábil*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- DELORS, Jacques *et al.* *Um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (destaques)*, Tradução: Representação no Brasil, UNESCO, Brasília, 2010.
- FRANS Ilse Lezaan. *Transforming the accounting profession through Thuthuka: An outcome-based evaluation of the Thuthuka Bursary Fund programme as implemented at Stellenbosch University*. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Stellenbosch University, Stellensbosch, 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). *Portal IFAC*. Disponível em: <https://www.ifac.org>. Acesso em: 20 jun. 2024

LAAL, Marjan; SALAMANTI, Peyman. Lifelong Learning; why do we need it?. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, v. 31, p. 399-403, 2012.

MORAIS, Marisa Luciana Schwabe; MARTINS, Zilton Bartolomeu; ALBERTON, Luiz. Percepção dos auditores independentes quanto à efetividade da capacitação realizada para o cumprimento da norma brasileira de contabilidade de educação profissional continuada. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 69, p. 4-17, maio/ago. 2017.

MOURA, Ril. *Perícia contábil: judicial e extrajudicial*. 7.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.

MÜLLER, Aderbal Nicolas; TIMI, Sônia Regina Ribas; HEIMOSKI, Vania Trevisan Marcon. *Perícia contábil*. São Paulo: Saraiva, 2017.

MUZEL, Vânia Pereira. *A Educação continuada no Brasil na perspectiva da carreira do auditor*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ORNELAS, Martinho Mauricio Gomes de. *Perícia contábil: diretrizes e procedimentos*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PETROCELLI, Marina. *Lifelong Learning: a educação como processo contínuo*. Disponível em: <https://blog.mbauspresa.com/2020/04/07/lifelong-learning-a-educacao-como-um-processo-continuo/?gad=1&gclid=CjwKCAjwo7iiBhAEEiwAsIx>. Acesso em: 30 abr. 2023.

REBOUÇAS, Laison da Silva; MELO, Geison Calyo Varela de; GUIMARÃES, Daniel Barboza. A percepção de profissionais de contabilidade em relação à educação continuada. *Revista Científica e-Locução*, ed. 20, v.1, p. 123-142, Extrema, MG, 2021.

RODRIGUES, Felipe Alves; MARTINS, Vidigal Fernandes. Educação continuada para profissionais da contabilidade: necessidade ou obrigação? *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade*, v.7, n. 29, p. 75-93, Monte Carmelo, MG, 2019.

SILVA, Renata Bernardeli Costa da. *Educação continuada para a formação do profissional da contabilidade: fatores determinantes e tendências*. 2016. Dissertação (Mestrado em Controladoria Empresarial) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

SOUZA, Marcos Antonio de; DIEHL, Carlos Alberto. Formação, Certificação e Educação Continuada: um Estudo Exploratório do Profissional Contábil sob a Óptica das Empresas *Head Hunters*. In: LOPES, Jorge, RIBEIRO FILHO, José Francisco & PEDERNEIRAS, Marcleide (org.) *Educação Continuada: Tópicos de Ensino e Pesquisa*, São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA, Kelly Fernanda; OLIVEIRA, Ana Lúcia Pereira de. *Perícia Contábil e o Mercado de Trabalho*. Disponível em: http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2016/pdf/06_13.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.





Relação entre a cotação do petróleo *Brent* e o desempenho das petrolíferas brasileiras entre 2018 e 2024

O presente estudo tem como objetivo analisar a relação entre a cotação do petróleo *Brent* e o desempenho das petrolíferas brasileiras listadas na B3 no período 2018 a 2024. Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa de caráter descritivo, que utilizou séries temporais semanais e aplicou testes estatísticos de cointegração, especificamente os testes de Dickey-Fuller (DF), Johansen e VECM. Os resultados do modelo confirmaram a hipótese do estudo, e demonstraram a relação entre o preço do petróleo *Brent* e o desempenho das petrolíferas brasileiras. Assim, foram identificados dois vetores de cointegração entre as variáveis, além de efeitos significativos de curto prazo do petróleo *Brent* sobre os preços das ações da PETR4, PRIO3 e ENAT3. Isso evidencia que, além da tendência comum de longo prazo, oscilações no preço do *Brent* também impactam diretamente o comportamento dessas ações em horizontes mais curtos. Destaca-se que os resultados da pesquisa sugerem implicações diretas para investidores e gestores de portfólio, visto que a relação de cointegração encontrada sugere que diversificar os ativos do mercado petrolífero brasileiro não apresenta ser uma forma de minoração de risco, dada a forte correlação de longo prazo entre eles. Isso exige que o investidor avalie seus objetivos e estratégias na alocação dos seus recursos, além das expectativas de retorno para este setor.

Adriano Bonela Sarti

Especialista em Finanças e Controladoria e especialista em Finanças e Gestão para Pequenas e médias empresas. Graduado em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES).

E-mail: adriano.bonela@hotmail.com

Lucas Marin Bessa

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGP-UFES), com pesquisa na interface entre Psicologia e Finanças. Graduado e mestre em Administração. É professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), onde coordena o Grupo de Pesquisa em Educação Financeira (GPEFIN).

E-mail: lucasbes@gmail.com

Renata Pires de Souza

Doutoranda e mestre em Administração, especialista em Gestão Tributária e docente do ensino superior, com atuação destacada nos cursos de Administração, Gestão da Produção Industrial e áreas correlatas. Possui sólida experiência no ensino técnico e superior, ministrando disciplinas como Gestão Financeira, Legislação Empresarial, Logística e Teoria Geral da Administração.

E-mail: renata.opiresdesouza@gmail.com

1 Introdução

O mundo moderno possui considerável dependência do petróleo e seus refinados. Para Dos Santos (2012), o petróleo beneficia significativamente a sociedade, pois é utilizado nas indústrias, em automóveis e na produção de outros ativos. De acordo com Ortiz Neto e Costa (2007), o interesse pela *commodity* surgiu por volta do século XIX, pois foram utilizados como substitutos do gás da destilação de carvão vegetal para iluminação pública. Assim, evoluções do uso desse produto foram observadas nos últimos anos. Segundo Yergin (1991) o petróleo impactou significativamente a indústria e riqueza de países no século XX. Acrescenta-se que inúmeros são seus derivados, tais como o diesel e a gasolina (Nascimento; Moro, 2011). Esses derivados estão presentes no dia a dia da população, tendo em vista serem utilizados desde a produção de plásticos até como combustíveis para os meios de transportes.

Desse modo, para obtenção do petróleo, faz-se necessário o uso de técnicas de extração e refino. Assim, empresas multinacionais

como a Chevron (CHVX34) e a Shell (RDSA34), que são negociadas na Bolsa de Valores do Brasil, a Brasil, Bolsa e Balcão (B3) via *Brazilian Depositary Receipt* (BDR), e no âmbito do nacional, a Petrobras (PETR4), ganharam destaque no desenvolvimento de tecnologias capazes de obter melhores resultados no processo extrativista e de refino (Musse; Quintella, 2009). No Brasil, além da Petrobras, existem outras empresas que desempenham o papel de extração e refino de petróleo e que são negociadas em bolsa de valores, dentre elas: PetroReconcavo S. A. (RECV3), PetroRio S. A. (PRIO3), Enauta Participações S. A. (ENAT3) e 3R Petroleum Óleo e Gás S. A. (RRRP3).

Acrescenta-se que parte das *commodities* possuem cotações de preços no mercado internacional. O petróleo é uma delas, sendo elas: *West Texas Intermediate* (WTI) e o *Brent*, esses que, de acordo com Iice (2014), são as principais referências de preços no mercado internacional do petróleo bruto. Destaca-se que no mercado financeiro há metodologias de precificação dos ativos negociados e esses tendem a proporcionar informações relevantes que auxiliam o investidor na tomada de decisão.

Baseado nisso, o estudo de Hamilton (1983) relacionou o preço do petróleo a uma recessão nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, estimulou outras pesquisas sobre a conexão entre o preço do petróleo e a macroeconomia e incluiu seu impacto nas ações. Além disso, Jones e Kaul (1996) encontraram um efeito adverso do preço do petróleo sobre os retornos das ações em mercados como Canadá, Estados Unidos da América, Japão e Reino Unido.

Pino e Madaleno (2016) ampliaram a compreensão da relação entre preços do petróleo e ações, e destacaram riscos associados a diferentes setores e sua sensibilidade a eventos

globais. Teixeira, Madaleno e Vieira (2017) observaram que aumentos graduais nos preços do petróleo impulsionam os retornos das empresas de Portugal. Já Aydoğan *et al.* (2017) demonstram que a correlação entre preços do petróleo e ações varia ao longo do tempo, principalmente em países importadores de petróleo.

Ainda sobre o assunto, Lina *et al.* (2019) e Jiang e Liu (2021) investigaram causalidades lineares e não lineares entre preços do petróleo e mercados de ações europeus, chineses e globais com resultados variados. Cevik *et al.* (2021) encontraram causalidade bidirecional entre desempenho de mercado de ações e preços do petróleo na Arábia Saudita.

No âmbito nacional, Da Silva *et al.* (2012) destacaram a relação contemporânea e efeito *lead-lag* entre os preços das ações da Petrobrás e do petróleo. Leite *et al.* (2017), apontaram a influência do petróleo *Brent* nas ações da Petrobrás. Também, Marschner e Ceretta (2018) demonstraram que choques assimétricos no preço do petróleo afetam o desempenho das ações em mercados acionários globais, incluindo o brasileiro, especialmente durante cenários extremos. Lopes *et al.* (2021) também apontam fatores que influenciam os preços dos ativos da Petrobras negociados no Brasil, a partir da utilização de dados de 2009 a 2020, e ressaltam que um desses fatores é a cotação do petróleo *Brent*, além do índice Bovespa e do nível de produção.

Assim, observa-se nos estudos apresentados o interesse em pesquisar as relações entre as cotações do petróleo com outras variáveis, com destaque relevante para o volume de estudos em literatura internacional (Hamilton, 1983; Jones; Kaul, 1996; Pino; Madaleno, 2016, Teixeira, Madaleno e Vieira, 2017; Aydoğan *et al.*, 2017; Lina *et al.*, 2012; Marschner; Ceretta, 2018).



“O barril *Brent* é a principal referência de cotação de preços de petróleo cru no mercado internacional. É cotado em dólares americanos na bolsa de valores inglesa e no mercado futuro. Para Ice (2014), o índice é a principal referência de preços com representatividade de 60% do mercado internacional de traders e comerciantes de petróleo.”

Por isso, este estudo visa aprofundar ainda mais essas investigações com um olhar para o mercado de ações brasileiro, tendo por objetivo analisar a relação entre a cotação do petróleo *Brent* e o desempenho das petrolíferas brasileiras listadas na B3 no período 2018 a 2024. A hipótese desta pesquisa é que (H1) existe relação positiva de longo prazo entre o preço do petróleo *Brent* e a cotação das ações das empresas petrolíferas brasileiras.

2 Revisão da Literatura

O barril *Brent* é a principal referência de cotação de preços de petróleo cru no mercado internacional. É cotado em dólares americanos na bolsa de valores inglesa e no mercado futuro. Para Ice (2014), o índice é a principal referência de preços com representatividade de 60% do mercado internacional de traders e comerciantes de petróleo. Acrescenta-se que outros índices também estão presentes no mercado internacional, como o *West Texas Intermediate* (WTI), negociado na bolsa americana. Esse índice é utilizado pelo *US Department of Energy* como referência de preços do mercado internacional de petróleo (Chiroma et al., 2015).

Figura 1 – Evolução da cotação do petróleo tipo *Brent* entre os anos de 2018 e 2024



Fonte: autores (2025).

Ainda sobre o assunto, a Petrobras, em 2016, iniciou o processo de paridade internacional de preços [PPI] do combustível vendido. De acordo com relações com o investidor (RI) da empresa (Petrobras, 2016), foi adotada, em 2016, a metodologia na qual incluiu no cálculo do preço de venda as taxas portuárias, a volatilidade do câmbio e demais custos de transporte, além da paridade de preços com mercado internacional.

Destaca-se que mesmo que seja negociado no mercado inglês, onde a moeda corrente do

país é a Libra Esterlina, o petróleo tipo *Brent* é cotado em dólares americanos. Ao analisar o período de 2018 a 2024, tem-se que nos anos de 2019 e 2020 houve desvalorização do ativo, com ênfase no primeiro semestre de 2020, com valor mínimo de aproximadamente R\$120,00. Em 2022, a cotação chegou próximo ao valor máximo do período cotada em cerca de R\$600,00. Isso indica que houve valorização de aproximadamente R\$400,00 quando comparado o valor máximo com o mínimo do período.

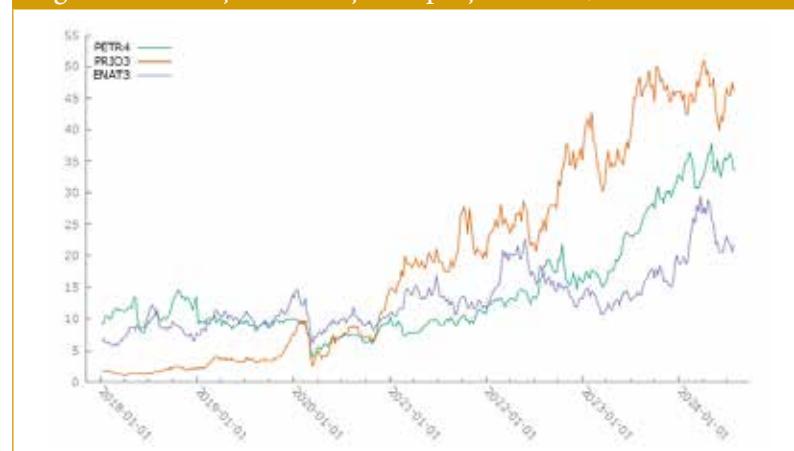
Faz-se necessário observar que, no período apresentado, de março de 2020 até meados de 2023, o mundo foi acometido por uma pandemia, Covid-19, em que muitos mercados industriais pararam a sua produção, o que impactou na demanda por produtos e serviços e, consequentemente, resultou em relevantes perdas nos mercados, incluindo o mercado financeiro. Além disso, a volatilidade observada no período, principalmente no momento de sua descoberta, 2020, trouxe relevantes mudanças em todos os setores da economia mundial (So *et al.*, 2021).

Especificamente quanto ao mercado de petróleo, evidenciou-se que foi altamente impactado nesse período, principalmente quando observado o preço do barril com relevante oscilação, ultrapassando a casa de três dígitos de aumento (Gharib *et al.*, 2021). Na Figura 2, são apresentadas as cotações dos ativos PRIO3, PETR4 e ENAT3 no período 2018 a 2024.

Ao observar o período entre 2018 e 2024, a ação da PetroRio (PRIO3) apresentou o melhor desempenho entre as petrolíferas analisadas, especialmente após 2020, quando iniciou uma trajetória de valorização mais intensa que

PETR4 e ENAT3. Destaca-se que todas as empresas sofreram forte desvalorização no início de 2020, reflexo da pandemia e

Figura 2 – Evolução da cotação de preços PETR4, ENAT3 e PRIO3



Fonte: autores (2025).

da crise do petróleo, mas a recuperação da PRIO3 foi mais expressiva. No final do período, a PRIO3 manteve a liderança em rentabilidade, seguida pela PETR4, enquanto a ENAT3 apresentou desempenho mais modesto, com menor valorização relativa.

Quanto à cotação do Petróleo tipo *Brent*, houve valorização no período em questão, onde no início de 2018 a cotação estava próximo a R\$230,00 e no final de 2024 em torno de R\$450,00. Acrescenta que, para fins didáticos, foi realizada a conversão dos valores de dólar para real, no gráfico.

O período de análise estabelecido para coleta das cotações foi a cotação de fechamento semanal de 7 de janeiro de 2018 a 28 de julho de 2024. O período escolhido foi definido tendo em vista que abrange um período inicial sem grandes impactos no mercado (Araújo, 2020), período 2018 e 2019, e um período marcado por grandes oscilações da cotação dos ativos e do mercado financeiro em geral (Moraes; Rodrigues, 2021; Coelho, 2022), período 2020, 2021, 2022, estes últimos inseridos dentro do período da Covid-19 (Pereira, 2022), e até 28 de julho de 2024, pois é quando a ENAT3 deixa de ser negociada na B3 (B3, 2024). Observa-se que ações que iniciaram o processo de Oferta Pública Inicial (OPI), do inglês *Initial public offering (IPO)*, como a 3R Petroleum Óleo e Gás (RRRP3), que ingressou na bolsa em novembro de 2020, e a Petroreconcavo SA (RECV3), negociada a partir de maio de 2021, foram excluídas da análise, tendo em vista que não cumpriram o prazo de corte estabelecido para análise do presente estudo. Para obtenção das cotações, utilizou-se da plataforma *TradingView*, além do site Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

3 Metodologia

A presente pesquisa é caracterizada como de natureza quantitativa de cunho descritivo, pois, de acordo com Gil (2023), tem por objetivo a quantificação de fatos ou eventos e sua relação. A amostra do estudo é composta por 3 empresas, sendo: Petrobras [PETR4], Petro Rio S. A. [PRIO3], Enauta S. A. [ENAUT3]. Acrescenta-se que o índice Ibovespa e dólar foram utilizadas como variáveis de controle.



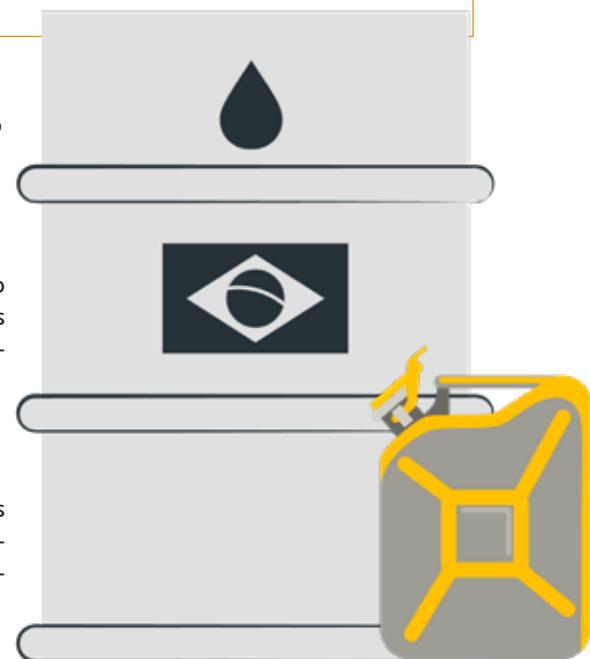
“Faz-se necessário observar que, no período apresentado, de março de 2020 até meados de 2023, o mundo foi acometido por uma pandemia, Covid-19, em que muitos mercados industriais pararam a sua produção, o que impactou na demanda por produtos e serviços e, consequentemente, resultou em relevantes perdas nos mercados, incluindo o mercado financeiro.”

Quanto à análise econômica, as variáveis foram: o preço do petróleo *Brent*, as ações das petrolíferas brasileiras Petrobras [PETR4], Petro Rio S. A. [PRIO3], Enauta S. A. [ENAUT3], o Ibovespa e o dólar. A análise dos dados foi conduzida em quatro etapas. Primeiro investigou-se a correlação das variáveis por meio da correlação de Spearman, que foi utilizada devido à não normalidade dos dados. Em seguida, foi realizado o teste de Dickey-Fuller Aumentado, visando verificar a estacionariedade das séries temporais e evitar o risco de regressões espúrias; verificada a não estacionariedade em nível de todas as variáveis, foi possível passar para o teste de Johansen, no qual foi verificada a existência de uma relação de equilíbrio no longo prazo por meio do teste de cointegração (Asteriou; Hall, 2021). Por fim, realizou-se a análise de VECM ou Modelo de Correção de Erros Vetoriais, pois, em séries temporais multivariadas que apresentam relações de longo prazo, ele incorpora um termo de correção de erros e ajusta os desvios da relação de longo prazo com as variáveis (Gujarati; Porter, 2011).

Assim, a análise dos dados teve início com a correlação de Spearman. Segundo Hauke e Kos-

sowski (2011), a correlação de Spearman é uma medida não paramétrica que avalia a associação entre duas variáveis por meio da ordenação de seus valores, sendo adequada mesmo quando os dados não seguem distribuição normal. Para Siegel e Castellan (1988), trata-se de uma alternativa robusta à correlação de Pearson, especialmente em situações em que a relação entre as variáveis não é necessariamente linear, mas ainda assim apresenta uma tendência crescente ou decrescente.

Acrescenta-se que a correlação entre variáveis pode ser definida por diferentes métodos estatísticos. Nesse contexto, Charles Spearman desenvolveu um coeficiente que, segundo Myers e Well (2003), avalia a correspondência entre os postos (*ranks*) das variáveis observadas. O coeficiente de Spearman é representado pela letra grega ρ (rho) ou por r_s , e tem como principal objetivo medir a força e a direção da associação monotônica entre duas variáveis ordinais ou quantitativas (Neusser, 2016). De acordo com Cohen et al. (2009), Field (2013) e Schober et al. (2018), o coefi-



ciente r_s assume valores entre -1 e +1. Valores próximos de +1 indicam uma forte associação monotônica positiva – ou seja, à medida que uma variável aumenta, a outra tende a aumentar também. Valores próximos de -1 indicam forte associação monotônica negativa. Já valores próximos de zero sugerem fraca ou nenhuma associação entre as variáveis. A correlação de Spearman pode ser calculada a partir da Equação 1.

$$\rho = 1 - \frac{6 \sum d_i^2}{n(n^2 - 1)}$$

Onde d_i representa a diferença entre os postos (*ranks*) das duas variáveis para cada observação, e n é o número total de observações (Siegel; Castellan, 1988; Field, 2013).

Em continuidade à análise, o procedimento de Johansen (1995) para testar a presença de cointegração consiste nos seguintes passos: primeiro, foi realizada uma análise para determinar a ordem de integração das séries envolvidas e verificar se há tendências lineares nelas; em seguida, um modelo VAR(p) é especificado e estimado para as séries temporais X_t , considerando que elas são de ordem de integração I(1), ou seja, não estacionárias; são realizados testes da razão de verossimilhanças (RV) para determinar o número de vetores de cointegração,

que é igual ao posto de Π (matriz de cointegração); após a identificação dos vetores de cointegração (devidamente normalizados), é possível estimar o Modelo de Correção de Erros (MCE) por meio do Método de Estimação da Máxima Verossimilhança (EMV).

Dessa forma, a cointegração de Johansen é uma técnica estatística amplamente utilizada na econometria para analisar a relação de longo prazo entre duas ou mais séries temporais. Sua abordagem fundamental é que embora as séries temporais possam ser não estacionárias individualmente, elas podem apresentar uma relação de longo prazo estável entre si. Em outras palavras, as séries temporais podem seguir um caminho conjunto no longo prazo, mesmo que haja flutuações de curto prazo (Wooldridge, 2020).

Por fim, o VECM configura-se como uma extensão do modelo de Vetores Autoregressivos (VAR), aplicado especificamente em contextos nos quais as variáveis em análise são não estacionárias em nível, mas estacionárias em primeira diferença, ou seja, integradas de ordem um, I(1), e apresentam entre si uma ou mais relações de cointegração. O VECM tem como principal finalidade modelar tanto os ajustes de curto prazo quanto o processo de correção de desequilíbrios no longo prazo entre variáveis econômicas que compartilham uma tendência comum (Enders, 2015). O modelo pode ser representado pela Equação 2:

$$\Delta Y_t = \alpha \beta' Y_{t-1} + \sum_{i=1}^{p-1} \Gamma_i \Delta Y_{t-i} + \varepsilon_t \quad 2$$



Nessa expressão, ΔY_t representa o vetor das primeiras diferenças das variáveis endógenas; Y_{t-1} corresponde ao vetor das variáveis em nível, defasadas em um período; β é a matriz dos vetores de cointegração, indicando as relações de longo prazo; α é a matriz dos vetores de ajustamento, a qual expressa a velocidade com que cada variável responde a desequilíbrios em relação ao equilíbrio de longo prazo; Γ_i são os parâmetros que captam a dinâmica de curto prazo; e ε_t representa os termos de erro. O produto $\alpha \beta' Y_{t-1}$ forma o termo de correção de erro, elemento central do modelo, pois evidencia se as variáveis se ajustam aos desvios da relação de equilíbrio no período subsequente (Enders, 2015).

Sendo assim, o VECM apresenta-se como eficaz em contextos nos quais se busca investigar causalidades e interdependências dinâmicas entre variáveis econômicas, especialmente quando há evidência estatística de cointegração. Como destacam Enders (2015) e Lütkepohl (2005), essa modelagem permite distinguir efeitos de curto prazo dos mecanismos de ajuste de longo prazo, e oferecem uma estrutura robusta para análises empíricas envolvendo séries temporais não estacionárias.

Destaca-se que gráficos e tabelas foram utilizados visando facilitar a leitura dos dados e, também, auxiliar no processo de análise e conclusões.



“Dessa forma, a cointegração de Johansen é uma técnica estatística amplamente utilizada na econometria para analisar a relação de longo prazo entre duas ou mais séries temporais. Sua abordagem fundamental é que embora as séries temporais possam ser não estacionárias individualmente, elas podem apresentar uma relação de longo prazo estável entre si.”

4 Resultados e Discussão

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas para os preços semanais dos ativos no período de 2018 a 2024. Observa-se que há uma volatilidade para todas as variáveis, característica comum a ativos de renda variável e *commodities*.

Desse modo, ao observar os dados da Tabela 1, dentre as empresas analisadas, a PRIO3 destaca-se como a que apresentou maior volatilidade no período, visto o desvio-padrão registrado de 16,2 ante 8,35 da PETR4 e 4,75 da ENAT3. A análise da correlação de Spearman foi utilizada para medir a associação de estatisticamente significativas entre as variáveis, como observado na Tabela 2.

Com base na matriz de correlação de Spearman, observa-se um conjunto expressivo de associações estatisticamente significativas entre os preços do petróleo *Brent*, a cotação do dólar, o índice Ibovespa e as ações das empresas PETR4, PRIO3 e ENAT3. De forma geral, os resultados apontam para a existência de correlações positivas e fortes entre os papéis do setor de petróleo e o comportamento do mercado internacional de *commodities*, especialmente o *Brent*, além de associações relevantes com o desempenho do mercado acionário brasileiro, representado pelo Ibovespa.

Tabela 1 - Apresentação da volatilidade dos ativos da Petrobras, PetroRio, Enauta, além do *Brent*, Ibovespa e Dólar

Variável	Média	Mediana	D.P.	Mín	Máx
PETR4	14,5	10,5	8,35	3,93	37,8
PRIO3	19,4	18,3	16,2	1,03	50,9
ENAT3	13,0	12,2	4,75	5,69	29,5
BRENTREAL	348,	362,	109,	120,	608,
IBOVESPA	1,06e+005	1,08e+005	1,52e+004	6,71e+004	1,34e+005
DÓLAR	4,76	5,02	0,699	3,15	5,86

Fonte: resultados obtidos pelos autores (2025).

Tabela 2 - Correlação de *Spearman* entre as variáveis Petrobras, PetroRio, Enauta, além do *Brent*, Ibovespa e Dólar

	PETR4	PRIO3	ENAT3	BRENT	IBOVESPA	DÓLAR
PETR4	1.0000000	0.6769738	0.6484366	0.77730877	0.4754478	-0.08258584
PRIO3	0.67697383	1.0000000	0.8637110	0.63580192	0.7844572	0.51092536
ENAT3	0.64843659	0.8637110	1.0000000	0.72831312	0.8059428	0.37455564
BRENT	0.77730877	0.6358019	0.7283131	1.00000000	0.3806214	0.07570042
IBOVESPA	0.47544784	0.7844572	0.8059428	0.38062137	1.0000000	0.07570042
DÓLAR	-0.08258584	0.5109254	0.3745556	0.07570042	0.3711844	1.0000000

Fonte: resultados obtidos pelos autores (2025).

Quanto à correlação, a mais elevada foi observada entre as ações da PRIO3 e ENAT3 ($\rho = 0,864$), o que revela uma associação positiva muito forte entre essas duas empresas, possivelmente explicada por uma sensibilidade comum a fatores macroeconómicos e setoriais, como a variação no preço do petróleo e o comportamento do mercado financeiro. Ainda nesse sentido, destaca-se a cor-

relação entre ENAT3 e o Ibovespa ($\rho = 0,806$), a qual evidencia que o desempenho da ENAT3 acompanha de forma consistente a tendência do mercado acionário nacional. A PRIO3 também apresenta correlação forte com o Ibovespa ($\rho = 0,784$), e reforça a hipótese de que essas empresas do setor energético respondem de maneira sincronizada às variações gerais do mercado.



As três empresas analisadas apresentaram correlação forte com o preço do petróleo tipo *Brent*, o que reforça a relevância dessa *commodity* como variável explicativa para o comportamento de suas ações. Especificamente, a correlação entre o *Brent* e a PRIO3 foi de $\rho = 0,636$, indicando uma associação positiva e estatisticamente significativa ($t(341) = 15,2112$; $p < 0,0001$). Esse resultado sugere que, à medida que o preço do *Brent* aumenta, os valores das ações da PRIO3 também tendem a se elevar, o que é compatível com o perfil operacional da empresa, cujas receitas estão diretamente ligadas à cotação internacional do petróleo.

A relação entre *Brent* e ENAT3 também se mostrou significativa, com coeficiente de correlação $\rho = 0,728$ ($t(341) = 19,6268$; $p < 0,0001$), evidenciando uma associação positiva e forte. Essa correlação reforça a sensibilidade da ENAT3 às dinâmicas do mercado internacional de petróleo, o que é esperado, considerando-se sua atuação no setor de energia. De forma semelhante, a empresa PETR4 apresentou correlação de $\rho = 0,777$ com o *Brent* ($t(341) = 22,8159$; $p < 0,0001$), o que indica uma relação forte, positiva e estatisticamente significativa. Tal resultado confirma a forte dependência da Petrobras em relação às cotações do petróleo, dada a relevância do *Brent* como referência internacional para precificação de petróleo bruto.

Adicionalmente, as correlações entre as próprias ações do setor também foram relevantes. A associação entre PETR4 e PRIO3 ($\rho = 0,677$) e entre PETR4 e ENAT3 ($\rho = 0,648$) reforçam a ideia de que, apesar de operarem com estratégias distintas, as empresas compartilham comportamentos semelhantes frente a eventos macroeconômicos e setoriais. Tais correlações sugerem que o desem-

Tabela 3 - Teste de Johansen

Teste de Johansen:					
Número de equações = 6					
Ordem de defasagem = 12					
Período de estimação: 2018-04-01 - 2024-07-28 (T = 331)					
Caso 3: constante sem restrições					
Log da verossimilhança = -3732,27 (incluindo uma constante: -4671,61)					
Ordem	Autovalor	Teste traço	p-valor	Teste Lmax	p-valor
0	0,13404	118,22	[0,0004]	47,638	[0,0037]
1	0,10054	70,584	[0,0415]	35,073	[0,0318]
2	0,048385	35,511	[0,4261]	16,416	[0,6375]
3	0,037336	19,095	[0,4970]	12,595	[0,5040]
4	0,017734	6,4999	[0,6413]	5,9225	[0,6288]
5	0,0017429	0,57739	[0,4473]	0,57739	[0,4473]
Corrigido para o tamanho da amostra (gl = 258)					
Ordem	Teste traço	p-valor			
0	118,22	[0,0006]			
1	70,584	[0,0473]			
2	35,511	[0,4405]			
3	19,095	[0,5007]			
4	6,4999	[0,6443]			

Fonte: resultados obtidos pelos autores (2025).

penho das ações está, em grande parte, interligado às condições gerais do setor de petróleo e energia.

Por fim, as correlações com o dólar se mostraram mais discretas. PRIO3 apresentou correlação moderada com a moeda norte-americana ($\rho = 0,511$), enquanto ENAT3 ($\rho = 0,375$) e Ibovespa ($\rho = 0,371$) revelaram correlações fracas. Já PETR4 ($\rho = -0,083$) e Brent ($\rho = 0,076$) não apresentaram associação estatisticamente significativa com o dólar, o que pode indicar que, no período analisado, a influência cambial sobre essas variáveis foi secundária frente à dominância exercida pelas cotações internacionais do petróleo.

Para prosseguir com o teste de Johansen, foram realizados os testes Aumentado de Dickey-Fuller (ADF) para o *Brent*, PETR4, PRIO3, ENAUT3 e Ibovespa e dólar, todas as séries de preços foram consideradas integradas de ordem um, o que justifica o uso do teste de coin-

tegração de Johansen. A seleção do número ótimo de defasagens para o modelo VAR, baseada no critério AIC, indicou 1 defasagem, entretanto o teste foi rodado com 12 defasagens, essa prática é respaldada por autores como Lütkepohl (2005), que destaca que a escolha do número de defasagens no teste de Johansen deve considerar possíveis autocorrelações nos resíduos e a necessidade de captar adequadamente a dinâmica do sistema, mesmo que isso signifique trabalhar com um número maior de defasagens do que o sugerido inicialmente por critérios de informação. Da mesma forma, Enders (2015) ressalta que é comum que o número de defasagens utilizado no teste de cointegração seja superior ao número selecionado para o VAR estimado em diferenças, a fim de evitar especificação incorreta do modelo. O resultado do teste de Johansen é apresentado na Tabela 3.

A análise da estatística de traço indica a rejeição da hipótese nula de ausência de vetores de cointegração ($r = 0$) p-valor de 0,0006, bem como da hipótese de no máximo um vetor ($r \leq 1$), p-valor de 0,0473. No entanto, a hipótese de no máximo dois vetores ($r \leq 2$) não foi rejeitada, apresentando p-valor de 0,4405. Dessa forma, conclui-se pela existência de dois vetores de cointegração entre as variáveis analisadas.

A partir da matriz beta normalizada, observa-se que o preço do petróleo *Brent* (*BRENT*) apresenta coeficientes positivos nas duas equações de cointegração (0,11 e 6,43), o que sugere uma associação direta com o comportamento de *PETR4*, *PRIO3* e *ENAT3* no longo prazo. Especificamente, a relação positiva e significativa com *PETR4* indica que a valorização do Brent tende a elevar os preços das ações da Petrobras, o que confirma a hipótese central da pesquisa. Além disso, o alfa da equação de *PETR4* (-0,0597 na equação 1) é estatisticamente diferente de zero, indicando que *PETR4* ajusta-se aos desvios de longo prazo, e atua como variável endógena no sistema. O mesmo vale para *PRIO3* e *ENAT3*, cujos coeficientes de ajustamento também indicam participação ativa no processo de correção do equilíbrio.

No que diz respeito às variáveis macroeconômicas, o Dólar apresenta forte participação no vetor de cointegração (coeficientes 5,34 e 85,98), e sugere que flutuações cambiais também influenciam os preços das ações das petrolíferas. Já o Ibovespa, embora com menor magnitude, aparece positivamente relacionado em ambas as equações de longo prazo, e reflete a influência sistêmica do mercado acionário brasileiro.

Portanto, os resultados indicam que há cointegração entre os preços do *Brent* e as ações das principais petrolíferas brasileiras, com influência adicional das variáveis

Tabela 4 - Resultados do sistema VECM

Sistema VECM, grau de defasagem 12
Estimativas máxima verossimilhança, observações 2018-04-01-2024-07-28 (T = 331)
Ordem de cointegração = 2
Caso 3: constante sem restrições

Vetores de Cointegração (beta)

Variável	Coeficiente Vetor 1	Erro Padrão Vetor 1	Coeficiente Vetor 2	Erro Padrão Vetor 2
PETR4	1,0000	(0,00000)	0,00000	(0,00000)
PRIO3	0,00000	(0,00000)	1,0000	(0,00000)
ENAT3	-12,134	(2,4626)	-21,560	(4,8424)
BRENT	2,3178	(0,46685)	4,3443	(0,91801)
DÓLAR	33,672	(10,441)	55,742	(20,531)
IBOVESPA	0,0014920	(0,00063700)	0,0026359	(0,0012526)

Vetores de Ajustamento (Alpha)

Variável	EC1 (EC2 (
PETR4	-0,058726	0,031492		
PRIO3	0,095004	-0,045795		
ENAT3	0,14742	-0,073249		
BRENT	0,17646	-0,086957		
DÓLAR	-0,0024225	0,00077099		
IBOVESPA	125,680	3,190		

Log da verossimilhança = -4689,3658

Determinante da matriz de covariâncias = 81411,667

AIC = 30,9811

BIC = 36,0123

HQG = 32,9877

Fonte: resultados obtidos pelos autores (2025).

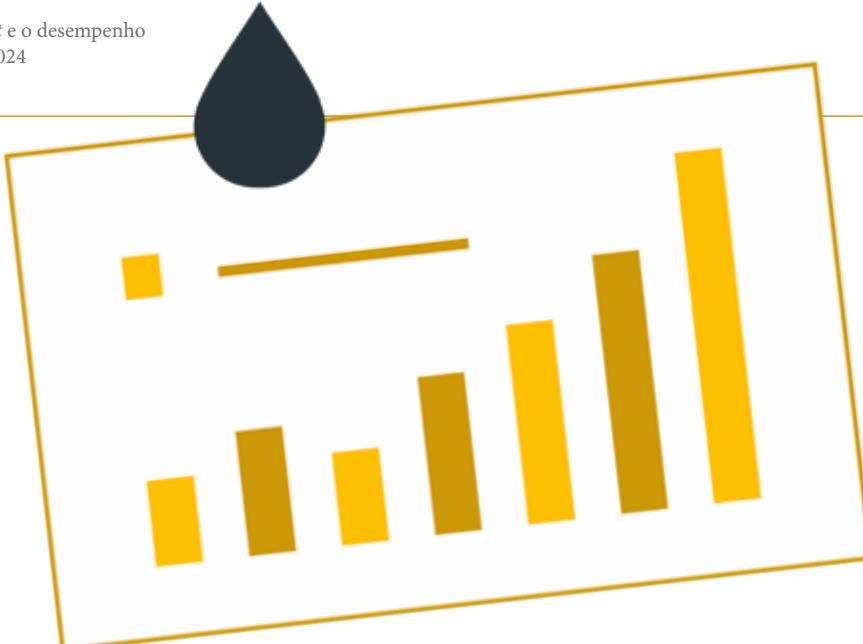
macroeconômicas, o que reforça a existência de uma relação estável e significativa de longo prazo entre esses ativos, o que confirmando a Hipótese 1 deste trabalho.

Após a confirmação da existência de dois vetores de cointegração entre as variáveis *PETR4*, *PRIO3*, *ENAT3*, *BRENT*, *DÓLAR* e *Ibovespa* – conforme indicado pelo teste de Johansen – foi estimado um modelo VECM com 12 defasagens e constante não restrita. O objetivo principal desta etapa foi analisar tanto a dinâmica de curto prazo quanto os mecanismos de correção de longo prazo entre os preços das ações das petrolíferas brasileiras e o preço internacional do petróleo tipo *Brent*, controlando-se para os efeitos das variáveis macroeconômicas Dólar e *Ibovespa*.



A análise dos vetores de cointegração estimados no modelo VECM revela a existência de relações estáveis de longo prazo entre as variáveis. No primeiro vetor, normalizado para PETR4, e no segundo, para PRIO3, observa-se que ambas as ações apresentam coeficientes unitários, conforme a convenção de normalização adotada. O preço do petróleo *Brent* apresenta coeficientes positivos em ambos os vetores (2,3178 no vetor de PETR4 e 4,3443 no vetor de PRIO3), indicando uma associação positiva de longo prazo entre a cotação internacional do petróleo e os preços das ações dessas empresas.

Por outro lado, a variável ENAT3 exibe coeficientes negativos e estatisticamente significativos em ambos os vetores de cointegração. Esse comportamento sugere que, controladas as demais variáveis do sistema, ENAT3 segue uma dinâmica de longo prazo distinta das demais ações do setor. Essa diferença pode estar



relacionada a especificidades operacionais da empresa. Além disso, Ibovespa (coef. = 0,0001) e Dólar (coef. = 0,1702) também integram os vetores com coeficientes positivos, mas sem significância estatística, o que reforça seu papel como variáveis de controle.

Os coeficientes de ajustamento (α) obtidos no modelo VECM indicam a forma como cada variável endógena responde aos desvios em relação aos equilíbrios de longo prazo identificados pelos dois vetores de cointegração. No primeiro vetor de cointegração (EC1), a variável PETR4 apresenta um coeficiente negativo e estatisticamente significativo ($-0,0587$; $p = 0,0373$), evidenciando que a ação da Petrobras contribui para restaurar o equilíbrio de longo prazo quando este é rompido. No segundo vetor (EC2), PETR4 também é significativa ($0,0314$; $p = 0,0282$), porém com sinal positivo, sugerindo que a ação também se ajusta aos desvios do segundo equilíbrio, embora em direção contrária. Essa dupla significância reforça a hipótese de

que PETR4 responde de forma ativa às forças de longo prazo no sistema, incluindo aquelas derivadas do mercado internacional de petróleo.

A PRIO3 apresenta comportamento semelhante, com coeficientes significativos em EC1 ($0,0950$; $p = 0,0369$) e EC2 ($-0,0458$; $p = 0,0479$), e aponta para sua sensibilidade aos desequilíbrios estruturais do sistema. A ação ENAT3, por sua vez, também exibe coeficientes estatisticamente significativos em ambos os vetores ($0,1474$ em EC1; $-0,0732$ em EC2; $p < 0,001$ em ambos), indicando sua participação relevante nos processos de ajustamento, mesmo que com dinâmica diferenciada em relação às demais ações do setor.

No que se refere ao preço do petróleo *Brent*, observa-se que seus coeficientes de ajustamento, embora numericamente relevantes ($0,1765$ em EC1 e $-0,0869$ em EC2), não são estatisticamente significativos ($p > 0,15$). Essa ausência de significância reforça o entendimento de que o *Brent* não se ajusta aos desvios dos equilíbrios de longo prazo, o que é coerente com a hipótese teórica de que ele atua como variável exógena no sistema. Ou seja, o *Brent* influencia o comportamento das ações das empresas petrolíferas brasileiras, mas não é influenciado por elas.

“A análise dos vetores de cointegração estimados no modelo VECM revela a existência de relações estáveis de longo prazo entre as variáveis. No primeiro vetor, normalizado para PETR4, e no segundo, para PRIO3, observa-se que ambas as ações apresentam coeficientes unitários, conforme a convenção de normalização adotada.”

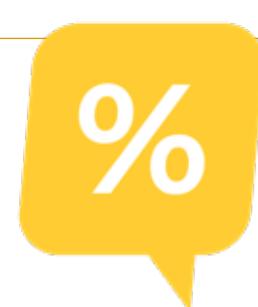
Adicionalmente, o Ibovespa e a taxa de câmbio (Dólar) também compõem os vetores de cointegração, apresentando coeficientes de ajustamento elevados, mas sem significância estatística. Esses resultados sugerem que, embora estejam associados às relações de longo prazo, esses fatores não desempenham papel ativo na correção de desequilíbrios, ao contrário das ações das empresas analisadas.

As equações em diferenças do modelo VECM indicam como as variações semanais (curto prazo) no preço do petróleo *Brent* influenciam, com defasagens, os retornos das ações das empresas PETR4, PRIO3 e ENAT3. A ação PETR4 é afetada significativamente pela variação do *Brent* com 6 semanas de atraso (d_BRENT_6). O coeficiente estimado é -0,0319, com um p-valor de 0,0767, indicando significância estatística marginal ao nível de 10%. Isso sugere que um aumento no preço do *Brent* há seis semanas tende a estar associado a uma queda modesta nos retornos atuais da PETR4, o que pode refletir ajustes específicos de mercado ou políticas de precificação da Petrobras. Além disso, as variações de ENAT3

com 7 e 8 semanas de defasagem (d_ENAT3_7 e d_ENAT3_8) também exercem influência sobre PETR4, o que evidencia interdependência entre as empresas do setor de petróleo.

A ação PRIO3 apresenta sensibilidade à variação do *Brent* com 3 semanas de defasagem (d_BRENT_3), com coeficiente -0,0480 e p-valor de 0,0931, também significativo ao nível de 10%. Isso sugere que choques no preço do *Brent* impactam a PRIO3 de forma relativamente mais rápida do que as demais, indicando uma transmissão mais ágil dos efeitos do mercado internacional de petróleo. Além disso, há influência significativa de suas próprias defasagens e das de ENAT3, o que reforça a presença de uma estrutura de retroalimentação e transmissão entre os ativos.

A ação ENAT3 mostra uma forte reação à variação

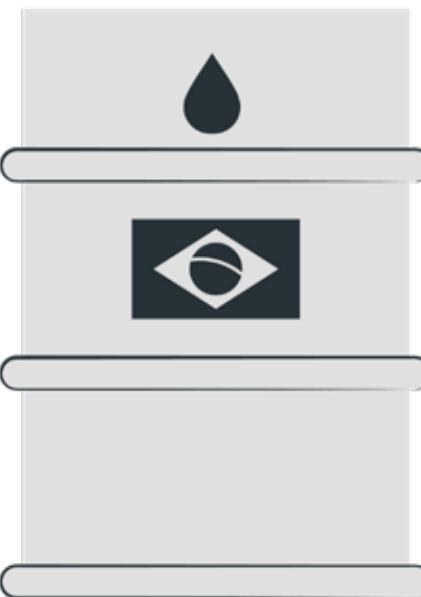


do *Brent* com 8 semanas de defasagem (d_BRENT_8). O coeficiente é 0,7441, com p-valor de 0,0205, indicando um efeito positivo estatisticamente significativo ao nível de 5%. Isso significa que um aumento no preço do *Brent* há oito semanas tende a se refletir em um aumento expressivo no retorno atual de ENAT3, o que demonstra que essa empresa pode estar mais exposta ou sensível ao mercado de petróleo no longo prazo. Além disso, variáveis defasadas de PETR4 e da própria ENAT3 também afetam o retorno atual. Esses resultados indicam que o *Brent* influencia as três ações não apenas no longo prazo, mas também no curto prazo, embora com defasagens distintas.

No caso do Dólar, observa-se a

ausência de significância estatística nos coeficientes de ajustamento (α), o que implica que essa variável não participa ativamente dos mecanismos de correção dos equilíbrios de longo prazo. Por outro lado, sua atuação no curto prazo é notável em algumas equações. Destaca-se, por exemplo, o impacto negativo e estatisticamente significativo na equação de ENAT3 (d_DOLAR_5: coef. = -1,359; p = 0,049) e também em sua própria equação (d_DOLAR_5: coef. = -0,1645; p = 0,0373), sugerindo que oscilações na taxa de câmbio afetam pontualmente o comportamento de determinados ativos, ainda que não integrem a dinâmica estrutural de longo prazo. Já o Ibovespa apresenta coeficientes positivos nos vetores de cointegração, mas sem significância estatística, o que corrobora sua função como variável de controle no modelo. Seu efeito no curto prazo é limitado, com significância marginal em alguns termos defasados, como observado na equação de PETR4 (por exemplo, d_Ibovespa_9: coef. = 6,62e-05; p = 0,0125).

Esses resultados vão ao encontro dos achados por Tunç e Yelkenç (2017) e Cevik *et al.* (2021), quando analisado o mercado internacional visto esses estudos indicarem a correlação entre os preços dos ativos analisados e o preço do barril do petróleo cotado no mercado internacional. Já no contexto brasileiro, têm-se os estudos de Da Silva *et al.* (2012), Leite *et al.* (2017) e Marschner e Ceretta (2018), todos também encontrando correlação entre o preço dos ativos e o preço do barril cotado no mercado internacional, o que corrobora a premissa de que há um alinhamento entre os preços dos ativos relacionados ao mercado de petróleo e o preço do barril.



Cabe destacar que a relação de longo prazo encontrada no presente estudo é um importante achado para os investidores do mercado brasileiro, visto que indica que a diversificação de um portfólio de investimento utilizando-se das três ações estudadas pode não ser tão eficiente, tendo em vista o risco sistêmico do setor analisado e a proximidade do comportamento observado entre as empresas. Desse modo, diversificar parece ser a melhor forma de minorar o risco de uma carteira de ativos, porém deve ser uma atividade com análise minuciosa e que distribua parte dos ativos em diferentes mercados, distanciando-se da possibilidade de uma queda sistêmica da carteira do investidor, no caso do investidor individual, ou da instituição, no caso do investidor institucional.

Assim, as ferramentas utilizadas para análise dos ativos aqui realizadas apresentam-se não só como de suma importância para a academia, mas também devem ser utilizadas pelos participantes do mercado para análise de risco e distribuição dos ativos em sua carteira de investimentos, tornando essa atividade mais efetiva.



“Assim, as ferramentas utilizadas para análise dos ativos aqui realizadas apresentam-se não somente como de suma importância para a academia, mas também devem ser utilizadas pelos participantes do mercado para análise de risco e distribuição dos ativos em sua carteira de investimentos, tornando essa atividade mais efetiva.”

5 Considerações Finais

Tendo em vista o objetivo do presente estudo de analisar a relação entre a cotação do petróleo *Brent* e o desempenho das petrolíferas listadas na bolsa de valores brasileiras, no período 2018 a 2024, a partir dos resultados obtidos por meio do modelo VECM, pode-se inferir que há uma relação estatisticamente significativa, tanto de longo prazo quanto de curto prazo, entre o preço do petróleo *Brent* e a cotação das ações das petrolíferas brasileiras analisadas (PETR4, PRIO3, ENAUT3). A diferenciação das séries com p-valores baixos garantiu a estacionariedade necessária, enquanto os testes de Johansen indicaram a presença de dois vetores de cointegração, evidenciando múltiplas relações de equilíbrio de longo prazo entre as variáveis analisadas.

Como principal achado deste estudo, identificou-se a existência de relações estáveis de longo prazo entre o preço do petróleo *Brent* e as ações das principais empresas petrolíferas brasileiras. A presença de vetores de cointegração confirma que, apesar das variações conjunturais e dos choques de curto prazo, há uma conexão estrutural e duradoura entre o mercado internacional de petróleo e o desempenho dessas companhias. Essa relação de longo

prazo evidencia que os preços das ações do setor tendem a se ajustar de forma coordenada à trajetória do *Brent*, e corrobora seu papel como variável fundamental para a precificação dos ativos.

Vale ressaltar que foi possível identificar durante a elaboração do presente estudo um baixo quantitativo de estudos nacionais quando comparado com estudos internacionais, o que reforça a necessidade de novos estudos. Como sugestão, indica-se para pesquisas futuras a utilização de metodologias estatísticas como “Value at Risk (VAR)”, “Stress Test” e Índices como Sharpe e Treynor aplicados à tomada de decisão do investidor no mercado brasileiro. Ampliar também o período analisado se faz pertinente, e observar os movimentos apresentados pelo mercado após o período da Covid-19.

Por fim, os resultados sugerem implicações diretas para investidores e gestores de portfólio, visto que a relação de cointegração encontrada sugere que diversificar os ativos do mercado petrolífero brasileiro não apresenta ser uma forma de minoração de risco, dada a forte correlação de longo prazo entre eles. Isso exige que o investidor avalie seus objetivos e estratégias na alocação dos seus recursos, além das expectativas de retorno para este setor.



Referências

- ADLER, J.; Parmryd, I. Quantifying colocalization by correlation: The Pearson correlation coefficient is superior to the Mander's overlap coefficient. *Cytometry Part A*, 77(8), 733–742, 2010. <https://doi.org/10.1002/cyto.a.20896>
- ARAÚJO, M. V. dos S. Aplicação do movimento browniano geométrico para simulação de preços de ações do índice brasileiro de Small Caps [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/60798>. Acesso em: 22 de novembro de 2022
- ASTERIOU, D.; Hall, S. G. *Applied Econometrics* (4th ed.). Bloomsbury Academic, 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Conversor de moedas, 2023. <https://www.bcb.gov.br/conversao>
- BRASIL, BOLSA, BALCÃO (B3). Ofício-circular OC 013-2024-VNC – Tratamento das carteiras de índices da B3: evento de incorporação da Enauta pela 3R Petroleum, 2024.
- BURNHAM, K. P.; Anderson, D. R. *Model selection and multimodel inference: A practical information-theoretic approach*. Springer, 2003.
- CHIROMA, H., Abdulkareem, S.; Herawan, T. Evolutionary neural network model for West Texas Intermediate crude oil price prediction. *Applied Energy*, 142, 266–273, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.apenergy.2014.12.027>
- COELHO, D. A. Efeitos da pandemia no valor de mercado das empresas brasileiras de petróleo listadas na B3 [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Pantheon UFRJ, 2022.
- COHEN, I., Jacob, B., Chen, J.; Huang, Y. Pearson correlation coefficient. In *Noise reduction in speech processing* (pp. 1–4), 2009. Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-642-00296-0_5
- COHEN, J., Cohen, P., West, S. G.; Aiken, L. S. *Applied multiple regression/correlation analysis for the behavioral sciences* (3rd ed.). Routledge, 2009. <https://doi.org/10.4324/9780203774441>
- DA SILVA, Bruno Fernandes Dias; Medeiros, Otávio Ribeiro de; Maluf, Yuri Sampaio. Relações entre o Preço Internacional do Petróleo e as Ações da Petrobrás. *Revista de Finanças Aplicadas*, p. 1-15, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8848>. Acesso em: 22 de novembro de 2022
- DOS SANTOS, P. V. Impactos ambientais causados pela perfuração em busca do petróleo. *Caderno de Graduação: Ciências Exatas e Tecnológicas – UNIT-SE*, 1(1), 153–163, 2012. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernoexatas/article/view/297>. Acesso em: 20 de novembro de 2022
- FIELD, A. Descobrindo a estatística usando o SPSS (2^a ed.). Artmed, 2013.
- GHARIB, C., Mefteh-Wali, S., Secret, V.; Ben Jabeur, S. Impact of Covid-19 pandemic on crude oil prices: Evidence from Econophysics approach. *Resources Policy*, 74, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2021.102392>
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. Editora Atlas, 2023.
- GUJARATI, Damodar N.; Porter, Dawn C. *Econometria Básica*. 5. ed. São Paulo: AMGH, 2011.
- HAUKE, J.; Kossowski, T. Comparison of values of Pearson's and Spearman's correlation coefficients on the same sets of data. *Quaestiones Geographicae*, 30(2), 87–93, 2011. <https://doi.org/10.2478/v10117-011-0021-1>
- JOHANSEN, S. *Likelihood-based inference in cointegrated vector error correction models*. Oxford University Press, 1995.
- LEITE, A. R., Almeida, L. M., Reich, L. T.; Silva, A. S. Existe transmissão de preços do barril do petróleo Brent para as ações preferenciais da Petrobras? *Revista Espacios*, 38(23), 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n23/a17v38n23p37.pdf>. Acesso em: 9 de dezembro de 2022

MYERS, J. L.; Well, A. D.). *Research design and statistical analysis* (2nd ed.). Lawrence Erlbaum Associates, 2003.

MUSSE, A. P. S.; Quintella, C. M. Recuperação avançada de petróleo. *Cadernos de Prospecção*, 2(1), 12–22, 2009. <https://doi.org/10.13140/2.1.3498.6881>

MORAES, M. A.; Rodrigues, F. A. Risk-dependent centrality in the Brazilian stock market. *Physica A: Statistical Mechanics and Its Applications*, 574, 126000, 2021.

NASCIMENTO, C. A. O.; Moro, L. F. L. Petróleo: energia do presente, matéria-prima do futuro? *Revista USP*, 89, 90–97, 2011. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0189p90-97>

NEUSSER, K. *Time Series Econometrics: Learning Through Replication*. Springer.

Ortiz Neto, J. B.; Costa, A. J. D. (2007). A Petrobrás e a exploração de petróleo offshore no Brasil: Um approach evolucionário. *Revista Brasileira de Economia*, 61, 95–109, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0034-71402007000100005>

PEREIRA, G. Ensaios sobre incerteza política e mercado de capitais no Brasil [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro], 2022.

PETROBRAS. Diretoria Executiva aprova Política de Preços, 2016. Disponível em: https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/comunicados-ao-mercado/central-de-downloads/fd6fc40cccccbb53f62e37ccf48ea12c0d1b8d6d2d328b63af3ad3de960f3bd7e/fato_relevante_diretoria_executiva_aprova_politica_de_precos.pdf. Acesso em: 29 de novembro de 2022

RODGERS, J. L.; Nicewander, W. Thirteen ways to look at the correlation coefficient, *American Statistician*, 42(1), 59–66, 1988. <https://doi.org/10.2307/2685263>

SILVA, M. D. Análise da relação entre o retorno de carteiras de mercado e o retorno das ações de empresas do setor de petróleo no período de janeiro de 2015 a março de 2021. PUC-SP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/24880>. Acesso em: 18 de dezembro de 2022.

SCHOBER, P., Boer, C.; Schwarte, L. A. Correlation coefficients: Appropriate use and interpretation. *Anesthesia & Analgesia*, 126(5), 1763–1768, 2018. <https://doi.org/10.1213/ANE.0000000000002864>

SIEGEL, S.; Castellan, J. N. *Nonparametric statistics for the behavioral sciences* (2nd ed.). McGraw-Hill, 1988.

SO, M. K. P., Chu, A. M. Y.; Chan, T. W. C. Impacts of the Covid-19 pandemic on financial market connectedness. *Finance Research Letters*, 38, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.frl.2020.101864>

TUNÇ, G.; Yelkenci, T.; Aydogan, B. *The impact of oil price volatility on net-oil exporter and importer countries' stock markets*. *Eurasian Economic Review*, v. 7, n. 2, p. 231–253, 2017. <https://doi.org/10.1007/s40822-017-0065-1>

YERGIN, D. . *The prize: The epic quest for oil, money, and power*. Free Press, 1991.





Perfil de endividamento dos alunos de graduação de uma instituição comunitária de ensino superior

O presente estudo busca evidenciar a importância da educação financeira no que diz respeito a movimentação e consumo de créditos no mercado financeiro. Atualmente, a economia no Brasil se mostra instável e tende a desfavorecer ainda mais os cidadãos das classes mais baixas, principalmente aqueles que não têm acesso à educação financeira. Este estudo tem por objetivo identificar o perfil de endividamento de alunos de graduação de uma Instituição Comunitária de Ensino Superior (IES). Para tal, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, por meio de levantamento e com abordagem quantitativa. A população é representada pelos 2.571 alunos de graduação da instituição, com amostra probabilística de 190 alunos. Os resultados apontam que os estudantes de graduação da instituição têm baixo perfil de endividamento, que está concentrado em produtos ofertados pelo mercado financeiro, como cartão de crédito, financiamento de veículos e empréstimo bancário. De forma geral, os estudantes têm níveis satisfatórios de educação financeira, gostariam de aprender mais sobre o assunto e realizam o planejamento financeiro de suas finanças pessoais. Os resultados deste estudo contribuem para que a IES possa direcionar suas companhias no sentido de conscientizar os alunos quanto à importância da educação financeira, principalmente considerando que os cursos não são gratuitos.

Giulia Amábile Caseth Cecato

Bacharela em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Brusque (Unifebe). Atua como analista de Riscos e Controles na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Nova Trento (Sicoob Trentocredi).

E-mail: giulia.cecato@unifebe.edu.br

Rodrigo Barraco Marassi

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e mestre em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau (Furb). É professor do Centro Universitário de Brusque (Unifebe) nas disciplinas de Contabilidade Introdutória, Contabilidade Pública e Metodologia do Trabalho Acadêmico.

E-mail: rodrigomarassi@unifebe.edu.br

1 Introdução

O mercado financeiro é formado por instituições e instrumentos financeiros que trabalham a intermediação financeira, que é a transferência de recursos financeiros entre os agentes econômicos para os agentes tomadores, que necessitam de recurso para consumo e investimento. Os recursos ofertados pelos agentes superavitários são remunerados de juros e correção, enquanto os recursos financeiros transferidos aos tomadores geram uma obrigação e são cobrados juros de empréstimos e financiamentos (Assaf Neto, 2021).

Carrete (2019) expõe que o crédito destinado para pessoas físicas (PF) tem a finalidade de suprir déficits no orçamento pessoal, cobrir emergências e aumentar a capacidade de consumo de bens, serviços ou investimento. Os créditos destinados a PFs podem ser divididos em créditos sem finalidade específica ou créditos destinados

à aquisição de bens ou serviços específicos. No primeiro caso, estão incluídos os cartões de crédito, cheque especial, crédito consignado e crédito pessoal; enquanto o segundo caso diz respeito aos financiamentos de veículos, crédito imobiliário, *leasing*, crédito rural e crédito educativo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor ([IDEC], 2012), o endividamento é caracterizado quando alguém contrata recursos financeiros emprestados, enquanto a inadimplência é quando o tomador do crédito não consegue liquidar os seus compromissos financeiros até a data do vencimento. Além disso, há também o superendividamento, definido pelo acúmulo de dívidas de forma que comprometa mais de 30% da renda do indivíduo. Abrão (2019) evidencia que o superendividamento aumenta as chances de inadimplência, o que leva a restrição do consumidor no mercado e diminui a confiabilidade das instituições financeiras

sobre ele. As restrições são passíveis de exclusão após a liquidação à vista de suas obrigações financeiras ou da renegociação de seus débitos; caso não ocorra, a restrição por inadimplência terá duração de 5 anos.

Referente ao endividamento dos estudantes universitários, pode acontecer em maior proporção devido à falta de conhecimento financeiro básico, ou seja, o conhecimento a respeito de conceitos como taxa de juros, inflação e valor do dinheiro no tempo são limitados. Além desse fator, uma parcela desses indivíduos não possui ren-

da formal ou são dependentes de bolsas de estudo, o que pode comprometer o orçamento. Há também a falta de preocupação em poupar, que é uma atitude comum dos jovens (Potrich *et al.*, 2013). Além disso, de acordo com Souza *et al.* (2021), percebe-se que uma grande parte dos indivíduos tem o hábito de planejar o orçamento apenas para que não falte recurso, ou seja, não tem o hábito de poupar para criar uma reserva de emergência e se preparar para possíveis incidentes.

Com base no exposto, este estudo aborda o seguinte problema de pesquisa: **Qual é o perfil de endividamento dos alunos de graduação de uma Instituição Comunitária de Ensino Superior (IES)?** Para responder ao problema de pesquisa proposto neste trabalho, constitui-se como objetivo geral: identificar o perfil de endividamento de alunos de graduação de uma IES.

Como contribuições do presente estudo, pode-se destacar, primeiramente, que seus resultados adicionam evidência à literatura sobre educação financeira (Avdzejus *et al.*, 2012; Vieira *et al.*, 2013; Vieira, 2014; Costa, 2016; Oliveira, 2016; Silva *et al.*, 2018; Pinto; Rossato, 2019; Silva, 2020; Messias; Veddovello, 2020; Cattani *et al.*, 2021), principalmente em relação ao endividamento de alunos de cursos superiores. Esses estudos trazem análises relevantes sobre o comportamento financeiro de estudantes universitários, com enfoque nas causas, no grau de endividamento e nos fatores sociodemográficos associados.

Assim, a presente pesquisa contribui ao trazer um diagnóstico atualizado e abrangente sobre o perfil de endividamento de estudantes de graduação de uma IES comunitária. Sob o aspecto teórico, amplia o corpo de conhecimentos sobre educação financeira e comportamento do consumidor em populações acadêmicas pouco exploradas.



“Muitas pessoas compreendem erroneamente o significado de estar endividado. Para muitos, estar endividado significa estar com desequilíbrio em suas finanças, com compromissos financeiros em atraso e com falta de recursos.”

Em termos práticos, os resultados da presente pesquisa podem contribuir com a própria IES, na medida que traça um perfil de endividamento de seus alunos, o que pode auxiliá-la a pensar em estratégias para alertá-los sobre os riscos desta situação. A IES pode, nesse sentido, reduzir inadimplência e até mesmo a evasão de alunos. Os resultados também oferecem subsídios importantes para que gestores acadêmicos desenvolvam políticas internas de orientação financeira, com a finalidade de minimizar inadimplência e evasão. Em termos sociais, a pesquisa contribui ao estimular o debate sobre o endividamento em nível universitário e ao reforçar a importância de estratégias educativas que promovam a sustentabilidade financeira de jovens em formação superior.

2 Fundamentação Teórica

Este título está subdividido em três subtítulos: 2.1 Endividamento e inadimplência; 2.2 Fatores que ocasionam o endividamento; e 2.3 Estudos anteriores.

2.1 Endividamento e inadimplência

O endividamento pode ser definido como o saldo devedor de um

indivíduo para com terceiros. Ao utilizar recursos de terceiros para os mais diversos fins de consumo, o tomador do crédito firma o compromisso em devolver o recurso para o credor, com acréscimo de juros e correção monetária sobre o crédito original (Marques; Frade, 2003).

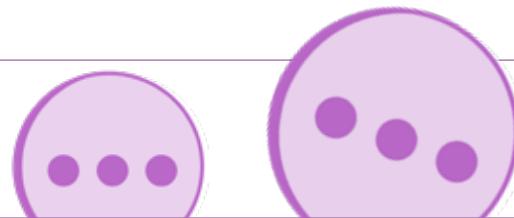
Muitas pessoas compreendem erroneamente o significado de estar endividado. Para muitos, estar endividado significa estar com desequilíbrio em suas finanças, com compromissos financeiros em atraso e com falta de recursos. Entretanto, o conceito de endividamento é muito mais simples: significa apenas que a pessoa em questão possui parcelas a vencer de compras e/ou empréstimos. Dessa forma, estar endividado não significa passar por dificuldades financeiras (Serviço de Proteção ao Crédito [SPC], 2016).

A Lei n.º 14.181, de 1º de julho de 2021, que altera a Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, e a Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, tem por objetivo estabelecer maior disciplina em relação ao crédito, bem como dispor a respeito da prevenção e do tratamento ao superendividamento. A referida lei define o superendividamento como a impossibilidade manifesta do consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívi-

das de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação (Brasil, 2021).

De acordo com o Panorama Geral de Crédito, elaborado pela Federação Brasileira de Bancos ([FEBRABRAN], 2023), as maiores operações de crédito tomado no Brasil estão concentradas em três categorias: a que comprehende o maior valor é a classe dos financiamentos imobiliários, no valor de R\$943,427 milhões; há também o crédito pessoal, que corresponde ao valor de R\$856,733 milhões, dividido entre crédito pessoal consignado (para aposentados e pensionistas do INSS e trabalhadores dos setores público e privado) e crédito pessoal não consignado; e a terceira categoria de maior concentração de valor é referente às operações com cartão de crédito, no valor de R\$488,006 em operações. Nessa categoria incluem-se compras à vista (R\$354,491 milhões), compras parceladas (R\$49,055 milhões) e parcelamentos de rotativo R\$84,459 milhões.





Conforme as Estatísticas monetárias e de crédito do mês de fevereiro de 2023, publicadas pelo Banco Central do Brasil ([BCB], 2023), o valor do crédito para pessoas físicas atingiu R\$3,2 trilhões. O endividamento das famílias no Sistema Financeiro Nacional (SFN) alcançou 48,8% em janeiro, enquanto o comprometimento da renda das famílias alcançou a porcentagem de 27,1%.

O fácil acesso ao crédito leva muitas famílias a se endividarem de forma crescente, ao recorrer a novos empréstimos para quitar dívidas anteriores, gerando um ciclo contínuo de endividamento. Esse cenário afeta negativamente a economia, especialmente quando a inadimplência aumenta, reduz o consumo e prejudica diversos setores do mercado (Del Fiori et al., 2024).

Conforme Assis et al. (2023), o desconhecimento dos conceitos básicos, como taxas de juros e condições de financiamento, frequentemente leva o indivíduo a tomar decisões financeiras inadequadas, o que resulta em dívidas difíceis de controlar. No Brasil, diferentemente do que ocorre em muitos outros países, inclusive desenvolvidos, há uma variedade de modalidades de crédito disponíveis, como cartão de crédito, financiamento e consórcio, o que exige ainda mais atenção e conhecimento por parte do consumidor para evitar o endividamento excessivo.

Gehlen et al. (2024) afirmam que a educação financeira desempenha papel fundamental na redução do endividamento e na melhoria da saúde econômica dos brasileiros. Os autores apontam que o conhecimento financeiro influencia diretamente o comportamento de consumo e destaca a necessidade de políticas públicas e programas educacionais para diferentes regiões do país.

Quadro 1 – Outros fatores que podem levar ao superendividamento

Fator	Autor
Baixa escolaridade, desemprego e falta de capital e patrimônio.	Ecker et al. (2013)
Aspectos psicológicos, aspectos comportamentais, baixa renda e mau uso do crédito disponível.	Campana et al. (2014)
Desemprego, desequilíbrio entre receitas e despesas, empréstimo do nome para terceiros, atraso do salário, consumismo, doenças e má-fé.	Fiorentini (2004)
Surgimento de doenças, divórcio com alterações no padrão de vida e consumo, nascimento de filhos e desemprego.	Pereira e Zaganelli (2019)

Fonte: elaborado pelos autores com base nos autores citados.

2.2 Fatores que ocasionam o endividamento

A falta de um planejamento financeiro, bem como da educação financeira, pode ser um fator que leva ao superendividamento, pois a regra básica para uma vida financeira saudável é não gastar acima do que se ganha, ou seja, não operar com um fluxo de caixa negativo. Com um bom orçamento, que atende às necessidades, é possível levar uma vida financeira saudável e evitar o endividamento nocivo (Halfeld, 2007).

Outro fator importante para evitar o superendividamento é a responsabilidade atribuída ao fornecedor de créditos. A Lei n.º 14.181, de 2021, estabelece que o fornecedor ou intermediário dos créditos tem o dever de informar para o consumidor sobre todos os custos e consequências da inadimplência; avaliar se o pretendente ao crédito tem capacidade financeira para tal; e fornecer para o tomador e outros coobrigados uma cópia do contrato pactuado. A referida lei também observa que o descumprimento dos deveres citados pode acarretar diversas consequências, como ações para revisão de juros, dilação do prazo, entre outros (Brasil, 2021).

O consumismo pode ser definido genericamente como a compra sem necessidade. Nessa situação, o consumidor toma uma decisão por impulso, muitas vezes influenciado

por uma questão social, sem analisar a viabilidade financeira para adquirir o bem, produto ou serviço desejado (Giglio, 2012). Dessa forma, é possível afirmar que consumir exageradamente e sem responsabilidade também é um fator que pode ocasionar o superendividamento (Nunes, 2015).

O Banco Central do Brasil, em sua página “Cidadania Financeira” (Brasil, 2016), reforça a importância de poupar. Alguém que não tem o hábito de reservar uma parte da renda para imprevistos, não estará preparado para suprir uma demanda extra e provavelmente vai passar por uma situação financeira delicada. Além dos fatores citados acima, também é possível destacar que alguns grupos de indivíduos são mais propensos a atingir algum grau de endividamento. São os solteiros, viúvos, com faixa etária de 18 a 22 anos, baixo grau de escolaridade, baixa renda, sem religião e, por fim, aqueles que não trabalham (Campana et al., 2014).

Pereira e Zaganelli (2019) evidenciam que, muitas vezes, o consumidor tem capacidade financeira para honrar seus compromissos financeiros no momento presente. Entretanto, imprevistos e acontecimentos futuros podem abalar a sua capacidade financeira, fazendo com que ele deixe o grupo dos adimplentes e passe a figurar no grupo de inadimplência.

2.3 Estudos anteriores sobre endividamento em alunos de graduação

Os estudos já publicados a respeito do tema foram pesquisados em diversas bases de pesquisa, por meio da inserção das palavras-chave "endividamento universitário", "endividamento em alunos de graduação" e "endividamento acadêmico".

Avdzejus *et al.* (2012) desenvolveram uma pesquisa para observar os fatores que levam universitários ao endividamento e a contratação de crédito oferecido pelas instituições financeiras. Os dados foram coletados por meio de questionário aplicado a 83 estudantes do curso de Administração da instituição União Metropolitana de Educação e Cultura (Unime). Por meio da análise das respostas, foi possível concluir que os participantes da pesquisa têm conhecimento a respeito do planejamento financeiro e consideram necessário para um bom gerenciamento de suas despesas, entretanto, consomem mais do que o necessário.

Vieira *et al.* (2013) verificaram a influência da percepção de significados do dinheiro e a propensão ao endividamento em estudantes universitários. A pesquisa foi realizada por meio de questionário, aplicado a 332 alunos da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). No que diz respeito ao endividamento, o estudo apontou que a maioria dos respondentes tem baixo nível de dívida, pois seus hábitos financeiros se concentram em gastar menos ou igual à sua renda, não usar cartão de crédito, não ter dívidas em atraso e morar com os pais em casas próprias.

Vieira (2014) examinou a relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro pessoal em um grupo de estudantes de uma universidade do município de

Criciúma/SC. Por meio de questionário aplicado para 44 acadêmicos do curso de administração, observou-se que os estudantes têm falhas na execução do orçamento mensal, inadimplência, endividamento expressivo e não costumam poupar. A maior parte das dívidas estava relacionada ao mau uso do cartão de crédito, entretanto, os estudantes reconheceram que a falta de planejamento e desorganização financeira são determinantes para o acúmulo de dívidas.

Costa (2016) avaliou o perfil de endividamento dos acadêmicos das instituições públicas e privadas da cidade de Cajazeiras/PB, por meio de questionário aplicado a 240 alunos da instituição pública e 207 alunos da instituição privada. A pesquisa evidenciou que a maioria dos estudantes tem conhecimento sobre educação financeira, adquirido a partir de estudos, entretanto, não possuem conhecimento sobre orçamento doméstico e não realizam planejamento financeiro. Em sua maioria, os acadêmicos têm dívidas, grande parte delas oriundas do cartão de crédito. A falta de planejamento financeiro ocasiona o descontrole das finanças pessoais, e aumenta a propensão ao endividamento.

Os estudos de Oliveira (2016) buscaram investigar fatores econômicos, sociais, psicológicos e demográficos que possam interferir no endividamento dos estudantes universitários. A pesquisa foi desenvolvida por meio de questionário, aplicado para 683 estudantes da Universidade de Coimbra, e foi interpretada por meio de regressão linear múltipla. Quanto aos resultados, a pesquisa demonstrou que fatores como influência dos



país, nível de rendimento e educação financeira são fatores que interferem no endividamento dos estudantes universitários.

Silva *et al.* (2018) analisaram os principais gastos financeiros de universitários do curso de Administração e o seu nível de endividamento, em uma universidade particular localizada no Rio de Janeiro, a fim de entender o comportamento de consumo e os gastos dessa classe. A coleta de dados para desenvolver a pesquisa foi feita por meio de um questionário, aplicado a 75 alunos. O estudo concluiu que grande parte dos alunos que participaram da pesquisa encontravam-se endividados, visto que 87% da renda estava comprometida com gastos como educação, despesas pessoais, alimentação e transporte.

O estudo de Pinto e Rossato (2019) teve como objetivo verificar a propensão ao endividamento dos indivíduos inseridos no contexto da Universidade Federal de Santa Maria – o Campus Palmeira das Missões. A coleta de dados foi feita por meio de um questionário, que atingiu 721 respondentes, entre eles servidores e acadêmicos. Os resultados da pesquisa evidenciam que o tipo de dívida mais frequente está relacionado ao cartão de crédito. Os grupos mais propensos ao endividamento são os solteiros, mulheres e pessoas com filhos.



Silva (2020) investigou o endividamento entre os universitários da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e as formas de acesso à educação financeira. Após a aplicação de questionário a 81 acadêmicos, concluiu-se que a grande maioria dos respondentes não estava endividada. Aos que possuíam dívidas, mais da metade delas era relacionada ao cartão de crédito. No que se refere à educação financeira, a maioria dos respondentes declarou que não teve contato com o tema durante o ensino fundamental ou durante o ensino médio, dessa forma, consideram importante que a universidade disponha de cursos e palestras a respeito.

Messias e Vedovello (2020) buscaram verificar a relação entre consumo e endividamento universitário. Foram aplicados 208 questionários para estudantes do Centro Universitário de Paulínia. A pesquisa demonstrou que os créditos tomados em curto prazo, são, em sua maioria, oriundos do cartão de crédito, visando ao consumo, enquanto os créditos em longo prazo são relacionados ao financiamento de bens, como veículos e imóveis.

Cattani *et al.* (2021) buscaram identificar os hábitos financeiros em relação ao endividamento e ao planejamento financeiro dos acadêmicos de uma universidade particular localizada em Santa Maria/RS. A pesquisa foi desenvolvida a partir da aplicação de questionário para 50 estudantes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Com os resultados, verificou-se que os acadêmicos têm perfil conservador e tradicional no que diz respeito a endividamento e controle de gastos, e a tomada de decisão do grupo analisado é baseada em experiências do passado.

Quadro 2 – Constructo da pesquisa			
Objetivo geral da pesquisa	Assuntos pesquisados	Assuntos abordados nas questões	Autores
Identificar o perfil de endividamento de alunos de graduação de uma Instituição Comunitária de Ensino Superior (IES).	Perfil financeiro dos participantes da pesquisa.	Renda individual e do grupo familiar; créditos consumidos; patrimônio; hábitos do grupo familiar; e disciplinas do curso superior.	Costa (2016) e Silva (2020).
	Planejamento financeiro e endividamento.	Formas de planejamento do orçamento mensal; execução do orçamento mensal planejado previamente; falhas no orçamento ou em sua execução; motivos do endividamento; e valores e categorias.	Silva (2020) e Vieira (2014).

Fonte: elaborado pelos autores com base nos autores citados.

Assim, é possível observar que estudos semelhantes ao desta pesquisa já foram desenvolvidos em outras universidades do Brasil. Os resultados obtidos por essas pesquisas foram diversos: em algumas instituições de ensino, o endividamento era mais presente entre os alunos, enquanto em outras universidades os acadêmicos apresentavam baixo endividamento. Isso permite inferir que o endividamento de alunos de curso superior no Brasil pode variar conforme a região analisada.

3 Método e Procedimentos da Pesquisa

Esta pesquisa foi realizada por meio da aplicação de um questionário, em setembro de 2023. A população é representada pelos 2.571 alunos de graduação da Instituição Ensino Superior pesquisada. A fim de apurar a amostra mínima, foi utilizado o método de amostragem aleatória simples de Barbetta (2014). Esse método consiste na máxima de que cada elemento da população tem a mesma probabilidade fazer parte da amostra. O erro amostral tolerável para essa pesquisa é de 7%. Após encontrado o erro amostral, aplica-se a fórmula:

Figura 1 – Fórmula para calcular o tamanho mínimo da amostra

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0}$$

Fonte: Barbetta (2014).

Portanto:

$$n_0 = \frac{1}{0,07^2}$$

$$n = \frac{2.571 \cdot 204,08}{2.571 + 204,08}$$

$$n_0 = 204,08$$

$$n = 189,07$$

N = Tamanho da população

n = Tamanho da amostra

n₀ = uma primeira aproximação para o tamanho da amostra e

E² = Erro amostral tolerável (Barbetta, 2014)

Após definida a amostra mínima, procedeu-se à coleta de dados por meio de questionário, elaborado com base em Costa (2016), Silva (2020) e Vieira (2014). A fim de interligar o objetivo da pesquisa com o questionário, foi elaborado o constructo da pesquisa.

“O presente estudo discorda dos resultados de Silva (2020), que apontou renda bruta mensal menor que um salário mínimo para mais da metade da amostra pesquisada. A porcentagem de alunos com renda entre um a três salários mínimos, na pesquisa de Silva (2020), corresponde a apenas 30,9% dos estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco.”

Depois de elaborado o questionário, o instrumento foi submetido a um pré-teste, aplicado em três alunos dos cursos de Ciências Contábeis, Medicina e Sistemas da Informação, bem como para dois professores do curso de Ciências Contábeis. As principais modificações realizadas foram a alteração da ordem de perguntas e a reformulação das opções para resposta. De acordo com o proposto, não foi identificada a necessidade de excluir ou incluir novas questões.

Após os ajustes do pré-teste, os questionários foram enviados por meio do aplicativo de formulários on-line chamado Google Forms. A divulgação do questionário aconteceu por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp, em que os coordenadores dos cursos divulgaram o link do questionário para os alunos dos respectivos cursos. É importante ressaltar que os respondentes não precisavam se identificar, ou seja, as respostas foram recebidas de forma anônima, para incentivar a participação e garantir que transmitissem a realidade dos participantes.

Os resultados foram analisados por meio da técnica estatística de distribuição de frequência. Crespo (2009) afirma que distribuição de frequência é uma forma de arranjo

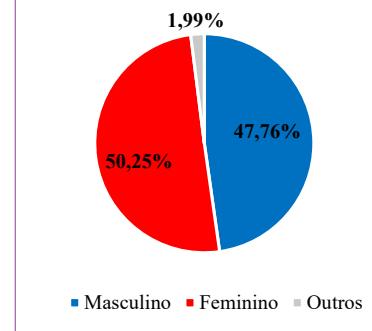
de valores que uma ou mais variáveis tomam em uma amostra. Dessa forma, é possível localizar a maior concentração de valores de uma distribuição, isto é, se ela se encontra no início, no meio ou no final, ou se há uma distribuição por igual.

Assim, após coletados, os dados foram tabulados em planilha no Excel e analisados a partir da análise de frequência, por meio de alternativas pré-determinadas nas questões de acordo com a elaboração do questionário. A análise de frequência foi utilizada como base para elaborar os gráficos e tabelas utilizados que ilustram os resultados obtidos para cada questão. Para determinar o tipo de recurso visual a ser utilizado, foi levado em consideração o conteúdo da pergunta, as respostas e qual a forma estética que representaria os resultados de forma mais fiel, objetiva e clara.

4 Síntese e Discussão dos Resultados

Este título está subdividido em três subtítulos: 4.1 Caracterização dos participantes da pesquisa; 4.2 Perfil financeiro dos participantes da pesquisa; e 4.3 Planejamento financeiro e endividamento.

Gráfico 1 – Sexo dos participantes da pesquisa



Fonte: dados da pesquisa.

4.1 Caracterização dos participantes da pesquisa

Participaram desta pesquisa 201 (duzentos e um) estudantes de graduação de uma Instituição Comunitária de Ensino Superior. De acordo com o método de Barbetta (2014), a pesquisa superou a amostra mínima de 190 respondentes. O Gráfico 1 descreve os participantes quanto ao sexo.

De acordo com o Gráfico 1, o sexo feminino apresenta o maior número de participantes, totalizando 101 pesquisados, enquanto o sexo masculino representa 96 deles. O restante optou por não se identificar.

Os respondentes também foram indagados sobre a idade e os resultados estão apresentados na Tabela 1.

Dentre as categorias de idade apresentadas na Tabela 1, a classe de idade que possui mais participantes é entre 21 anos a 30 anos, seguida da classe de 18 anos a 20 anos. Juntas, essas classes representam 91,02% da amostra. De acordo com a análise individual das respostas, identificou-se que o respondente mais jovem tem 18 anos e o mais velho tem 59 anos, o que representa um lapso temporal de 41 anos entre os participantes da pesquisa.

Outro parâmetro analisado em relação às características dos respondentes foi o curso de graduação que esses frequentam na IES pesquisada, representado no Gráfico 2.

De acordo com as informações representadas no Gráfico 2, observa-se que o curso de graduação que contém o maior número de respostas é o curso de Ciências Contábeis, com 56 participantes. Em seguida está o curso de Direito, com 25 respostas, seguido por Medicina, com 19 participantes. Juntos, os três cursos com maior número de respostas concentram 49,72% da amostra. O único curso que não apresentou nenhuma resposta foi o de Tecnologia Educacional. Os demais cursos, sem exceção, apresentaram dez respostas ou menos.

Outro parâmetro analisado na pesquisa foi a presença de disciplinas sobre Finanças na matriz curricular de cada curso de graduação pesquisado. Com isso, foi identificado que disciplinas sobre Finanças estão presentes nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Gestão Comercial e Processos Gerenciais, de acordo com a matriz curricular de cada curso verificada no site da IES pesquisada.

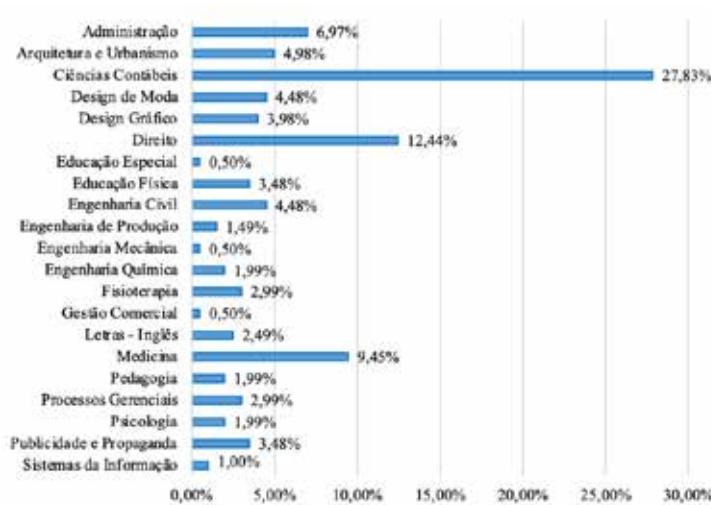
Para compor o Gráfico 3, foram somadas as respostas recebidas

Tabela 1 – Idade dos participantes da pesquisa

Classes por idade	Frequência percentual
De 18 a 20 anos	28,35%
De 21 a 30 anos	62,67%
De 31 a 40 anos	5,00%
De 41 a 50 anos	2,49%
De 51 a 60 anos	1,49%
TOTAL	100,00%

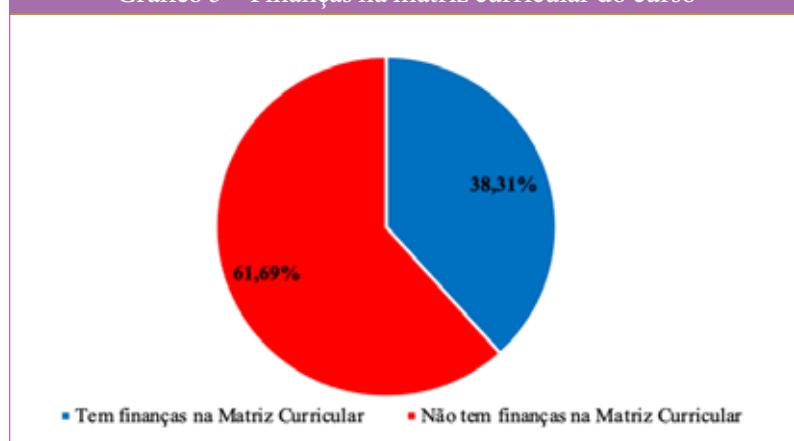
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 2 – Curso de graduação



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 3 – Finanças na matriz curricular do curso



Fonte: dados da pesquisa.

das dos quatro cursos citados acima, na categoria “Tem finanças na Matriz Curricular”, enquanto as respostas recebidas dos outros

curtos foram unificadas na classe “Não tem finanças na Matriz Curricular”. Esses resultados são ilustrados no Gráfico 3.

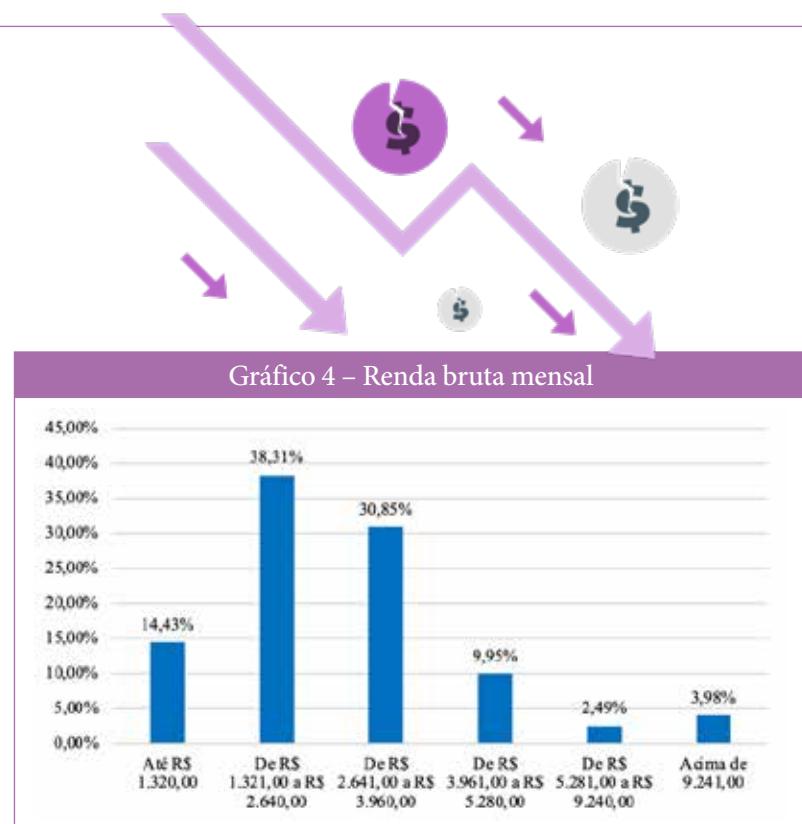
“Em comparação com o estudo de Vieira (2014), esta pesquisa obteve resultados semelhantes. Em ambas as pesquisas, o cartão de crédito é a fonte de dívida mais citada, seguida pelos financiamentos de veículos/imóveis. O empréstimo bancário também compartilha o terceiro lugar entre as duas pesquisas.”

Em relação ao Gráfico 3, apenas 77 dos participantes da pesquisa informaram cursar graduações que contêm matérias e conteúdos sobre finanças no decorrer do curso. O restante dos participantes (124) informou cursos que não contêm matérias e/ou conteúdos sobre finanças durante o curso. Dessa forma, pressupõe-se que a maioria dos participantes desta pesquisa não adquire seus conhecimentos sobre finanças pessoais por meio do seu curso de graduação. É importante ressaltar que o curso de Ciências Contábeis, que tem finanças na matriz curricular, foi o curso que representou o maior número de respostas ao questionário.

4.2 Perfil financeiro dos participantes da pesquisa

Neste bloco, são analisadas as características que compõem o perfil financeiro dos participantes da pesquisa, como a renda bruta mensal e o recebimento ou não de auxílio financeiro. Os valores utilizados como base para definir as faixas de renda são referentes ao valor do salário mínimo, definido em R\$1.320,00 a partir do dia 1º de maio de 2023.

De acordo com o Gráfico 4, a renda mensal bruta mais comum entre os pesquisados comprehende o intervalo de R\$1.321,00 a



Fonte: dados da pesquisa.

R\$2.640,00, com 77 respostas. Em seguida, está o intervalo de R\$2.641,00 a R\$3.960,00, com 62 respostas. Juntas, essas duas classes correspondem a 69,16% da amostra, ou seja, é possível afirmar que a maioria participantes da pesquisa recebem entre R\$1.321,00 a R\$3.960,00 mensais, o que compreende de um a três salários mínimos no ano de 2023.

O presente estudo discorda dos resultados de Silva (2020), que apontou renda bruta mensal menor que um salário mínimo para mais da metade da amostra pesquisada. A porcentagem de alunos com renda entre um a três salários mínimos, na pesquisa de Silva (2020), corresponde a apenas 30,9% dos estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Em relação ao recebimento ou não de ajuda financeira pelos participantes da pesquisa e suas origens, os resultados são apresentados na Tabela 2.

Conforme os dados da pesquisa, a maioria dos respondentes afirmou não receber nenhum tipo de ajuda financeira. Os 94 participantes restantes, informaram que sim, recebem ajuda financeira. A forma mais comum de ajuda financeira tem sua origem com os pais dos participantes, com 80 respostas. Entre estas respostas, se destacam os cursos de Medicina, com 14 respostas e Ciências Contábeis, que recebeu 12 respostas. Os demais cursos receberam 10 respostas ou menos.

A segunda forma mais comum é advinda do governo, com 15 respostas. Ao relacionar essas respostas com a profissão exercida pelos participantes, o número de desempregados corresponde a 8 participantes, ou seja, dos 15 estudantes que informaram receber ajuda financeira do governo, 8 estavam desempregados no momento da pesquisa. Os empregados em empresa privada que recebem auxílio financeiro do governo correspondem a 4 respostas. Um empresário, um servidor público/empregado em empresa pública e um autônomo afirmaram receber ajuda financeira do governo. É importante salientar que nesta questão era possível informar mais de um tipo de ajuda financeira.

Os resultados apontados para este tópico do estudo não estão alinhados, em parte, com os resultados de Silva (2020). Na pesquisa desenvolvida pelo autor citado, o número de estudantes que não recebem auxílio financeiro é menor (43,2%). Dentro do grupo que recebe ajuda financeira, o presente estudo corrobora Silva (2020), que apontou que os pais são a maior fonte de ajuda financeira para os estudantes.

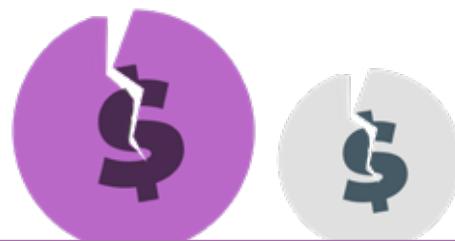


Tabela 2 – Ajuda financeira

Classes	Recebe ajuda financeira?	De quem?	
Sim	46,77%	Empresa	5,36%
		Cônjugue	6,25%
		Governo	13,39%
		Parentes e/ou amigos	3,57%
		País	71,43%
Não	53,23%	–	–
Total	100%	–	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 3 – Planejamento financeiro

Classes	Realiza planejamento financeiro para as suas finanças?	De quem?	
Sim	77,11%	Anotações em caderno	14,84%
		Em aplicativos no celular	40,00%
		Em planilha no Excel	43,23%
		Outros	1,94%
Não	22,89%	–	–
Total	100%	–	100%

Fonte: dados da pesquisa.

4.3 Planejamento financeiro e endividamento

Neste bloco, são analisadas as técnicas de planejamento financeiro, problemas relacionados ao orçamento, parcelamento de contas, fontes de dívida, dívidas em atraso e situação do CPF. A utilização de planejamento financeiro pelos participantes da pesquisa está descrita na Tabela 3.

Conforme os dados dispostos na Tabela 3, a maioria dos estudantes pesquisados (155) informou que realizam planejamento de suas finanças pessoais, enquanto 46 participantes informaram que não realizam nenhum tipo de planejamento. A forma mais comum de planejar as suas finanças é por meio de planilhas eletrônicas no Excel, com 67 respostas. Em segundo lugar, estão os

aplicativos de celular, que 62 estudantes afirmam utilizar para o seu planejamento financeiro pessoal. As anotações em caderno são utilizadas por 23 pesquisados. Outros 3 estudantes, dos cursos de Ciências Contábeis, Medicina e Letras – Inglês, afirmaram realizar planejamento financeiro mentalmente e não formalizam fisicamente.

O curso de graduação com estudantes que mais informaram realizar planejamento financeiro via planilha no Excel foi o curso de Ciências Contábeis, que concentrou 39,44% das respostas para este grupo. Em segundo lugar, Engenharia Civil, com 8,45%. O único curso que não apresentou nenhuma resposta para a opção “planilha no Excel” foi o curso de Engenharia Mecânica.

Em relação ao planejamento por anotações em caderno, o curso com maior número de respostas foi o de Ciências Contábeis, com 25% do total. Logo em seguida, está o curso de Direito, que representou 18,75% do grupo. Os cursos de Design de Moda, Educação Especial, Engenharia de Produção, Gestão Comercial, Psicologia e Sistemas da Informação não receberam nenhuma resposta para a opção "anotações em caderno".

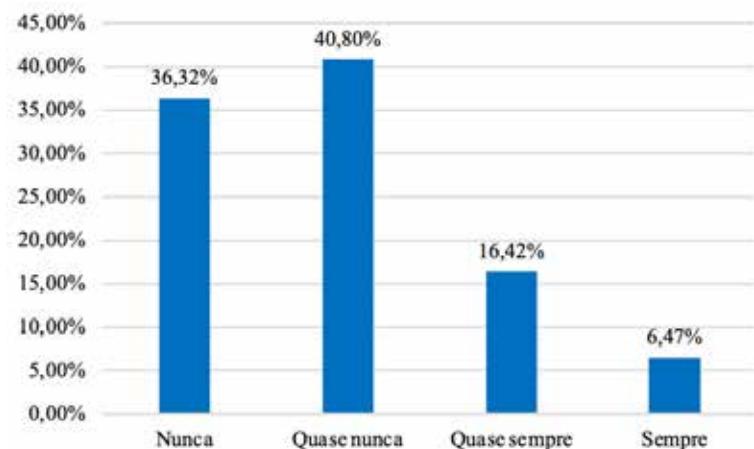
O uso de aplicativos no celular para realizar o planejamento financeiro é mais comum no curso de Ciências Contábeis, representando 20,55% do total de respostas para este grupo. Em seguida, estão os cursos de Direito e Medicina, com 15,07% cada.

Este estudo corrobora parcialmente a pesquisa de Silva (2020). Boa parte dos estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco também utilizam métodos relacionados à tecnologia para planejar as suas finanças, como aplicativos no celular e planilhas no Excel. Porém, o uso de anotações em caderno também é muito popular, e supera os números encontrados nesta pesquisa.

Quanto à frequência de problemas com o orçamento financeiro, as informações são apresentadas no Gráfico 5.

Conforme dados da pesquisa dispostos no Gráfico 5, 73 participantes informaram que nunca enfrentam problemas relacionados ao seu orçamento financeiro, enquanto 82 informaram que quase nunca encontram problemas. Entre os 46 estudantes que frequentemente apresentam intercorrências, 33 deles informaram "Quase sempre", enquanto 13 informaram "Sempre". Os 73 acadêmicos que informaram nunca ter problemas com o orçamento financeiro estão concentrados no curso de Ciências Contábeis, que repre-

Gráfico 5 – Frequência de problemas com o orçamento financeiro



Fonte: dados da pesquisa.

senta 31,51% do total. Os cursos de Direito e Medicina apresentaram, respectivamente, 15,07% e 10,96% das respostas.

Quanto aos 82 estudantes que informaram encontrar problemas quase nunca, o maior número de respostas está em Ciências Contábeis, com 31,71%. Todos os outros cursos apresentaram números abaixo de 10%. Os estudantes que informaram que encontram problemas quase sempre estão concentrados em maior número nos cursos de Direito e Medicina, com 18,18% das respostas cada. O curso de Ciências Contábeis apresentou 12,12% das respostas. Os outros cursos apresentaram números abaixo de 10%.

Com relação aos acadêmicos que informaram sempre encontrar problemas ao realizar o seu orçamento, os cursos que obtiveram respostas foram os cursos de Arquitetura e Urbanismo (15,38%), Ciências Contábeis (23,08%), Design de Moda (15,38%), Direito (23,08%), Educação Física (7,69%), Psicologia (7,69%) e Publicidade e Propaganda (7,69%).



Quanto à existência de problemas relacionados ao orçamento mensal, esta pesquisa apresentou resultados divergentes aos obtidos por Vieira (2014). A pesquisa citada apresentou apenas 11% de respostas “raramente” (nesta pesquisa, quase nunca) e apenas 7% para “Nunca”, o que evidencia que os participantes do estudo de Vieira (2014) registram problemas com o orçamento mensal com frequência consideravelmente maior.

Outro ponto analisado foi a situação financeira em relação aos ganhos e gastos dos participantes, conforme o Gráfico 6.

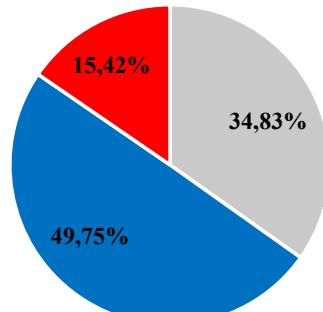
Conforme dados do Gráfico 6, 100 participantes informaram gastar menos do que ganham, 31 participantes informaram gastar mais do que ganham, enquanto 70 pesquisados informaram ganhar e gastar na mesma proporção. É possível afirmar que 170 participantes, ou seja, 84,58% da amostra, mantêm hábitos financeiros mais saudáveis do que os 15,42% restantes.

Quanto à situação financeira referente aos ganhos e gastos, esta pesquisa apresenta resultados divergentes dos obtidos por Vieira (2014), que teve a classe “gasta mais do que ganha” em primeiro lugar em número de respostas. A classe “Gasto menos do que ganho” foi a classe que menos recebeu respostas. Nesta pesquisa, a ordem se inverteu, ou seja, os estudantes da IES pesquisada que participaram do estudo colocaram a resposta “Gasto menos do que ganho” em primeiro lugar e “Gasto mais do que ganho” em último lugar, o que demonstra hábitos financeiros mais saudáveis.

Os participantes da pesquisa também foram questionados a partir da existência ou não de contas parceladas, bem como os fatores para parcelamento de contas, conforme descrito na Tabela 4.

De acordo com informações contidas na Tabela 4, 57 estudantes

Gráfico 6 – Situação financeira em relação aos ganhos e gastos



■ Gasto igual ao que ganho ■ Gasto menos do que ganho
■ Gasto mais do que ganho

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 4 – Contas parceladas

Classes	Tem contas parceladas?	Qual é a porcentagem da renda comprometida com contas parceladas?	Quais fatores ocasionaram as contas parceladas?
Sim	71,64%	Até 20%	45,83% Financiamento de veículos 18,59%
		Entre 21% a 40%	29,17% Financiamento de imóveis 5,95%
		Entre 41% a 60%	13,89% Móveis 7,06%
		Entre 61% a 80%	9,03% Saúde 17,10%
		Entre 81% a 100%	0,00% Vestuário 26,39%
		Mais de 100%	2,08% Viagens 10,04%
		-	- Outros 14,87%
Não	28,36%	-	-
Total	100%	-	100%

Fonte: dados da pesquisa.

informaram que não possuem contas de parceladas. Enquanto isso, a maioria dos pesquisados (144) respondeu ter contas parceladas. Desse, 66 deles tem até 20% da sua renda comprometida para pagar suas contas parceladas, enquanto 42 acadêmicos reservam de 21% a 40%, 20 reservam de 41% a 60%, 13 reservam de 61% a 80% e 3 respondentes afirmaram comprometer mais de 100% da sua renda mensal com parcelas.

Quanto aos fatores que ocasionaram as contas parceladas identificados nesta pesquisa, o mais co-

mum são os gastos com vestuário, que conta com 71 respostas, em seguida o financiamento de veículos, com 50 respostas, gastos com saúde com 46 respostas, viagens com 27 respostas, financiamento de imóveis com 16 respostas, compra de móveis com 19 respostas e outros com 40 respostas. No grupo “Outros”, estão incluídos as compras de eletrônicos, gastos com mecânico de automóveis e gastos com a faculdade e educação no geral. É importante salientar que a última coluna da tabela permitia mais de uma resposta.

“A segunda forma mais comum é advinda do governo, com 15 respostas. Ao relacionar essas respostas com a profissão exercida pelos participantes, o número de desempregados corresponde a 8 participantes, ou seja, dos 15 estudantes que informaram receber ajuda financeira do governo, 8 estavam desempregados no momento da pesquisa.”

Quanto a este tópico, este estudo se alinha com a pesquisa de Silva (2020). Ambos os estudos apresentam estudantes com contas parceladas e em faixas de comprometimento de renda semelhantes.

Outro ponto analisado foram as fontes de dívida entre os respondentes, conforme disposto no Gráfico 7.

Conforme dados da pesquisa presentes no Gráfico 7, a fonte de dívida mais comum entre os estudantes é o cartão de crédito, com 120 respostas. Em seguida estão os financiamentos, com 56 respostas, empréstimo bancário com 18 respostas, cheque especial com 15 respostas, crediário com 12 respostas, empréstimo com parentes/amigos com 9 respostas. O grupo “Outros” obteve 3 respostas, caracterizadas como pensão alimentícia e boletos no geral.

Em comparação com o estudo de Vieira (2014), esta pesquisa obteve resultados semelhantes. Em ambas as pesquisas, o cartão de crédito é a fonte de dívida mais citada, seguida pelos financiamentos de veículos/imóveis. O empréstimo bancário também compartilha o terceiro lugar entre as duas pesquisas.

A presença de contas em atraso e os seus motivos também foi um dos tópicos analisados. Os dados coletados estão presentes na Tabela 5.



Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 5 – Contas em atraso

Classes	Tem contas em atraso?	Por qual motivo?
Sim	12,94%	Alta propensão ao consumo
		Desemprego ou queda na renda
		Facilidade de acesso ao crédito
		Falta de planejamento/desorganização financeira
		Problemas de saúde
		Taxas de juros elevadas
Não	87,06%	–
Total	100%	–

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação à presença de contas em atraso, 175 participantes da pesquisa informaram que estão com suas contas sem apresentar atrasos. Referente aos motivos que levam 26 participantes a atrasarem as suas obrigações financeiras, 21 respostas relacionaram a

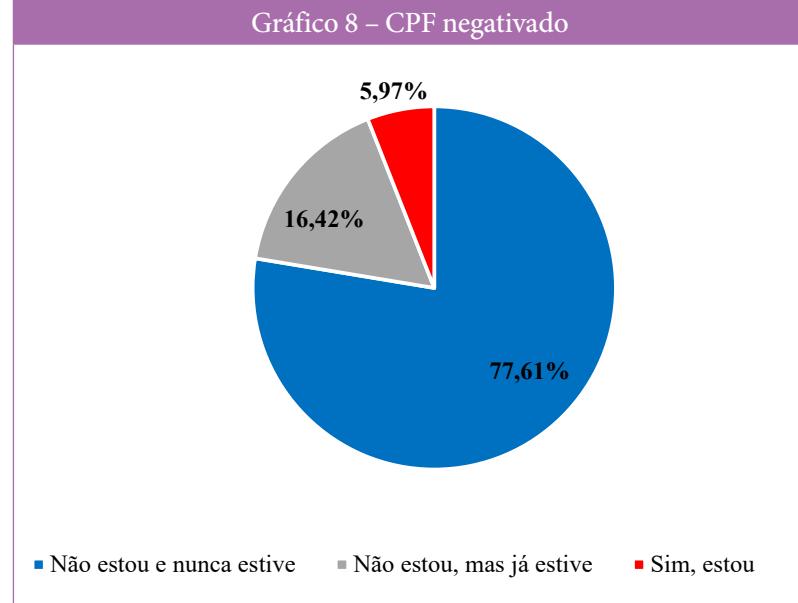
inadimplência com a falta de planejamento/desorganização financeira, 9 com a alta propensão ao consumo, 9 com desemprego ou queda na renda, 4 com problemas de saúde, 3 com facilidade de acesso ao crédito e 3 com taxas de juros elevadas.

Os resultados desta pesquisa divergem em parte dos resultados obtidos por Vieira (2014) no mesmo questionamento. A maioria dos estudantes de Vieira (2014) apresenta contas em atraso, enquanto apenas 36% deles não têm dívidas vencidas. Tal resultado demonstra que os estudantes deste estudo têm hábitos financeiros mais saudáveis que os estudantes de Vieira (2014).

Quanto aos motivos para o atraso dos compromissos financeiros, esta pesquisa está alinhada com os resultados de Vieira (2014), para o qual a falta de planejamento financeiro/desorganização financeira também é o motivo mais citado para o atraso de contas.

A última análise realizada foi a respeito dos cadastros de negativação nos CPFs dos estudantes, conforme Gráfico 8.

Em relação aos dados dispostos no Gráfico 8, 156 participantes afirmaram que não estão e nunca estiveram com cadastros de negativação ativos em órgãos de proteção do crédito, enquanto 33 participantes informaram que não estão, mas



Fonte: dados da pesquisa.

já estiveram com um cadastro de negativação ativo. Por fim, 12 participantes informaram que estão com cadastros de negativação ativos em órgãos de proteção ao crédito.

Entre os acadêmicos que informaram que não estão e nunca estiveram com o CPF negativado, 33,33% das respostas estão concentradas no curso de Ciências Contábeis. Os cursos de Medicina e Direito também apresentaram quantidade de respostas significativa, com 12,18% e 11,54%, respectivamente. Os cursos de Educação Especial e Engenharia Mecânica não receberam respostas.

Quanto aos 33 participantes que informaram que não estão, mas já estiveram com o CPF negativado, a maior concentração de respostas está no curso de Administração, que recebeu 15,15% das respostas. Os cursos de Ciências Contábeis e Direito receberam, cada um, 12,12% das respostas. Os cursos de De-

sign Gráfico, Engenharia Mecânica, Fisioterapia, Gestão Comercial, Medicina, Psicologia e Sistemas da Informação não receberam respostas.

Os 12 participantes que informaram estar com o CPF negativado no momento da pesquisa estão distribuídos entre os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Design de Moda, Design Gráfico, Direito, Educação Física, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Letras – Inglês e Publicidade e Propaganda. Os números mais expressivos são encontrados nos cursos de Direito e Design Gráfico, que representam respectivamente 25% e 16,67% do total. Os outros cursos apresentaram apenas uma resposta.

Em relação ao tópico representado pelo Gráfico 8, este estudo apresenta resultados semelhantes ao da pesquisa de Silva (2020). Em ambas as pesquisas, a resposta mais popular foi “Não estou e nunca estive” com o CPF negativado. Na pesquisa de Silva (2020), a segunda opção com maior número de respostas foi “Sim, estou” com o CPF negativado, enquanto nesta pesquisa, esta foi a opção menos escolhida pela amostra.



“Em comparação com o estudo de Vieira (2014), esta pesquisa obteve resultados semelhantes. Em ambas as pesquisas, o cartão de crédito é a fonte de dívida mais citada, seguida pelos financiamentos de veículos/imóveis. O empréstimo bancário também compartilha o terceiro lugar entre as duas pesquisas.”

5 Considerações Finais

O objetivo geral deste estudo foi identificar o perfil de endividamento de alunos de graduação de uma Instituição Comunitária de Ensino Superior. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma pesquisa quantitativa, conduzida por *survey*. A coleta de dados aconteceu por meio de um questionário, disponibilizado para respostas por meio da plataforma *Google Forms*. Participaram desta pesquisa 201 alunos de graduação da IES em estudo, número que superou a amostra mínima pré-determinada.

Com base nos resultados, concluiu-se que os estudantes de graduação pesquisados têm baixo perfil de endividamento, que está concentrado em produtos ofertados pelo mercado financeiro, como cartão de crédito, financiamento de veículos e empréstimo bancário. É possível afirmar que a maioria dos pesquisados trabalham e que sua renda é composta por um a três salários mínimos. Entre os estudantes que realizam o planejamento financeiro, as formas mais comuns de organização são por meio uso de aplicativos em celular e planilhas eletrônicas, como o Excel. O meio universitário da IES pesquisada, conforme identificado na pesquisa, é composto por jovens, que afirmaram ter acesso e conhecimento sobre as

tecnologias mais recentes. Os alunos de graduação da IES mantêm o equilíbrio entre suas receitas e seus gastos, parcelam compras para adquirir bens de maior valor e evitam comprometer mais que 40% da sua renda com parcelamentos. É importante ressaltar que o perfil de endividamento observado por esta pesquisa identificou que os estudantes, em sua maioria, afirmaram não apresentar contas em atraso e nunca estiveram com o CPF negativado em órgãos de proteção ao crédito.

Dessa forma, conclui-se ainda que os alunos de graduação da IES pesquisada não são somente conscientes a respeito da importância da educação financeira. De forma geral, os estudantes têm níveis satisfatórios de educação financeira, gostariam de aprender mais sobre o assunto e realizam o planejamento financeiro de suas finanças pessoais. Como consequência, eles apresentam baixos níveis de endividamento, cujo perfil é composto por despesas comuns e contas parceladas, a maioria relacionada à aquisição de bens mais caros.

Quanto às limitações que foram encontradas durante o desenvolvimento desta pesquisa, pode-se citar a dificuldade de engajar todos os cursos para responder ao questionário e variar as características entre

os respondentes. Alguns cursos retornaram poucas respostas, enquanto outros, como o de Ciências Contábeis, apresentaram um número expressivo de retornos. Vale ressaltar que o curso de Ciências Contábeis conta com finanças na matriz curricular, bem como aborda diversos outros tópicos que contribuem para o desenvolvimento do conhecimento financeiro do aluno. Ao unir os fatos apresentados, é possível concluir que esta pesquisa não representa a amostra de forma estratificada, pois há uma tendência nos resultados devido ao alto número de respostas do curso de Ciências Contábeis. Outra dificuldade está relacionada ao tempo de desenvolvimento da pesquisa, que limitou o alcance de respostas e o número de perguntas a serem incluídas no questionário.

Para a realização de pesquisas futuras, sugere-se que elas sejam realizadas em um grupo específico de cursos, por exemplo, somente nos cursos que apresentam em sua matriz curricular disciplinas sobre finanças, ou ao contrário, somente nos cursos que não apresentam finanças em sua matriz curricular. Outra sugestão é a aplicação da pesquisa com a mesma população daqui há alguns anos, com o objetivo de verificar se os hábitos financeiros ainda serão os mesmos.

Referências

- ABRÃO, N. Direito bancário [E-book]. Editora Saraiva, 2019. Acesso restrito via Minha Biblioteca.
- ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico (9^a ed.). Atlas, 2009.
- ASSAF Neto, A. Mercado financeiro (15^a ed.) [E-book], 2021. Grupo GEN. Acesso restrito via Minha Biblioteca.
- ASSIS , F. R. , Gomes , S. K. C. , & Silva , P. V. J. da G. Risco, personalidade e endividamento: um estudo com universitários de baixa renda. *Revista Foco*, 16 (4), 1-28, 2023. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n4-006>
- AVDZEJUS, É. E., Santos, A. C., & Santana, J. O. de. Endividamento precoce: uma análise da concessão de crédito e dos fatores que influenciam no endividamento de jovens universitários da Faculdade Unime no município de Lauro de Freitas/BA, 2012. Anais do Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT, 11. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/61416762.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. (n.d.). Cidadania financeira. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/folder_serie_II_%C3%A9_possev%C3%A1l_sair_do_superendividamento.pdf. Acesso em: 09 jun. 2023.
- BRASIL. Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021. Dispõe sobre a disciplina do crédito ao consumidor e prevenção e o tratamento do superendividamento, 2021. Diário Oficial da União.
- CARRETE, L. S. Mercado financeiro brasileiro [E-book]. Atlas, 2019. Acesso restrito via Minha Biblioteca.
- CATTANI, D. S. S. Análise do comportamento financeiro do jovem universitário frente ao planejamento e endividamento pessoal. Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, 14(3), 2021. <https://doi.org/10.59306/reen.v14e32021221-248>
- COSTA, T. B. G. Análise de endividamento financeiro: um estudo de caso entre instituições pública e privada na cidade de Cajazeiras – PB [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Campina Grande], 2016. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/15508> .Acesso em: 24 jun. 2023.
- CRESPO, A. A. Estatística fácil (19^a ed.) [E-book]. Editora Saraiva, 2009. Acesso restrito via Minha Biblioteca.
- DEL FIORI, D., Neves, S. F., Sá, M. T. de V., & Vieira Júnior, R. O. L. O endividamento da população brasileira: o papel da educação financeira. Informe Econômico, 49 (2), 4-38, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/view/4759/4959>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- ECKERT, A., Mecca, M. S., Biasio, R., & Consorte, A. S. Principais causas da inadimplência de pessoas físicas junto a uma cooperativa de crédito: estudo de caso em uma unidade do Sicredi. Revista de Administração e Negócios da Amazônia, 5(1), 59-70, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/441>. Acesso em: 09 jun. 2023.
- FEBRABAN. Panorama, 2023. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3130/21/pt-br/panorama>. Acesso em: 11 abr. 2023.
- FIORENTINI, S. R. B. Inadimplência: como evitar e resolver. SEBRAE, 2004. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 09 jun. 2023.
- GEHLEN, L. K., Bach, T. M., Seefeld, V., Walter, S. A. Relação entre educação financeira, renda e endividamento familiar: Análise aplicada a capitais brasileiras. Ciências Sociais Aplicadas em Revista, 28(48), 80-99, 2023. <https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/33506/23736>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- HALFELD, M. Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro. Editora Fundamento Educacional, 2001.
- HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). (n.d.). Conheça as dicas do IDEC para evitar o endividamento e a inadimplência, 2001. Disponível em: <https://idec.org.br/consultas/dicas-e-direitos/conheca-as-dicas-do-idec-para-evitar-o-endividamento-e-a-inadimplencia>. Acesso em: 11 abr. 2023.

LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico [E-book], 2021. Grupo GEN. Acesso restrito via Minha Biblioteca.

MARCONI, M. A., & Lakatos, E. M. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica (3^a ed., rev. e ampl.) [E-book], 2000. Atlas. Acesso restrito via Minha Biblioteca.

MARQUES, M. L. M., & Fraide, C. Regular o sobre endividamento. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.

MATIAS-PEREIRA, J. Manual de metodologia da pesquisa científica [E-book], 2016. Grupo GEN. Acesso restrito via Minha Biblioteca.

MESSIAS, G. R., & Vedovello, J. G. (n.d.). Consumo e endividamento universitário. *Revista Eletrônica FACP*, (18), 24–49. Disponível em: <http://revista.fACP.com.br/index.php/reFACP/article/view/79/pdf>. Acesso em: 06 ago. 2023.

NUNES, L. A. R. Vulnerabilidades: comentários ao Código de Defesa do Consumidor (10^a ed.). Saraiva, 2015.

OLIVEIRA, A. L. L. de M. Atitudes para com o endividamento entre estudantes universitários: papel da literacia financeira, da influência parental e das dificuldades econômicas [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra], 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/31836>. Acesso em: 25 jun. 2023.

PEREIRA, A., & Zaganelli, M. V. Superendividamento do consumidor: prevenção e tratamento sob o prisma da dignidade da pessoa humana. *Revista Jurídica Cesumar*, 19(1), 89–117. <https://doi.org/10.17765/2176-9184.2019v19n1p89-117>

PINTO, N. G. M., & Rossato, V. P. Análise da propensão ao endividamento em um contexto universitário. *Estudos do Cepe*, (49), 115–130, 2019. <https://doi.org/10.17058/cepe.v0i49.13787>

POTRICH, A. C. G., Vieira, K. M., & Ceretta, P. S. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante? *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 12(3), 314–333, 2013. <https://doi.org/10.5329/RECADM.2013025>

SILVA, L. M. da, Silva, O. G. da, & Ferreira, L. S.. Gastos financeiros e nível de endividamento de alunos universitários do Norte Fluminense. *Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas*, 8(23), 51–58, 2018. <https://doi.org/10.25242/887682320181676>

SILVA, O. G. da. Endividamento entre jovens universitários: insights sobre educação financeira na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) [Monografia, Universidade Federal Rural de Pernambuco], 2020. <https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/4005>

SOUZA, J. A. da S., et al. Finanças pessoais, planejamento financeiro e reserva emergencial: a percepção durante a pandemia da Covid-19. In *Anais do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade* (18^a ed.). USP, 2021. <https://congressousp.fipcafi.org/anais/21UsplInternational/ArtigosDownload/3489.pdf>

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO BRASIL (SPC). O conceito do endividamento e as consequências da inadimplência. SPC Brasil, 2016.

VIEIRA, K. M., et al. Significados do dinheiro e propensão ao endividamento entre alunos universitários. *ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia*, 5(2), 76–103, 2014. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas-revistas-metodista/index.php/ReFAE/article/view/4202/4183>. Acesso em: 25 jun. 2023.

VIEIRA, J. F. A relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro pessoal em um grupo de acadêmicos de sétima fase de uma universidade do município de Criciúma – SC [Monografia, Universidade do Extremo Sul Catarinense], 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/3238>. Acesso em: 07 ago. 2023.

VIEIRA, K. M., Flores, S. A. M., & Campara, J. P. Propensão ao endividamento no município de Santa Maria (RS): verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais. *Teoria e Prática em Administração*, 4(2), 180–205, 2015. <https://doi.org/10.21714/2238-104X2014v4i2-19582>



Alfabetização financeira e ensino Contábil: um estudo sobre o uso de metodologias ativas na educação superior

A educação financeira tem ganhado destaque nas discussões sobre a formação acadêmica no âmbito das Ciências Contábeis. Diante da crescente complexidade dos cenários financeiros e da demanda por uma gestão eficiente dos recursos, a inserção de conteúdos voltados para a educação financeira no currículo universitário torna-se um aspecto relevante. Nesse contexto, este estudo objetivou investigar a percepção dos professores de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino privada localizada no oeste do Paraná sobre a utilização de metodologias ativas na promoção da alfabetização financeira entre os estudantes. A pesquisa adotou uma metodologia qualitativa, de caráter descriptivo, e incluiu pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. A coleta de dados envolveu um grupo focal com três docentes, além da análise do Projeto Pedagógico do Curso e da matriz curricular da instituição. Os resultados indicaram que, embora o curso de Ciências Contábeis não tenha uma disciplina específica dedicada à educação financeira, os docentes reconhecem a importância dessa temática na formação dos alunos. Eles destacam a necessidade de integrar práticas pedagógicas que incentivem a participação efetiva dos estudantes, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de sua alfabetização financeira. As metodologias ativas foram vistas como ferramentas eficazes para engajar os alunos e facilitar a construção do conhecimento, permitindo uma aprendizagem eficaz. Esta pesquisa contribui para a ampliação do entendimento sobre a relação entre educação financeira e ensino contábil, além de fornecer subsídios para futuras discussões e estudos sobre a inserção da alfabetização financeira nas instituições de ensino superior.

Ana Patrícia Anjos Severo de Amorim

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus Cascavel, bacharela em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC). Profissional da área de legalização de empresas e professora da União de Ensino Superior do Iguaçu Ltda. (Uniguacu).

E-mail: ana.amorim6@unioeste.br

Franciele Wrubel

Doutorado em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb). É professora do mestrado em Contabilidade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

E-mail: franciele.wrubel@unioeste.br

1 Introdução

A educação financeira envolve o conhecimento e as habilidades necessárias para tomar decisões conscientes sobre recursos financeiros, incluindo a compreensão de produtos financeiros, a gestão de orçamentos e a escolha de investimentos (OECD, 2005; Sabirin, Benius, Neneng, Nurwati & Hendrayati, 2023). A ausência de uma abordagem adequada sobre educação financeira impulsiona o aumento da inadimplência no Brasil e reflete na incapacidade de muitos indivíduos em gerenciar cenários financeiros básicos (Venâncio, Araújo, Moreira, Avelino & Spironelli, 2020).

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio (CNC), o percentual de famílias endividadas permaneceu próximo a 78% entre 2023 e 2024, enquanto a proporção de inadimplentes se manteve acima de 29%, sendo que 13% declararam não ter condições de quitar suas dívidas em 2024 (CNC, 2024). A literatura aponta que a ausência de educação financeira contribui diretamente para esse cenário, pois compromete o desenvolvimento de hábitos de planejamento, controle de gastos e decisões conscientes de consumo (Oliveira et al., 2025). Estudos também evidenciam que a fal-

ta de instrução formal sobre finanças pessoais está associada à adoção de comportamentos impulsivos, à sobreutilização do crédito e à baixa capacidade de resposta a emergências financeira (Mendes et al., 2025).

Nesse contexto, a implementação de políticas públicas de educação financeira no ensino superior é apontada como estratégica para a promoção da sustentabilidade financeira, dada a capacidade formativa das universidades (Venâncio et al., 2020). As instituições de ensino podem contribuir para a alfabetização financeira ao integrar esse conteúdo nos currículos de forma transversal (Tokareva et al., 2022). Nos cursos de Ciências Contábeis, essa integração permite que os alunos desenvolvam competências aplicadas à gestão financeira, associando fundamentos contábeis a contextos práticos de tomada de decisão financeira pessoal (Carvalho & Faria, 2020). A adoção de metodologias ativas fortalece esse processo, tornando a educação financeira eficaz (Giang, 2024). Além disso, a abordagem interdisciplinar favorece a compreensão ampliada da contabilidade em diferentes contextos (Aguiar, Neres & Sales, 2023), preparando os estudantes para demandas profissionais que exigem domínio na análise e interpretação de dados financeiros (Venâncio et al., 2020).

No entanto, pesquisas sugerem que os estudantes brasileiros estão abaixo da média global em letramento financeiro, refletindo lacunas no entendimento de conceitos como poupança, crédito e planejamento financeiro em longo prazo (OECD, 2024). Não obstante, estudos anteriores evidenciam a carência de educação financeira nas universidades, bem como o baixo nível de alfabetização financeira dos universitários (Alves, Silva, S. & Bressan, 2011; Vargas-Hernández & Za-

mora, 2018). Em outro estudo, Amorim, Mengarda e Almeida (2023) constataram que apenas 18% dos acadêmicos de Ciências Contábeis afirmam ter adquirido conhecimento financeiro pessoal na universidade. Sustentando esses achados, Neidermeyer e Neidermeyer (2010) descobriram que, entre

131 instituições de ensino superior nos EUA que oferecem cursos em Administração, Contabilidade ou Finanças, apenas três exigiam créditos em educação financeira pessoal.

Embora a literatura reconheça a importância da educação financeira na formação universitária, ainda carece de investigações que explorem a perspectivas dos docentes acerca dessa temática, especialmente em cursos sem disciplinas formais dedicadas ao tema (Kozina & Metljak, 2022). Além disso, poucos estudos analisam a interseção entre metodologias ativas e alfabetização financeira sob a ótica dos professores, limitando a compreensão sobre o papel estratégico que esses agentes exercem na mediação entre currículo, prática pedagógica e formação crítica dos estudantes (Prasad & John, 2022).

A percepção dos docentes é central para compreender como a alfabetização financeira pode ser inserida de forma eficaz no ensino superior, especialmente em cursos que não possuem disciplinas específicas sobre o tema (Prasad & John, 2022; Kozina & Metljak, 2022). Nesse cenário, os professores atuam como facilitadores do processo de ensino, e sua adoção de metodologias ativas contribui para o engajamento dos estudantes, promovendo a compreensão prática e crítica dos conceitos financeiros (Rajendran, 2015; Giang, 2024). Frente ao exposto, a pesquisa tem como objetivo examinar a percepção dos docentes de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino privada no oeste do Paraná acerca do uso de metodologias ativas na promoção da alfabetização financeira entre os discentes.



“A percepção dos docentes é central para compreender como a alfabetização financeira pode ser inserida de forma eficaz no ensino superior, especialmente em cursos que não possuem disciplinas específicas sobre o tema (Prasad & John, 2022; Kozina & Metljak, 2022).”

A relevância deste estudo reside na discussão do uso de metodologias ativas como recurso pedagógico que promova o incremento da literacia financeira, em um meio acadêmico que ainda pode estar incipiente no tema. Ademais, compreendendo que a universidade assume papel formativo tanto técnico quanto social, a presente pesquisa se justifica pela necessidade da disseminação da educação financeira na formação contábil. Nesse sentido, o curso de Ciências Contábeis é adotado como recorte estratégico para refletir sobre a ampliação dessa temática no ensino superior.

Esta pesquisa contribui ao evidenciar a atuação dos docentes como mediadores na promoção da alfabetização financeira no ensino superior, especialmente em cursos que não oferecem disciplinas específicas sobre o tema. Ao articular a percepção docente com o uso de metodologias ativas, o estudo

amplia a compreensão sobre estratégias pedagógicas eficazes para integrar a educação financeira no currículo contábil, oferecendo subsídios para aprimorar os processos de ensino e aprendizagem.

2 Referencial Teórico

2.1 Educação Financeira no Brasil

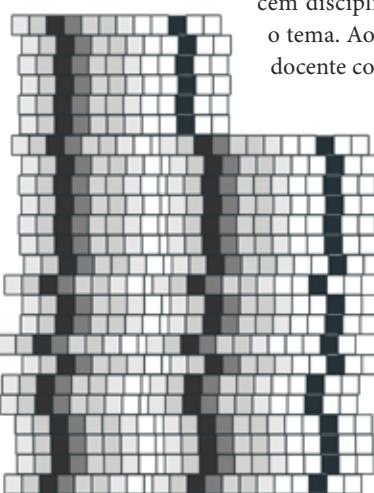
A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) estabelece diretrizes e competências essenciais para orientar os países membros na implementação de programas de alfabetização financeira (OECD, 2024). Em 2022, por meio do Programme for International Student Assessment (Pisa), a OECD avaliou as habilidades financeiras de adolescentes em diversos países. O Brasil ocupou a 60^a posição, com uma média de 397,3 pontos abaixo da média dos países da OECD, que foi de 472 pontos, evidenciando lacunas na formação financeira dos jovens brasileiros (OECD, 2024).

No cenário brasileiro, essa temática começou a ganhar ênfase a partir de 2010 com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), por meio do Decreto n.º 7.397, de 2010, com a finalidade de mobilizar a implementação da educação financeira no país (Dias & Santos M., 2020). Em 2020, o Decreto n.º 7.397, de 2010, foi revogado pelo Decreto n.º 10.393, de 2020, que instituiu a nova Enef e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), com o objetivo de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal (Brasil, 2020). O Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), também responsável pela direção, supervisão e funcionamen-

to da Enef, criou em 2011 a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF – Brasil), uma organização sem fins lucrativos que promove projetos importantes para a sociedade, como o programa Educação Financeira nas Escolas e Educação Financeira de Adultos (Raizer, 2021).

A partir de 2020, o Ministério da Educação (MEC) tornou obrigatório o ensino de educação financeira nas escolas, as quais devem atender às novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Ministério da Educação (MEC), 2018). Para o Ensino Fundamental, são propostas temáticas conectadas a novas formas de aprendizado, especialmente em Matemática, Sistema Monetário Brasileiro e no consumo consciente. Já no Ensino Médio, a BNCC enfatiza competências da Educação Matemática Crítica, aplicando a matemática à realidade dos cidadãos e promovendo a educação integral (Oliveira, N. et al., 2021).

Percebem-se os esforços para incluir a Educação Financeira no Ensino Básico, entretanto, no Ensino Superior ainda não há diretrizes legais que prevejam sua implementação em todas as áreas do conhecimento (Oliveira, N. et al., 2021), o que constituiria estratégia capaz de conferir relevância à formação dos acadêmicos e resultar impactos positivos a nível individual e social (Dias & Santos M., 2020).



2.2 Educação Financeira no Curriculum de Ciências Contábeis

O curso de Ciências Contábeis tem o compromisso de formar profissionais providos de capacidades necessárias para atuar nas mais diversas áreas da esfera laboral, tais como controladoria, auditoria, perícia contábil, gestão pública, finanças, análises e consultoria financeira, entre outros (Sousa R. & Arantes, 2022). Essa ciência, é fundamental na estimulação da educação financeira no cenário nacional, observando que seus princípios e técnicas são favoráveis para esse desenvolvimento (Miranda, Leal & Araújo, 2017).

Nesse contexto, a falta de capacitação financeira impede os indivíduos de obterem sucesso por conta da formação educacional (Venâncio *et al.*, 2020). Desse modo, o ensino superior oferece a oportunidade de suprir as lacunas no processo de educação financeira dos discentes, proporcionando o acesso a conhecimentos essenciais que, muitas vezes, não foram adquiridos previamente (Raizer, 2021).

Conhecendo a necessidade de aprimoramento e das demandas do mundo de trabalho, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CES n.º 1/2024, estabelece novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o Curso de Graduação

em Ciências Contábeis (MEC, 2024). Essas diretrizes visam definir o perfil profissional desejado para os graduandos, incorporando componentes curriculares e outros aspectos que promovam uma formação completa e interdisciplinar (MEC, 2024).

A Resolução CNE/CES n.º 1, de 27 de março de 2024, passou a vigorar a partir de 2 de maio de 2024, revogando a Resolução CNE/CES n.º 10, de 2004. Além disso, trouxe atualizações importantes sobre as DCNs, destacando a necessidade de modernizar os currículos e incorporar temas inovadores emergentes no campo contábil. Para mais, reforça a importância de promover a interdisciplinaridade no ensino (MEC, 2024).

Ainda, a Resolução CNE/CES n.º 1/2024 determina a abordagem de outras áreas do conhecimento, sobretudo administração, economia, direito, métodos quantitativos e qualitativos, matemática e estatística (MEC, 2024). Esses conteúdos, bem como as disciplinas de administração financeira, matemática financeira e mercado de capitais, corroboram para a alfabetização financeira dos acadêmicos (Sousa, M., Oliveira, A., Silva, R., Carraro & Tissot, 2019).

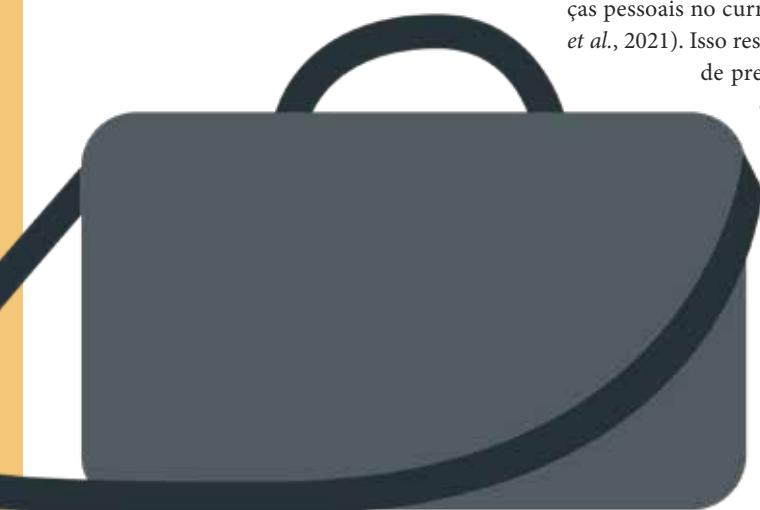
Embora a Resolução CNE/CES n.º 1/2024 não estabeleça a obrigatoriedade de uma disciplina específica sobre educação financeira no curso de Ciências Contábeis, existe a relevância de incluir abordagens relacionadas às finanças pessoais no currículo (Oliveira, N. *et al.*, 2021). Isso ressalta a importância de preparar os graduandos para lidar com questões financeiras tanto no âmbito pessoal quanto profissional (Miranda *et al.*, 2017).

Nessa perspectiva, Medeiros *et al.* (2016) propuseram analisar a contribuição das disciplinas

voltadas a educação financeira do curso de Ciências Contábeis de uma IES mineira para o conhecimento em finanças pessoais dos alunos, o resultado mostrou uma relação positiva do curso com o conhecimento dos discentes, uma vez que os egressos apresentaram melhor desempenho comparado aos ingressantes. Complementarmente, Kozina e Metljak (2022), ao analisarem a percepção de professores da educação básica na Eslovênia, observaram que aqueles que atribuíam maior relevância à educação financeira eram também os que mais empregavam metodologias ativas, como aprendizagem baseada em problemas, jogos didáticos e integração de conteúdos com situações reais. Esses docentes relataram maior engajamento discente e ganhos perceptíveis na aprendizagem.

No que tange à formação interdisciplinar, Tokareva *et al.* (2022) enfatizam que a integração de diferentes disciplinas, contribui para que os alunos possam entender e aplicar os conceitos financeiros em cenários práticos. Os resultados sugerem que essas abordagens podem ser introduzidas nas organizações de ensino superior para aprimorar o processo educacional. Aguiar *et al.* (2023) exploraram como a educação financeira, em uma abordagem interdisciplinar, é tratada nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação em Ciências e Matemática dos Institutos Federais do Maranhão e do Pará. As descobertas revelam uma preocupação em formar docentes atentos às temáticas transversais, integrando-as com outras disciplinas de forma interdisciplinar.

A utilização de práticas interdisciplinares e técnicas de ensino ativa visam promover uma aprendizagem significativa e duradoura (Souza, Ferreira, & Silva, R., 2024). Com base no exposto, formula-se a seguinte proposição teórica: *A inserção de práticas voltadas à educação financeira no currículo de Ciências Contábeis amplia a percepção dos docentes sobre a articulação entre formação profissional e competências para a gestão financeira pessoal.*





2.3 Metodologias ativas como ferramenta de promoção da alfabetização financeira

As metodologias ativas são métodos de ensino que destacam a participação ativa dos alunos em seu aprendizado, priorizando o envolvimento dos discentes nas atividades desenvolvidas pelo professor (Moran, 2018). Diferente do ensino tradicional, essas metodologias se concentram na construção colaborativa de conhecimento entre aluno e professor (Nagib & Silva, D., 2020). Nesse cenário, o professor atua como facilitador e o aluno torna-se um participante ativo e crítico no processo educativo (Moya, 2017).

Para tanto, o uso de metodologia ativa pode ser desenvolvido por meio de múltiplas estratégias, tais como: Sala invertida, Peer Instruction, Aprendizagem Baseada em Problemas, Três Momentos Pedagógicos, Kahoot, Debates, Seminários, Projetos Interdisciplinares, Estudo de Caso, Aulas Expositivas Dialogadas, Gamificação (Carenys, Moya S. & Perramon, 2017; Moran, 2018; Nagib & Silva, D., 2020), conforme apresentado na Tabela 1.

Assim, adotar abordagem de ensino ativa, que incentiva os alunos a participarem efetivamente da criação de conhecimento e aplicação de conceitos no mundo real, promove habilidades de solução de problemas e aprimora as habilidades cognitivas e metacognitivas, capacitando-os para o pensamento analítico e tomada de decisões informadas (Souza *et al.*, 2024). Práticas interdisciplinares e inovadoras, aliadas aos princípios contábeis, são úteis para reformular a educação financeira nos cursos de Contabilidade (Rajendran, 2015).

Nesse contexto, o estudo de Shcherbakova e Lagunova (2022) destaca que o programa de educação financeira da Udmurt State University utiliza diversos métodos de aprendizado interativo, incluindo aprendizado colaborativo, simulações, tecnologia, gamificação, estudos de caso e mecanismos de feedback, com o objetivo de melhorar a alfabetização financeira dos alunos. Rajendran (2015) enfatiza a necessidade de o ensino contábil integrar uma estratégia pedagógica diversificada,

Tabela 1 - Descrição das Metodologias Ativas

Metodologia	Descrição	Autor
Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL)	Uma abordagem que envolve os alunos na resolução de problemas reais, promovendo a aplicação do conhecimento, incentivando a investigação e a solução de problemas.	Moran (2018)
Método do Caso	Abordagem que utiliza casos reais ou fictícios para que os alunos analisem situações complexas e tomem decisões, desenvolvendo habilidades de análise crítica.	Nagib & Silva, D. (2020)
Aulas Expositivas Dialogadas	Uma abordagem que combina a exposição de conteúdo pelo professor com a interação e o diálogo com os alunos, promovendo uma troca de ideias	Nagib & Silva, D. (2020)
Debates	Promovem a discussão e a argumentação entre os alunos sobre temas relevantes.	Carenys <i>et al.</i> (2017)
Kahoot	Trata-se de um aplicativo que possibilita aos estudantes responderem a questionários por meio de seus dispositivos móveis, proporcionando maior interação em sala	Moran (2018)
Gamificação	Consiste em aplicar elementos de jogos para aumentar a motivação e o engajamento das pessoas em uma determinada tarefa.	Carenys <i>et al.</i> (2017)
Peer Instruction (Instrução por pares)	Um método que incentiva os alunos a ensinar uns aos outros, promovendo a colaboração e a troca de conhecimentos	Moran (2018)
Projetos Interdisciplinares	Inclui várias disciplinas que oferecem a possibilidade de compreender um determinado assunto sob diferentes perspectivas complementares, promovendo interconexões com outros campos do conhecimento.	Moran (2018)
Sala de Aula Invertida	os alunos estudam o conteúdo em casa e utilizam o tempo de aula para discussões e atividades práticas	Nagib & Silva, D. (2020)
Seminários	Atividades em que os alunos apresentam temas específicos e discutem com os colegas, promovendo a pesquisa e a troca de conhecimentos.	Nagib & Silva, D. (2020)

incorporando atividades práticas, como estudos de caso, projetos de pesquisa, palestras, ações de extensão, workshops e ferramentas tecnológicas, para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, bem como contribuir para o desenvolvimento profissional.

Ainda, Raizer (2021), ao avaliar a inserção da educação financeira nas ações de extensão das universidades públicas brasileiras, constatou que esses esforços servem como uma forma de a comunidade acadêmica contribuir para a resolução de desafios sociais, o que possibilita desenvolver práticas sobre educação financeira, aumentando a conscientização e despertando o interesse dos participantes por meio de palestras, cursos, workshops, aconselhamentos e distribuição de recursos. Nessa conjectura, universidades da Ucrânia têm adotado métodos inovadores, especialmente no ensino da alfabetização financeira, mostrando que essas abordagens incentivam a participação acadêmica e desenvolvimento profissional dos alunos, promovendo uma cultura de responsabilidade corporativa e uma compreensão assertiva da gestão financeira (Kizyma, Krupiak & Kolomyychuk, 2020).

Diante do exposto, os métodos de ensino inovadores buscam criar um ambiente de aprendizagem dinâmico e eficaz, garantindo que os alunos estejam preparados para atender às diversas demandas da profissão contábil (Martins, Krudycz, Villalba & Silva S., 2022). Assim, sugere-se a seguinte proposição teórica: *Docentes de Ciências Contábeis percebem as metodologias ativas como estratégias pedagógicas promissoras para fortalecer o engajamento e a compreensão de conceitos ligados à alfabetização financeira no ensino superior.*

3 Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo, fundamentado em pesquisa bibliográfica, documental e empírica. A investigação foi realizada em uma Instituição de Ensino Superior localizada no município de Medianeira, Paraná, selecionada por conveniência e oportunidade, com base na disponibilidade dos participantes e na relevância institucional do curso de Ciências Contábeis no contexto regional. Embora os dados tenham sido coletados em um único cenário, os resultados oferecem subsídios relevantes que podem ser considerados em contextos educacionais similares, em função da natureza transversal da temática da alfabetização financeira.

A coleta de dados incluiu a análise da matriz curricular vigente em 2021 e do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), ainda estruturados conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pela Resolução CNE/CES n.º 10, de 2004, uma vez que a instituição se encontrava dentro do prazo legal para adequação às novas DCNs. O objetivo dessa análise foi identificar conteúdos e disciplinas que, embora voltados predominantemente à contabilidade empresarial, apresentassem potencial contributivo para o desenvolvimento de competências relacionadas à educação financeira pessoal.

Para tanto, foi empregada técnica de análise documental. Conforme Gil (1999), a pesquisa documental se caracteriza pelo uso de fontes que, embora já existentes, não passaram por um tratamento analítico aprofundado, possibilitando ao pesquisador organizar e reinterpretar informações dispersas conforme os objetivos do estudo. Nesse sentido, foi realizada uma leitura detalhada dos documentos institucionais, buscando tópicos relacionados a conceitos fundamentais da alfabetização financeira, tais como juros, inflação, valor do dinheiro no tempo, investimentos, funcionamento do sistema financeiro nacional, economia e práticas



Tabela 2 – Estrutura de roteiro para o grupo focal

Blocos	Questões	Autor (es)
Apresentação dos participantes	Nome Tempo de experiência com a docência Qual a sua formação acadêmica (titulação e área)? Quais disciplinas ministra no curso de Ciências Contábeis?	Elaborado pela autora (2024)
Educação financeira	Qual é a importância da educação financeira na formação acadêmica dos estudantes de Ciências Contábeis?	Souza <i>et al.</i> (2024)
	De qual forma questões sobre educação financeira têm sido trabalhadas no curso de Ciências Contábeis?	Raizer (2021)
	Quais ações a Instituição poderia adotar para contribuir na formação de cidadãos financeiramente educados, capazes de planejar, gerenciar e otimizar seus recursos financeiros?	Sabirin <i>et al.</i> , (2023)
Formação interdisciplinar	A graduação de Ciências Contábeis da Instituição possibilita uma formação interdisciplinar? De que forma isso ocorre?	CNE/CES n.º 1/2024
	Como as práticas de extensão podem contribuir para o fomento da educação financeira na comunidade acadêmica e na sociedade em geral?	Raizer (2021)
Metodologias ativas	Existem metodologias diferentes do modelo tradicional que o curso privilegia (ex. aulas de campo, estudos de caso, visitas técnicas, ensino com pesquisa e extensão, etc)? Quais?	Moran (2018)
	Quais são os métodos mais eficazes para integrar a educação financeira ao currículo dos cursos de contabilidade?	Giang (2024)
	A utilização de metodologia ativas tem algum efeito no desenvolvimento dos discentes quanto a alfabetização financeira? Há estímulos à produção científica acerca da temática educação financeira e/ou contabilidade para finanças pessoais?	Rajendran (2015)

de consumo. Essa abordagem, segundo Silva e Grigolo (2002), permite extrair sentido e valor científico a partir de registros formais, sendo útil em contextos educacionais, em que se pretende avaliar e aprimorar processos formativos.

Além disso, foi conduzido um grupo focal com três docentes da instituição, selecionados pela afinidade com o tema e pela experiência no ensino de disciplinas associadas à contabilidade e finanças. A escolha por grupo focal viu a profundidade da análise e a identificação de padrões discursivos, sendo orientada pelo critério de saturação teórica. O grupo focal foi conduzido com base em um roteiro estruturado em blocos temáticos, abrangendo interdisciplinaridade, práticas de extensão, metodologias ativas e alfabetização financeira.

Os resultados foram validos para o problema investigado, conforme os

pressupostos metodológicos de Krueger (1994), que destaca a elevada *face validity* (capacidade percebida de medir aquilo que se propõe a investigar). Segundo o autor, esse tipo de abordagem favorece a expressão coletiva de percepções, expectativas e significados atribuídos ao tema em discussão, o que dificilmente seria alcançado com a mesma profundidade por meio de entrevistas individuais ou outros instrumentos de coleta.

Para assegurar a consistência e a adequação dos tópicos abordados, o roteiro foi submetido à validação por um especialista com experiência na área de investigação. A condução da sessão seguiu um questionário semiestruturado, permitindo a flexibilidade necessária para aprofundar temas emergentes. A estrutura temática utilizada está apresentada na Tabela 2.



De acordo com a Tabela 2, o roteiro é dividido em quatro categorias de análise. A primeira categoria é destinada a conhecer os participantes e suas relações com o tema em estudo. A segunda categoria aborda a percepção dos docentes acerca da educação financeira no curso de Ciências Contábeis. A terceira visa verificar as possibilidades de formação indisciplinar presentes no curso em estudo. Por fim, a quarta busca analisar o entendimento dos docentes sobre o uso de metodologias ativas para promover a educação financeira dos discentes.

O grupo focal foi realizado em setembro de 2024, com três participantes, professores atuantes na instituição em estudo. Foi conduzido por meio da plataforma digital Microsoft Teams, os participantes foram colaborativos, mantendo as câmeras e microfones ligados. É importante destacar que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado no início da gravação, garantindo que os participantes estivessem cientes e de acordo com os termos declarados. Os diálogos foram gravados na íntegra e transcritos em tempo real, com o auxílio do software Microsoft Teams, resultando em 1h3min19s de gravação, o que gerou um relatório de 12 páginas com formatação Times New Roman, tamanho 12.

Após a coleta dos dados, iniciou-se o tratamento e a análise das informações obtidas, com base na análise de conteúdo com o auxílio do Atlas.ti. A triangulação da análise foi realizada por meio das visitas de campo, análise de conteúdo do PPC e das falas dos participantes do grupo focal. As informações coletadas foram organizadas e apresentadas por meio de tabelas e figuras.

4 Análise dos Dados

Esta seção apresenta os resultados e discussões das análises realizadas com base nos dados coletados por meio de grupo focal e da análise documental dos ementários e da matriz curricular do curso de Ciências Contábeis.

Tabela 3 – Disciplinas que favorecem a educação financeira

Componentes Curriculares	Ementas que auxiliam na Literacia Financeira	Período
Contabilidade Introdutória	Conceitos e principais fundamentos da contabilidade; patrimônio; Balanço patrimonial, Demonstração do resultado.	1.º
Análise de Conjuntura Econômica	Conceitos econômicos básicos; Fundamentos da análise microeconômica e macroeconômica; Sistema monetário; Política Fiscal; Economia nacional e mundial.	
Prática de Extensão I	Participação em projeto de extensão: Obter e sistematizar, de forma crítica e reflexiva, as informações e problemáticas das demandas da sociedade.	
Prática de Extensão II	Participação em projeto de extensão: Obter e sistematizar, de forma crítica e reflexiva, as informações e problemáticas das demandas da sociedade.	
Matemática Financeira e Elementos de Cálculo	Juros simples; Juros compostos; Descontos; Taxas pré e pós-fixadas; Valor do dinheiro no tempo.	
Administração Financeira e Orçamentária	Análise de fluxo de Caixa; Áreas de decisão financeira; Mercado financeiro; Financiamento de curto e longo prazo.	
Legislação Fiscal e Tributária	Tributos; Sistema Tributário da Constituição; Impostos Federais, Estaduais e Municipais; Planejamento Tributário.	4.º
Prática de Extensão IV	Participação em projeto de extensão: Obter e sistematizar, de forma crítica e reflexiva, as informações e problemáticas das demandas da sociedade.	
Contabilidade Gerencial e a Tomada de Decisão	Uso da contabilidade para fins gerenciais; Análise das demonstrações contábeis para efeito gerencial; Emissão de relatórios gerenciais para tomada de decisões.	
Mercado Financeiro e de Capitais	Economia Monetária e Financeira; Sistema Financeiro Nacional; dinâmica dos Mercados Monetário, Financeiro e Cambial.	5.º
Prática de Extensão V	Participação em projeto de extensão: Obter e sistematizar, de forma crítica e reflexiva, as informações e problemáticas das demandas da sociedade.	
Análise das Demonstrações Contábeis	Análise financeira; Análise das Demonstrações Contábeis e suas aplicações no Mercado de Capitais e na Análise de Crédito; Relatórios de análise.	
Prática de Extensão VI	Participação em projeto de extensão: Obter e sistematizar, de forma crítica e reflexiva, as informações e problemáticas das demandas da sociedade.	6.º
Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade	Lógica da análise do levantamento de dados; Análise de dados não paramétricos; Técnicas multivariadas de análise aplicadas a resolver problemas sobre investimentos econômicos.	
Prática de Extensão VII	Participação em projeto de extensão: Obter e sistematizar, de forma crítica e reflexiva, as informações e problemáticas das demandas da sociedade.	
Contabilidade de Instituições Financeiras	Sistema Financeiro Nacional; Normas do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.	8.º
Prática de Extensão VIII	Participação em projeto de extensão: Obter e sistematizar, de forma crítica e reflexiva, as informações e problemáticas das demandas da sociedade.	

4.1 Análise documental

A análise documental concentrou-se na matriz curricular e nos ementários do curso de Ciências Contábeis, com o objetivo de identificar conteúdos que, mesmo não sendo direcionados exclusivamente à educação financeira pessoal, pudessem contribuir indiretamente para sua promoção. Nessa conjectura, não foi encontrada uma disciplina específica sobre finanças pessoais, no entanto, algumas matérias abordadas no curso contribuem para o desenvolvimento de conceitos e técnicas que podem ser utilizadas como ferramenta de gestão financeira pessoal (Tabela 3).

A disciplina Prática de Extensão está presente em todos os períodos do curso e nela tem-se a oportunidade de desenvolver projetos voltados à educação financeira e finanças pessoais, tendo em vista que possibilita a integração de diferentes campos do conhecimento (políticos, sociais e econômicos) para atender às necessidades da sociedade, promovendo a formação de profissionais e cidadãos



críticos e comprometidos com as demandas da população.

As ementas de Contabilidade Introdutória, Contabilidade Gerencial e a Tomada de Decisão, Análise das Demonstrações Contábeis (Tabela 3), em conjunto, proporcionam uma base sólida em contabilidade, preparando os estudantes para compreender, registrar e analisar informações contábeis, bem como tomar decisões financeiras e gerenciais, sejam elas pessoais ou empresariais. Com relação aos conteúdos abordados nas disciplinas de Matemática Financeira, Administração Financeira e Orçamentária, e, Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade (Tabela 3), auxiliam o indivíduo no planejamento e controle da sua renda, em curto e longo prazo e nas transações financeiras presente no dia a dia de todo cidadão.

No que se refere às matérias de Análise de Conjuntura Econômica, Mercado Financeiro e de Capitais e Contabilidade de Instituições Financeiras (Tabela 3), contribui para compreender os cenários econômicos nacional e internacional e conhecer os produtos financeiros oferecidos, tornando-se mais consciente de suas ações no âmbito financeiro. A disciplina Legislação Fiscal e Tributária também favorece a alfabetização financeira do indivíduo, dado que entender sobre o recolhimento e destinação dos tributos torna o cidadão seguro para melhor planejar o seu orçamento familiar e evitar surpresas ao cumprir com suas obrigações.

Diante do exposto, a análise realizada na presente pesquisa assemelha-se aos achados de Lima (2011) e Souza M. *et al.* (2019). Segundo esses autores, entre as disciplinas anteriormente elencadas, as de Matemática Financeira, Administração Financeira e Orçamentária, Mercado Financeiro e de Capitais, Legislação Tribu-

tária, presentes na grade curricular do curso de Ciências Contábeis, possuem conteúdos úteis, que podem ser adaptados para auxiliar o planejamento e controle financeiro pessoal.

Além disso, Lima (2011) ressalta que disciplina Mercado Financeiro e de Capitais é relevante para quem tem interesse em investir no mercado de capitais, pois é necessário conhecer sobre o funcionamento dos investimentos, análise e seleção de carteiras, avaliação dos riscos e, saber fazer a leitura dos indicadores de mercado. Quanto às Práticas de Extensão, Raizer (2021) relata que as ações de extensão são meio pelo qual a comunidade acadêmica corrobora para a resolução de questões sociais. Nesse sentido, é possível desenvolver reflexão sobre educação financeira, conscientizando e despertando o interesse dos participantes.

Assim, ainda que o foco inicial das disciplinas seja corporativo, sua estrutura conceitual pode ser ressignificada no processo formativo. Disciplinas como Contabilidade Introdutória, Análise das Demonstrações Contábeis e Administração Financeira e Orçamentária abordam temas como fluxo de caixa, valor do dinheiro no tempo, orçamento e análise de indicadores, conteúdos com potencial para apoiar a tomada de decisão em finanças pessoais. Segundo Lima (2011) e Sousa *et al.* (2019), a transposição desses saberes técnico-contábeis para o âmbito individual contribui para a construção da literacia financeira quando mediada por abordagens pedagógicas adequadas.

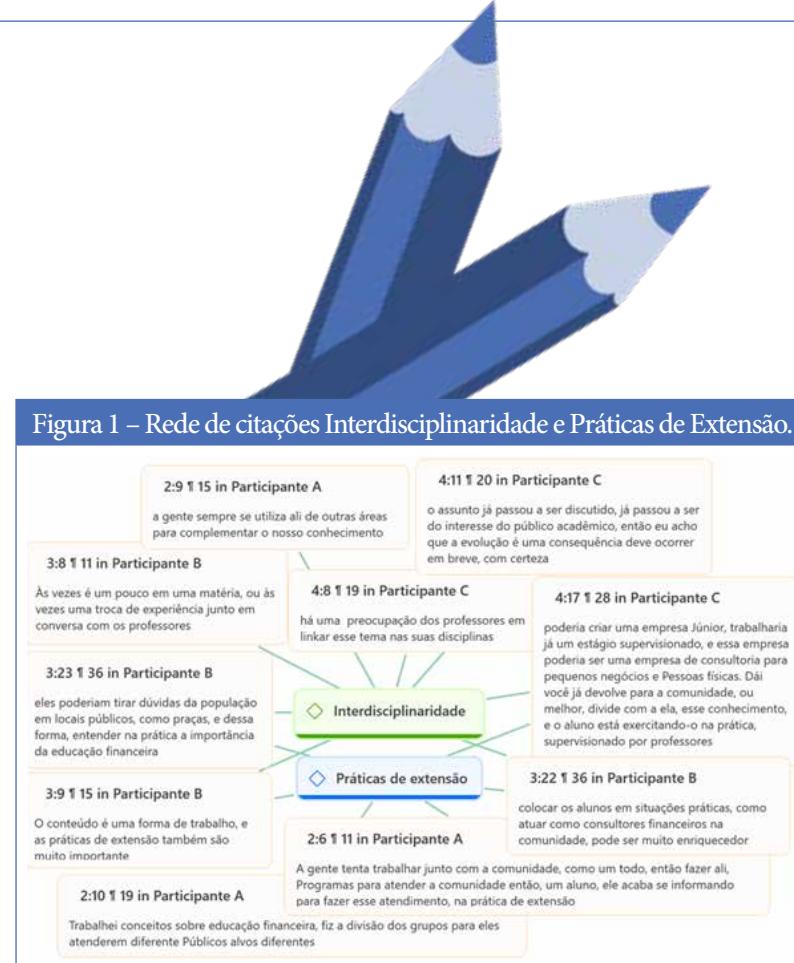
Rajendran (2015) também destaca que metodologias ativas, como estudos de caso e simulações financeiras, tornam mais acessível a aplicação prática desses conteúdos no cotidiano dos alunos. Complementarmente, Aleixo *et al.* (2023) ressaltam que, ao se alinharem com frameworks educacionais inovadores, como a Educação 5.0, os cursos de Contabilidade podem fomentar tanto competências técnicas quanto habilidades pessoais de organização financeira, promovendo o desenvolvimento integral do estudante.

4.2 Análise do grupo focal

A análise dos dados foi orientada pelas categorias temáticas previamente estruturadas no roteiro apresentado na Tabela 2. As falas dos docentes foram examinadas com foco em três eixos principais: a presença da educação financeira no currículo do curso de Ciências Contábeis, as práticas interdisciplinares desenvolvidas e a utilização de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem. Participaram da pesquisa três professores identificados como A, B e C, com 3, 8 e 20 anos de experiência docente, respectivamente. Todos os entrevistados possuem pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis e lecionam, no mínimo, cinco disciplinas na graduação de Ciências Contábeis, o que assegura familiaridade com o conteúdo curricular e a prática pedagógica institucional.

A análise da percepção dos educadores contábeis sobre a importância da educação financeira no currículo acadêmico revela uma crescente conscientização sobre a necessidade de integrar essa temática na formação dos futuros profissionais. Os docentes consideram a educação financeira essencial para a formação dos alunos de Ciências Contábeis, pois fornece conhecimentos fundamentais sobre gestão financeira, que são aplicáveis tanto na vida pessoal quanto na prática profissional. O participante B destaca que “os alunos precisam entender conceitos básicos financeiros, como taxa de juro e Selic, pois isso impacta diretamente suas decisões financeiras e a orientação que poderão oferecer a seus clientes”.

Nesse sentido o participante C argumenta que “para assessorar a alguém, o assessor tem que ser detentor de sucesso. Como o contador vai orientar empresários, dar assessoria e consultoria, se ele não for um cidadão regrado financeiramente?”. Enfatiza ainda, “Eu diria até que é um pré-requisito do contador ter esse domínio, para que ele possa orientar adequadamente seus clientes”. Essa percepção é denotada no



Fonte: dados da pesquisa.

estudo de Kozina e Metljak (2022). Os resultados mostram que os professores concordam que a literacia financeira é importante no currículo acadêmico.

Ainda assim, há um entendimento de que, embora os alunos venham do ensino médio com algum conhecimento sobre educação financeira, essa formação não é suficientemente aprofundada na educação superior. O participante A menciona que “muitos alunos, especialmente os que estão mais próximos da formatura, relatam dificuldades em gerenciar suas finanças pessoais”, indicando uma lacuna entre o que é ensinado e o que é necessário na vida real. Nessa perspectiva, Alves *et al.* (2011) revelam que 74% dos alunos de Ciências Contábeis possuem baixo nível de conhecimento em finanças pessoais, indicando uma preparação inadequada durante a formação acadêmica. Esse déficit contribui para a formação de opiniões equivocadas e

compromete a tomada de decisões no campo financeiro.

Quanto à integração da temática ao currículo, enfatizam a necessidade de integrar a educação financeira nas disciplinas do curso, com sugestões de que essa abordagem deve ser sistemática e não apenas incidental. Nesse sentido, as questões de educação financeira têm sido abordadas de forma indireta nas disciplinas do curso, mas há uma percepção de que essa abordagem não é suficiente. Corroborando essas afirmações, os resultados de Felipe, Oliveira T. e Botinha (2015) indicam que o curso de Ciências Contábeis não possui componentes curriculares que tratam de educação financeira, seja por meio de disciplinas específicas ou tópicos inseridos nas ementas curriculares, sugerindo um enfraquecimento no perfil do profissional contábil no que se refere à maior maestria na gestão de recursos pessoais.

Embora o curso não tenha uma disciplina específica para educação financeira, os participantes relatam a possibilidade de aplicar conceitos de educação financeira em outras disciplinas como “Práticas de extensão, Noções de atuária, Contabilidade de custos, Contabilidade gerencial, Contabilidade financeira” (Participante A), “Mercado financeiro, Empreendedorismo” (Participante B), Direito tributário, Planejamento tributário, Legislação empresarial (Participante C). Ainda, o Participante C sugere que “de repente, uma disciplina com foco mais específico tivesse um alcance maior”.

Nesse contexto, é demonstrado uma intenção de transversalizar o tema ao longo do currículo. Kozina e Metljak (2022) enfatiza que os professores mais conscientes da alfabetização financeira são propensos a usar abordagens e métodos de trabalho que exigem o desenvolvimento do pensamento crítico e tarefas autênticas, o que fornece base sólida para a transferência de conhecimento na vida cotidiana. A Figura 1 apresenta as falas dos participantes, com ênfase na Interdisciplinaridade e nas disciplinas de Práticas de Extensão, no contexto da integração da Educação Financeira no currículo de Ciências Contábeis.

A disciplina de Práticas de Extensão é discutida como maneira de fortalecer o tema, de forma interdisciplinar e prática, ao promover a interação dos alunos com a comunidade. Os docentes relatam exemplos, como o atendimento a públicos variados. O Participante A fala sobre “trabalhar junto com a comunidade”, enquanto o Participante B menciona colocar os alunos como “consultores financeiros”. Essas atividades reforçam a interdisciplinaridade, já que os alunos precisam lidar com múltiplas demandas e realidades, aplicando conceitos de educação financeira de forma prática. Conforme Raizer (2021), as universidades públicas brasileiras estão desenvolvendo uma variedade significativa de ações de extensão em educação financeira, atendendo a diferentes segmentos da sociedade, desde crianças até idosos.

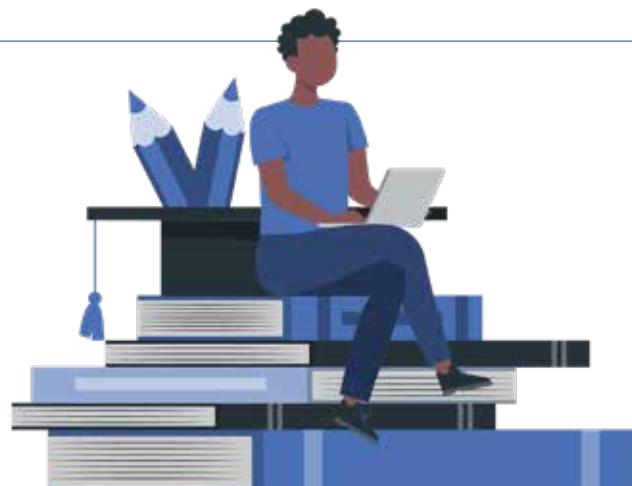


Figura 2 – Rede de citações Metodologias Ativas



Fonte: dados da pesquisa.

Raizer (2021) enfatiza que as práticas de extensão tendem a priorizar a transmissão de conhecimentos sobre temas específicos, como poupança, consumo e investimento, mas também buscam promover mudanças de comportamento entre os participantes. Souza, Ferreira e Silva, R. (2024) destacam que abordagens práticas e interdisciplinares dos conceitos financeiros têm o potencial de aprimorar o desempenho dos estudantes ao desenvolverem habilidades que os capacitam a gerenciar suas finanças pessoais e a tomarem decisões econômicas de maneira consciente e informada. Ante o exposto, as entrevistas corroboram a proposição de que a inserção

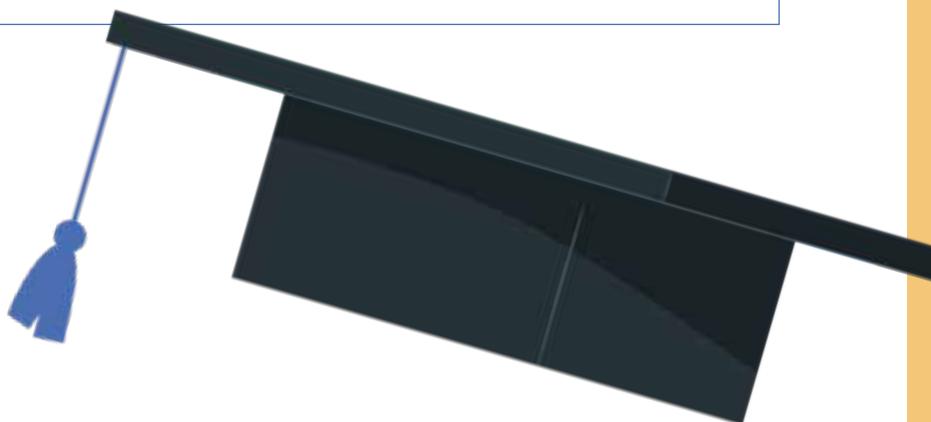
de práticas voltadas à educação financeira no currículo de Ciências Contábeis amplia a percepção dos docentes sobre a articulação entre formação profissional e competências para a gestão financeira pessoal.

Os educadores também salientam que a implementação de uma educação financeira eficaz no currículo requer uma mudança de paradigma nas instituições de ensino. O participante C observa que, “embora o tema esteja sendo debatido, ainda não há uma disciplina específica dedicada à educação financeira. Isso sugere a necessidade de uma normativa do MEC que imponha as instituições a incluir essa temática de forma mais estruturada”.

“A análise documental revelou que, embora não haja disciplinas específicas voltadas às finanças pessoais, diversos componentes curriculares, como Matemática Financeira, Administração Financeira e Orçamentária e as Práticas de Extensão, oferecem conteúdos com potencial de promover o desenvolvimento de competências financeiras nos discentes.”

Além disso, os docentes expressam um forte apoio ao uso de metodologias ativas, como gamificação, sala de aula invertida e simulações para engajar os alunos e proporcionar uma aprendizagem prática e eficaz da educação financeira (Figura 2). No entanto, os professores enfrentam resistência por parte dos alunos em adotar as metodologias que exigem um papel ativo e protagonista deles. Esse posicionamento pode ser compreendido à luz das descobertas de Moya (2017), que indicam que, em um universo de 2.302 alunos, 49,4% afirmaram não ter conhecimento sobre as metodologias ativas e sua utilidade, seja por desinteresse ou pela falta de informações fornecidas pelos docentes.

O Participante A (citação 2:22) resalta a necessidade de equilibrar o uso dessas metodologias, enfatizando que sua aplicação deve ser cuidadosa para evitar a sobrecarga dos alunos. Além disso, apesar da demanda dos alunos por metodologias ativas, muitos ainda demonstram preferência pelo método tradicional de ensino (Participante B, citação 3:30). Isso sugere um desafio na implementação dessas abordagens, pois os alunos podem estar habituados a um modelo de ensino mais passivo. Nessa perspectiva, Rajendran (2015) destaca a importância de combinar métodos pedagógicos tradicionais com abordagens inovadoras, integrando diversas ferramentas de ensino para promover aprendizagem dinâmica e eficaz.



Nas falas dos docentes, observa-se o uso de metodologias ativas, como sala de aula invertida, simulações, gamificação e painéis interativos. O Participante B destaca a importância do uso dessas metodologias na alfabetização financeira (citação 3:27), mencionando o uso da gamificação como exemplo de atividades práticas e lúdicas que podem tornar o aprendizado ativo. Nesse sentido, Giang (2024) sugere que, após a assimilação dos conceitos e princípios teóricos, o professor envolva o aluno em processo de aprendizagem dinâmico. Essa abordagem ativa e centrada no estudante apresenta questões práticas que estimulam a aplicação de conhecimentos, promovem o pensamento crítico e incentivam o desenvolvimento de soluções criativas.

Consoante essa afirmação, Carenys *et al.* (2017), ao explorarem o uso de jogos no ambiente acadêmico, observaram melhorias significativas tanto na motivação quanto no desempenho dos estudantes. Os autores destacam não apenas

o aprimoramento do desempenho escolar, mas também avanços em indicadores comportamentais, como motivação e assiduidade, reforçando a importância da adoção de metodologias ativas em sala de aula. O estudo de Martins *et al.* (2022) revelou que as metodologias ativas, especialmente o Estudo Dirigido, foram eficazes no desenvolvimento de habilidades essenciais para estudantes de Ciências Contábeis durante a pandemia, como resolução de problemas, tomada de decisões e trabalho em equipe. Nesse sentido, há um reconhecimento de que, com a implementação adequada das metodologias ativas, é possível melhorar o processo de aprendizagem, especial a alfabetização financeira. Sendo assim, é possível confirmar a proposição de que os *Docentes de Ciências Contábeis percebem as metodologias ativas como estratégias pedagógicas promissoras para fortalecer o engajamento e a compreensão de conceitos ligados à alfabetização financeira no ensino superior*.

Dessa forma, por meio da triangulação das informações obtidas a partir da matriz curricular, do grupo focal e das visitas de campo, foi possível analisar que, embora a educação financeira não esteja formalmente estruturada como uma disciplina específica, há conteúdos dispersos em diferentes componentes curriculares que favorecem sua abordagem. Além disso, as experiências relatadas pelos docentes revelam uma intenção recorrente de integrar a temática por meio do uso de metodologias ativas e do desenvolvimento de projetos de extensão, reforçando o uso de estratégias formativas transversais para promover a alfabetização financeira no contexto do ensino contábil.

5 Considerações finais

Este estudo contribui para o debate sobre a inclusão da alfabetização financeira no currículo de Ciências Contábeis, ao analisar a percepção docente e as possibilidades didático-pedagógicas do curso. A análise documental revelou que, embora não haja disciplinas específicas voltadas às finanças pessoais, diversos componentes curriculares, como Matemática Financeira, Administração Financeira e Orçamentária e as Práticas de Extensão, oferecem conteúdos com potencial de promover o desenvolvimento de competências financeiras nos discentes.

A integração da educação financeira ao currículo de Ciências Contábeis, embora ainda incipiente, tem se manifestado de forma significativa por meio das Práticas de Extensão e do uso de metodologias ativas. Essas estratégias foram reconhecidas pelos docentes como formas eficazes de aproximar o ensino contábil das realidades sociais e das necessidades financeiras dos discentes. As ações extensionistas, em especial, destacam-se por favorecerem a interdisciplinaridade e por possibilitarem a aplicação prática dos conceitos contábeis em contextos comunitários, promovendo não apenas o aprendizado técnico, mas também o desenvolvimento de consciência crítica e responsabilidade social.

Contudo, os resultados do grupo focal revelam que essa integração ainda ocorre de forma pontual e não sistematizada, sendo percebida como uma iniciativa individual dos docentes do que como diretriz institucional consolidada. Embora haja consenso quanto à importância da temática, os professores apontam entraves estruturais e pedagógicos que dificultam sua efeti-

va implementação, como a resistência de parte dos alunos às metodologias ativas e a carência de formação docente contínua.

As metodologias ativas, como gamificação, simulações e sala de aula invertida foram reconhecidas por seu potencial didático, mas sua eficácia depende de uma reconfiguração curricular e de um compromisso institucional com a inovação pedagógica. Assim, embora a pesquisa tenha corroborado parte das proposições teóricas, seus achados reforçam a necessidade de aprofundar as investigações com métodos que permitam avaliar, de forma objetiva, o impacto dessas práticas na construção da literacia financeira no ensino superior.



“Nas falas dos docentes, observa-se o uso de metodologias ativas, como sala de aula invertida, simulações, gamificação e painéis interativos. O Participante B destaca a importância do uso dessas metodologias na alfabetização financeira (citação 3:27), mencionando o uso da gamificação como exemplo de atividades práticas e lúdicas que podem tornar o aprendizado ativo.”

“A integração da educação financeira ao currículo de Ciências Contábeis, embora ainda incipiente, tem se manifestado de forma significativa por meio das Práticas de Extensão e do uso de metodologias ativas. Essas estratégias foram reconhecidas pelos docentes como formas eficazes de aproximar o ensino contábil das realidades sociais e das necessidades financeiras dos discentes.”

As contribuições desta pesquisa se estendem para além da instituição analisada, oferecendo subsídios para outras instituições que pretendem revisar seus currículos à luz das novas DCNs ou fortalecer a formação crítica e financeira dos seus discentes. A partir dos achados, defende-se que o ensino contábil deve ir além da formação técnica, incorporando competências associadas à gestão financeira pessoal, responsabilidade social e consciência econômica, aspectos fundamentais em um contexto

nacional de alto endividamento e baixa literacia financeira.

Entre as principais limitações deste estudo, destaca-se o número reduzido de participantes, o que restringe a generalização dos achados. Além disso, a ausência da perspectiva discente compromete a compreensão plena sobre o impacto das metodologias ativas e da transversalização da educação financeira no processo formativo. Para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação do grupo focal com docentes de diferentes instituições, a inclusão da per-

cepção dos alunos, bem como a realização de estudos experimentais ou quasi-experimentais que avaliem comparativamente a eficácia de diferentes metodologias ativas na aprendizagem de finanças pessoais.

Além disso, sugere-se investigar matrizes curriculares alinhadas às novas DCNs como referência para integrar a educação financeira de forma estruturada. Essas análises podem orientar ajustes pedagógicos em outras instituições. Tal iniciativa amplia a compreensão sobre estratégias formativas na educação contábil.

Referências

- AGUIAR, R. F., Neres, R. L., & de Lima Sales, F. A. A Educação Financeira em Institutos Federais do Maranhão: um Olhar nos PPCs. *Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática*, 16(3), 408-415, 2023,
- ALEIXO, C., Silva, S., & Godinho, T. Education 5.0 in the Context of Teaching Accounting. In *Internet of Behaviors Implementation in Organizational Contexts* (pp. 135-152). IGI Global, 2023,
- ALVES, R. A., Silva, S. S., & Bressan, A. A. Educação Financeira: uma lacuna na formação discente na área de contabilidade. In *Congresso Nacional de administração e Ciências Contábeis*, Vol. 2, 2011.
- AMORIM, A. P. A. S., Mengarda, K., Almeida, R. S. A. Contabilidade para gestão das finanças pessoais: Um Estudo No Curso De Ciências Contábeis De Uma Instituição De Ensino Superior Em Medianeira-Pr. *IV Congresso Internacional de Ciências Contábeis ISSN 2525-944X*, 1 (1), 7-30. <https://www.udc.edu.br/udcmedianeira/pdf/revistas/IV-Congresso-Internacional-de-Ciencias-Contabeis-2023.pdf>, 2023,
- CARENYS, J., Moya, S., & Perramon, J. Is it worth it to consider videogames in accounting education? A comparison of a simulation and a videogame in attributes, motivation and learning outcomes. *Revista de Contabilidad*, 20(2), 118-130, 2017,

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)*. https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2024/09/Relatorio_Peic_ago24.pdf, 2024.

DECRETO N.º 10.393, DE 9 DE JUNHO DE 2020. *institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - Enef e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm, 2020.

DIAS, E. P., & Santos, M. D. A importância da Educação Financeira nos conteúdos curriculares dos cursos. *Revista Eletrônica de Gestão e Serviços*, 11(2), 3167-3188, 2020.

GIANG, T. H. Revamping the Curriculum and Pedagogical Approaches of Financial Accounting to Fulfill the Demands of International Integration. *European Journal of Arts, Humanities and Social Sciences*, 1(3), 361-366, 2024.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

KIZYMA, T., Krupiak, I., & Kolomyychuk, N. Methods of teaching financial literacy in higher education: experience and prospects. *World of finance*, 3 (64), 08-18, 2020.

KOZINA, F. L., & Metljak, M. Integrating the Contents of Financial Literacy in the Teaching Process: Teachers' Perspectives. *European Journal of Educational Research*, 11(4), 2265-2274, 2022.

KRUGER, R. A. *Focus group: a practical guide for applied research*. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994.

LIMA, C. F. D. *Os cursos de ciências contábeis e a educação financeira: uma investigação dos componentes curriculares das universidades federais no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

MARTINS, V. A., Krudycz, L. C., Villalba, V. A., & Da Silva, S. C. Desenvolvimento de habilidades com metodologias ativas: um estudo de caso aplicado no curso de ciências contábeis durante a pandemia. *In USP International Conference In Accounting*, Vol. 22, 2022.

MENDES, I., de Oliveira, F. A., dos Santos, J. H., de Oliveira, E. A., da Silva, S. D., Mainardi, F. H. B., ... & Marsoli, G. F. (2025). Educação Financeira E O Desenvolvimento De Hábitos De Investimento: Desinformação Entre Jovens Brasileiros Sobre Criptomoedas E Investimentos Digitais. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 11(1), 257-270.

MIRANDA, R. A. F., Leal, E. A., & Araújo, T. S. Finanças pessoais: um estudo das associações entre o conhecimento sobre finanças e as características dos estudantes universitários da área de negócios. *In CONGRESSO ANPCONT*, Vol. 11, 1-20, 2017.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 02-25, 2018.

MOYA, E. C. Using Active Methodologies: The Students'View. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 237, 672-677, 2017.

NAGIB, L. D. R. C., & Silva, D. M. D. Adoção de metodologias ativas e sua relação com o ciclo de vida e a qualificação docente no ensino de graduação em ciências contábeis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31, 145-164, 2020.

NEIDERMEYER, A. A., & Neidermeyer, P. E. The missing curriculum link: Personal financial planning. *American Journal of Business Education*, 3(4), 79-82, 2010.

OECD. *PISA 2022 Results (Volume IV): How Financially Smart Are Students?*, PISA, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/5a849c2a-en>, 2024.

OECD. *Recommendation of the Council on Financial Literacy*, OECD/LEGAL/0461, 2024.

OLIVEIRA, A. S., de Andrade, C. M., Mendes, I., de Oliveira, E. A., da Silva, S. D., Mainardi, F. H. B., ... & Catelan, M. C. F. Educação Financeira Como Base Para A Organização E Planejamento Eficaz De Hábitos Financeiros A Longo Prazo.

RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218, 6(1), e616151-e616151, 2025.

PRASAD, G. R., & John, B. An Analysis of Financial Literacy and its Impact on Financial Behaviour of Teachers working in Higher Learning Institutions in Hyderabad. *NOLEGEIN-Journal of Business Ethics, Ethos & CSR*, 5(1), 2022.

RAIZER, R. A inserção da educação financeira em ações de extensão: um estudo nas universidades públicas. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

RAJENDRAN, M. Accounting and Finance Teaching Enjoyment & Pedagogy for Quality Enhancements, Establishments and Empowerments. *Journal of Research in Business, Economics and Management*, 2(2), 72-78, 2015.

SABIRIN, S., Benius, B., Neneng, S., Nurwati, S., & Hendrayati, S. L. (2023). The Importance of Early Financial Literacy Management Skills: Challenges and Opportunities for Economic Development. *International Journal of Business, Economics and Management*, 6(2), 105-111.

SHCHERBAKOVA, I. G., & Lagunova, Yu. M. Financial literacy of students and its improvement through the use of interactive teaching methods. *Bulletin of Udmurt University. Series "Economics and Law"*, 32 (6), 1042-1047, 2022.

SILVA, M. B. D., & Grigolo, T. M. Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II. *Caderno Pedagógico*. Florianópolis: Udesc, 2002.

SOUZA, M. A. B., de Oliveira, A. L. L., da Silva Frasnell, R., Carraro, N. C., & Tissot, S. T. Um estudo a respeito da educação financeira dos acadêmicos dos cursos de administração e ciências contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de três lagoas. *Revista INTERFACE-UFRN/CCSA*, ISSN 2237-7506, 16(2), 52-70, 2019.

SOUZA, R. C. S., & Arantes, V. A. Competências e habilidades atribuídas ao contador: perspectivas de estudantes, egressos e empregadores da área contábil. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, 46-69, 2022.

SOUZA, A. K. A., Ferreira, J. L. P., & Silva, R. F. Educação financeira: uma abordagem ao cotidiano. *Rcmos-Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, 1(1), 2024.

TOKAREVA, J. S., Kononenko, N. V., Zarechnov, N. Y., & Tonkikh, G. D. (2022). Interdisciplinary integration as a means of university students' financial literacy improvement. *Samara Journal of Science*, 11(3), 327-332.

VARGAS-HERNÁNDEZ, J. G., & Zamora, D. I. M. Educação financeira contra programas universitários. *Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 20(2), 212-255, 2018.

VENÂNCIO, G. P. R., Araújo, M. G., Moreira, A., Avelino, C. H., & Spironelli, F. C. A Educação Financeira utilizando conceitos contábeis aplicados às finanças pessoais como diferencial para jovens aprendizes. *REVISTA eHUMANITAS*, 107, 2020.

Fonte financiadora: Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

